

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Mariana Ribeiro

***“LOS TRABAJADORES HAN ESCRITO UNA PÁGINA MARAVILLOSA DE SU HISTORIA”*: A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES SINDICALISTAS DIANTE DO RECRUDESCIMENTO AUTORITÁRIO NO URUGUAI (1967-1976)**

Porto Alegre
2021

Mariana Ribeiro

***“LOS TRABAJADORES HAN ESCRITO UNA PÁGINA MARAVILLOSA DE SU HISTORIA”*: A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES SINDICALISTAS DIANTE DO RECRUDESCIMENTO AUTORITÁRIO NO URUGUAI (1967-1976)**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

Porto Alegre
2021

Mariana Ribeiro

***“LOS TRABAJADORES HAN ESCRITO UNA PÁGINA MARAVILLOSA DE SU HISTORIA”*: A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES SINDICALISTAS DIANTE DO RECRUDESCIMENTO AUTORITÁRIO NO URUGUAI (1967-1976)**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós (Orientador) – UFRGS

Prof. Me. Marla Barbosa Assumpção – IFRS

Prof. Me. Ramiro José dos Reis – Rede Municipal de Cachoeirinha

Porto Alegre
2021

A todos os trabalhadores do mundo, principalmente aos brasileiros e uruguaios, que fazem da sua vida uma luta por um mundo melhor. Venceremos!

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é fruto do esforço e colaboração de muitas pessoas, de forma que é quase injusto que ele seja atribuído a somente uma autora. Contudo, a limitação de espaço da sessão de *Agradecimentos* de um Trabalho de Conclusão de Curso impede que todas as pessoas envolvidas nesse processo (muito mais longo do que a produção de um trabalho) sejam devidamente agradecidas. Ainda assim, segue uma tentativa de fazer justiça a todas e todos que foram essenciais ao longo dessa trajetória de mais de cinco anos.

Em primeiro lugar, e não poderia ser de outra forma, agradeço à minha mãe, Joana Darc Ribeiro (a mais importante Joana Darc da história!). Agradeço por toda uma vida cheia de amor, trabalho, dedicação e empenho na criação de quatro filhas com todo carinho do mundo. Agradeço por me ensinar desde sempre que a expressão mais bonita do amor é o cuidado com quem se ama. Agradeço pelo teu senso de humor e otimismo crítico, pelo incentivo à leitura e por todo apoio, esforço e concessões feitas para que eu pudesse me dedicar aos estudos. Isso tudo é a base que consolida esse trabalho.

Agradeço à Renata Lisboa, a Rê, pelo cuidado quase materno desde que nasci, mas principalmente pelo amor que só as irmãs podem compartilhar. Não posso deixar de mencionar minha sobrinha Ana Carolina Lisboa Fialho, a Aninha, a quem agradeço por rir até faltar ar das minhas piadas sem graça e, claro, por ter me emprestado os meios que facilitam todo processo de produção dessa pesquisa, desde o projeto.

Agradeço à Maria Aparecida Ribeiro e José da Silva Lisboa, a tia Cida e o tio Zé, que tanto colaboraram na minha criação e são basilares na formação do meu caráter. Agradeço por todas as oportunidades concedidas e por um mundo de portas abertas que, sem vocês, eu provavelmente não teria conhecido. Tem muito de vocês nesse trabalho.

Agradeço à Loisiene Rocha, a Loisi, por todos esses anos de companheirismo, tanto na amizade quanto no romance. Agradeço por apontar minhas contradições com rigor, mas também por me ajudar a superá-las com toda ternura do mundo. Agradeço pelos filmes, por tu ser gremista, por tu gostar de Beatles e Strokes, pelas letras de amor decifradas e dedicadas, enfim, por **tudo** que a gente compartilha uma com a outra. Agradeço pelos cafés e pela companhia enquanto lia ou escrevia esse trabalho, que não seria o mesmo sem você.

Agradeço às amigas que carrego comigo no lugar mais afetuoso do meu coração. Muito obrigada à Marina Pinheiro, pela sensibilidade e dedicação à nossa amizade. Muito obrigada à Myllene Lauana, pelo carinho expresso através da criatividade e pela mobilização em juntar todas nós sempre que possível. Muito obrigada à Taise Garcia, pela trajetória compartilhada e

bifurcada de tantas maneiras, mas que de nenhuma forma diminui nosso amor e admiração. Ainda que eu estude história, me enche de alegria que nossa amizade não é objeto do passado, mas sim uma das mais lindas continuidades da minha vida.

Agradeço aos amigos *tibianos*, os quais tive a sorte de encontrar nos momentos finais da minha adolescência e nutrir profundo carinho desde então. Ao Carlos Nazaré por me enviar álbuns que foram a trilha sonora desse trabalho e pela paciência. Ao Felipe Lipert, pelas casquinhas e cascões compartilhados e pela tradução do resumo desse TCC. À Marina Gasparin, pelo estreitamento dos nossos laços, pelas comidinhas e por nos ajudar a manter a sanidade durante a quarentena sem fim.

Agradeço à Karolini Koasne, por ser a minha historiadora favorita no mundo todo, por ser uma pessoa radiante e me contagiar com isso, por todos intervalos de aula prolongados, pela confiança e, principalmente, pelo amor e respeito mútuos, que só quem nasce em agosto conhece. Agradeço à Ana Caroline das Neves pela indignação e amorosidade, essenciais às grandes revolucionárias. Agradeço também à Ana Julia Gamla e à Julia Silveira, pelos anos de rica parceria e de risadas. Faço também um amplo agradecimento aos colegas da “/16 noturno”, em especial à Andressa, Bruna X., ao Carlos Guilherme, Diego, Douglas, à Laura M., ao Lenander, Marcus, Matheus Arnold e à Paula pelos anos de solidariedade e coleguismo, onde muitas vezes floresce o individualismo e a competição.

Agradeço a todas professoras e todos professores que fizeram parte da minha trajetória. Agradeço ao Ramiro Reis, por amar o que faz e por me emprestar os livros que foram essenciais a esse trabalho. Agradeço às professoras Berenice de Ross, Daniela Machado e Daniela Silveira por terem aprofundado meu senso crítico durante o Ensino Médio. Agradeço à professora Caroline Pacievitch pela expansão de meus horizontes em relação à docência.

Agradeço ao professor Enrique Serra Padrós, sem o qual esse trabalho não teria sido possível. Muito obrigada, Enrique, por ter me acolhido como orientanda quando nem eu mesma sabia direito o que queria estudar. Agradeço pelo respeito ao meu trabalho por ter “fornecido” o material necessário para o trabalho, pela prática do *Humanismo Radical* e por ser freiriano! Agradeço, ainda, por me orientar e por, sobretudo, me *orientalizar*.

Também agradeço à Banca Examinadora dessa pesquisa. Todo meu agradecimento à professora Marla Barbosa Assumpção e ao professor Ramiro Reis, pela disposição em ler e contribuir com esse trabalho.

Por fim, agradeço a todos trabalhadores de todas categorias ligados à UFRGS, que através de seu esforço possibilitam o funcionamento dessa instituição diariamente e sem os quais eu não teria acesso a uma educação superior pública e de qualidade.

“A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história, esta é sua única definição”

Edward P. Thompson

“Incorporar la historia de la clase trabajadora a la historia nacional, su protagonismo en las luchas sociales y políticas y en la elaboración de soluciones frente a la crisis; reconstruir los recuerdos, los testimonios, la identidad, el orgullo y la consciencia de pertenecer a ella, rompiendo el monopolio de la memoria histórica tradicional, constituyen retos que asumimos desde nuestro oficio de historiar, pero también desde nuestro compromiso con los tiempos que nos ha tocado vivir: tiempos de resistencia, tiempos de desafíos y esperanzas”

Universindo Rodríguez, Silvia Visconti, Jorge Chagas e Gustavo Trullén

RESUMO

O presente trabalho investiga as formas de resistência dos trabalhadores sindicalizados uruguaios diante do recrudescimento autoritário no Uruguai, no período entre 1967 e 1976. O recorte temporal dessa pesquisa é definido pelo início do *Pachecato*, em 1967, e se estende até a desestruturação da CNT no exílio argentino, em 1976, que marcou um recuo nas possibilidades de ação e enfrentamento dos trabalhadores contra a ditadura. Nesse trabalho, o conceito de resistência é compreendido como um conjunto de ações voltadas para a defesa de valores considerados essenciais à humanidade quando esses estão sob ataque, principalmente institucional. O principal problema de pesquisa consiste na investigação sobre as formas que o movimento sindical uruguaio e seus integrantes, principalmente aqueles ligados à CNT, foram afetados e perseguidos pelo recrudescimento repressivo institucional uruguaio. Para isso, são analisadas diferentes fontes, que incluem legislação sindical do período, estatutos de agremiações, fontes orais e dossiês produzidos por órgãos repressivos e por órgãos de reparação histórica. Compreendemos que diferentes conjunturas repressivas demandaram dos trabalhadores diferentes estratégias de resistência, ainda que ela fosse moldada pelo acúmulo de experiências.

Palavras-chave: história dos trabalhadores; resistência; escalada autoritária; Doutrina de Segurança Nacional; Terrorismo de Estado.

ABSTRACT

The present study investigates the forms of resistance of Uruguayan unionized workers in face of the authoritarian resurgence in Uruguay. The time frame of this research accounts for the beginning of the *Pachecato* regime, in 1967, and extends to the disintegration of CNT in Argentine exile, in 1976, which weakened the possibilities of action and confrontation of workers against the dictatorship. We understand the concept of resistance as a set of actions aimed at defending values considered essential to humanity when these are under attack, especially institutional attack. The main research issue lays in the investigation of how the Uruguayan unionist movement and its members, particularly those linked to CNT, were affected and persecuted by the resurgence of the Uruguayan institutional repression. To this end, different sources are analyzed, including the union legislation of the period, association statutes, oral sources, and dossiers produced by repressive institutions and reparation agencies. We recognize that different repressive situations demanded different resistance strategies, which were shaped by the accumulation of experiences.

Keywords: labor history; resistance; authoritarian escalation; National Security Doctrine; State Terrorism.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Grevistas do transporte coletivo na manhã do dia 27 de junho, primeira fotografia da greve geral registrada por Aurelio González 70
- Figura 2 – Trabalhadoras e seus filhos na ocupação de uma fábrica têxtil durante a greve geral (Foto de Aurelio Gonzalez) 71
- Figura 3 – Trabalhadoras e trabalhadores na ocupação de uma fábrica têxtil, exibindo placa com os dizeres “El pueblo unido jamás será vencido” (Foto de Aurelio González)..... 71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEBU	Asociación de Bancarios del Uruguay
CCD	Centros Clandestinos de Detenção
CIDE	Comisión de Inversiones y Desarrollo Económico
CIOSL	Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres
CGTU	Confederación General del Trabajo del Uruguay
CNT	Convención Nacional de Trabajadores
COSENA	Consejo de Seguridad Nacional
COT	Congreso Obrero Textil
CSU	Confederación Sindical del Uruguay
CTU	Confederación General del Trabajo del Uruguay
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
FAU	Federación Anarquista Uruguaya
FMI	Fundo Monetário Internacional
FORU	Federación Obrera Regional Uruguaya
FOEB	Federación de Obreros y Empleados de la Bebida
FSM	Federação Sindical Mundial
FUNSA	Fábrica Uruguaya de Neumáticos S.A.
FUS	Federación Uruguaya de la Salud
GAU	Grupos de Acción Unificadora
EUA	Estados Unidos da América

MPS	Medidas Prontas de Seguridad
MLN-T	Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros
OCOA	Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas
ORIT	Organização Regional Interamericana de Trabalhadores
PCU	Partido Comunista do Uruguai
PDC	Partido Democrata Cristiano
PND	Plán Nacional de Desarrollo
PVP	Partido por la Victoria del Pueblo
PS	Partido Socialista
ROE	Resistencia Obrera Estudiantil
SAG	Sindicato de Artes Gráficas
SN	Segurança Nacional
SNI	Serviço Nacional de Informações
TDE	Terrorismo de Estado
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UGT	Unión General de Trabajadores
USU	Unión Sindical Uruguaya

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 “ESTÁN CAMBIANDO LOS TIEMPOS”: O MOVIMENTO SINDICAL URUGUAIO E A GESTAÇÃO DO AUTORITARISMO SOB O GOVERNO PACHECO ARECO (1967-1970)	26
2.1 “ <i>COMO EL URUGUAY NO HAY</i> ”? O FIM DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL URUGUAIO E O CONTEXTO DOS ANOS 1960	29
2.2 O CAMINHO E A UNIDADE: ANTECEDENTES SINDICAIS E A FORMAÇÃO DA <i>CONVENCIÓN NACIONAL DE TRABAJADORES</i> (CNT).....	34
2.3 A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES AO AVANÇO AUTORITÁRIO DURANTE O <i>PACHECATO</i>	41
3 “ME MATAN SI NO TRABAJO”: CRISE, GOLPE DE ESTADO E A GREVE DOS 15 DIAS (1971-1973)	49
3.1 AS ELEIÇÕES GERAIS DE 1971: CONTEXTO E NOVOS ATORES	49
3.2 “ <i>NI ANTIOBRERO, NI ANTISINDICAL</i> ”: O MOVIMENTO SINDICAL ENQUANTO “INIMIGO INTERNO” NO GOVERNO BORDABERRY E OS CAMINHOS ATÉ O GOLPE DE 1973.....	55
3.3 “ <i>¡A LAS CINCO DE LA TARDE! ¡A LAS CINCO EM PUNTO!</i> ”: A GREVE DOS QUINZE DIAS E A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES AO GOLPE DE ESTADO	66
4 “NO SOMOS LOS EXTRANJEROS, LOS EXTRANJEROS SON OTROS”: AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DA CNT NA ILEGALIDADE E SUA REPRESSÃO NO EXÍLIO (1973-1976)	79
4.1 A REGULAMENTAÇÃO SINDICAL DE 1973 E OS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DA CNT NA ILEGALIDADE.....	79
4.2 A ATUAÇÃO DAS CONEXÕES REPRESSIVAS DO CONE SUL NA REPRESSÃO À RESISTÊNCIA.....	87
4.3 OPERAÇÃO CONDOR, TERRORISMO DE ESTADO E CONEXÃO REPRESSIVA: O CASO <i>AUTOMOTORES ORLETTI</i>	93
Considerações finais	99
Fontes e Referências bibliográficas	104

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, os anos 1960 representaram um período de agitação social a nível mundial. A partir desse momento, dentro do contexto de polarização da Guerra Fria, observa-se o princípio do esgotamento da “era de ouro” do capitalismo, fato que impactou o denominado “Terceiro Mundo”. A nível regional, a América Latina, desde o final da década de 1950, vivia os efeitos da exaustão do modelo econômico industrial-desenvolvimentista, ancorado na lógica dos fluxos comerciais propiciados pelas necessidades geradas pela Segunda Guerra Mundial. Esse momento também representou o acirramento das contradições de classe para o subcontinente latino-americano, dado o nível que se tinha atingido por toda a região de exploração sobre trabalhadores e sua força de trabalho. Outro aspecto que teve grande influência no acirramento de contradições internas nos Estados latino-americanos foi a Revolução Cubana, em 1959. O processo revolucionário cubano fez com que as formas de interferência estadunidense na América Latina fossem ampliadas, visando a prevenção da influência soviética nos seus países vizinhos. Nesse sentido, compreende-se que a ruptura social causada pela ineficiência das soluções vindas “de cima”, ou seja, dos governos e representantes políticos tradicionais, em relação à crise estrutural e de certo modo generalizada pela região a partir da década de 1960, ocasionou mais tensões e respostas vindas “de baixo”. Assim, nesse contexto, dentro de cada formação social nacional, grupos em geral afastados do protagonismo político buscaram a organização coletiva como forma de lutar por suas demandas e dar respostas próprias à crise social em andamento.

Esse quadro geral não foi diferente no Uruguai. O país que na primeira metade do século XX era considerado um caso excepcional na América Latina, com o sucesso de seu Estado de bem-estar social, desde o fim dos anos 1950 viu a deterioração de sua estabilidade política e socioeconômica. Nesse sentido, a crise social e o acirramento das contradições internas levaram ao fortalecimento da organização coletiva dos trabalhadores. Ainda que o movimento sindical uruguaio fosse atuante desde o início do século, inexistia uma central de trabalhadores que unificasse agremiações de diferentes vertentes ideológicas e políticas, até a eclosão do esgotamento modelo socioeconômico do país. Contudo, com o acúmulo de experiências e tentativas de unificação anteriores, foi concluída em 1966 a fundação da primeira grande central sindical uruguaia, a *Convención Nacional de Trabajadores* (CNT).

Com a criação da CNT, diversas demandas específicas aos direitos dos trabalhadores passaram a ter centralidade no embate social que tomava conta do Uruguai. Contudo, a central não se limitou a lutar apenas por pautas específicas dos trabalhadores, já que desde a sua

fundação seus membros mantiveram uma postura ativa no sentido de buscarem alternativas e mudanças estruturais aos problemas sociais do país. Diante do escancaramento da crise generalizada no Uruguai, o governo, mais especificamente o Poder Executivo, apelou ao fechamento democrático do país e à revogação de direitos individuais e coletivos como tentativa de conter o alastramento do descontentamento social. Assim, com o início da escalada autoritária no Uruguai, a CNT foi um dos pilares na resistência a esse processo.

Sendo assim, o presente trabalho pretende investigar como se deram as diversas formas de resistência dos trabalhadores sindicalizados uruguaios diante do recrudescimento autoritário no Uruguai, no período entre 1967 e 1976. O principal problema de pesquisa consiste na investigação sobre as formas que o movimento sindical uruguaio e seus integrantes, principalmente aqueles ligados à CNT, foram afetados e perseguidos pelo recrudescimento repressivo institucional uruguaio. Em associação a isso, também pretende-se investigar como se deram as formas e articulações de resistência dos sindicalistas uruguaios durante esse período. Por fim, uma última questão levantada pela pesquisa é investigar se, com o golpe de Estado de 1973, existiram mudanças em relação à repressão contra os trabalhadores sindicalistas e, caso tenham existido, quais foram elas e qual a resposta do movimento sindicalista.

Para compreendermos nossa proposta de tema, podemos examinar o recorte temporal indicado. O início da presidência de Jorge Pacheco Areco, que assumiu o cargo após a morte do então presidente Oscar Gestido no final do ano de 1967, representou o princípio do processo de fechamento democrático e recrudescimento autoritário do Estado uruguaio, centralizado no Poder Executivo. A administração de Pacheco Areco, conhecida pela historiografia como *Pachecato* devido a seu caráter autoritário, é relevante para esse estudo no sentido de ter institucionalizado o uso das *Medidas Prontas de Seguridad* (MPS), – um dispositivo de exceção que permitia a suspensão de direitos por parte do Poder Executivo, presente em todas as Constituições do Uruguai – como ferramenta de repressão a agitações populares no final da década de 1960. Contudo, nosso recorte temporal não se limita ao *Pachecato*, encerrado em março de 1972 com o início do mandato de Juan Maria Bordaberry. Ainda que sob diferentes condições político-econômicas, Bordaberry deu continuidade ao caminho autoritário iniciado por Pacheco Areco. Dentro dos contextos nacional (de progressivo agravamento da crise socioeconômica iniciada nos anos 1950) e regional (de maximização da influência estadunidense no Cone-Sul através da implantação e respaldo a ditaduras de Segurança Nacional na região), Bordaberry, sendo presidente da República, deflagrou, em 1973, um golpe de Estado com amplo apoio das Forças Armadas e classes dominantes uruguaias.

O golpe de 1973, como analisaremos, introduziu uma nova fase na escalada repressiva no Uruguai ao ser o percussor da instalação da ditadura de Segurança Nacional (SN) que se estendeu até 1985 no país. Todavia, esse trabalho não abarca toda extensão de doze anos da ditadura de SN uruguaia, tendo como limite temporal o ano de 1976, que marcou o fim da primeira fase ditatorial com o afastamento de Bordaberry da presidência pelas Forças Armadas. Para além do sentido de mudança institucional dentro da lógica da ditadura no Uruguai, o ano de 1976 também marca o golpe de Estado na Argentina em março daquele ano. A irrupção da ditadura na Argentina em 1976 ocorreu dentro da mesma lógica das ditaduras do Cone Sul. Essas, por sua vez, foram pautadas pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e pelo Terrorismo de Estado (TDE) e tiveram como uma de suas características a integração repressiva conjunta às outras ditaduras de SN em andamento no Cone Sul. Nesse sentido, o ano de 1976 representou um ponto de inflexão para os meios de resistência praticados pelo movimento sindical uruguaio. A CNT, que desde o golpe de Bordaberry tinha muitos quadros e dirigentes atuando no exílio, em território argentino, sofreu maior desestruturação ao também ser duramente perseguida ao longo de 1976, na Argentina.

Mesmo que o recorte dessa pesquisa seja limitado até 1976, compreendemos que a resistência dos trabalhadores sindicalizados uruguaiois à implantação e efetivação do autoritarismo no país foi uma constante durante toda a ditadura. Porém, incluir todo o contexto da mesma extrapolaria os limites e a essência de um Trabalho de Conclusão de Curso.

Consideramos que a desestruturação quase completa da CNT em 1976 marcou um recuo nas possibilidades de ação e enfrentamento dos trabalhadores contra a ditadura. Isso obrigou os grêmios e sindicatos a repensarem suas táticas de atuação no âmbito interno dos locais de trabalho, desfavorecendo a estrutura da resistência intersindical promovida pela CNT. Assim, nossa escolha de recorte temporal abrange três momentos sucessivos na história do Uruguai: o agravamento da crise social no país no final da década de 1960, a escalada autoritária iniciada nos anos do *Pachecato* ainda sob o regime democrático e a primeira fase da ditadura de SN uruguaia, sob a presidência do ditador Juan María Bordaberry.

Compreendidos os problemas de pesquisa e os marcos temporais que balizam esse trabalho, podemos introduzir nossos objetivos. De modo geral, essa pesquisa é norteada por dois amplos objetivos relacionados à contribuição com temas historiográficos ainda pouco explorados no Brasil. Primeiro, pretendemos que a produção dessa pesquisa possa colaborar com o desenvolvimento da historiografia em língua portuguesa sobre o período ditatorial no Uruguai, visto que os trabalhos desenvolvidos sobre esse tema e seus desdobramentos ainda são recentes, mesmo que potentes dentro da produção científica brasileira. Em segundo lugar,

objetivamos que esse trabalho também colabore com os estudos historiográficos que se debruçam sobre a resistência de trabalhadores sindicalizados em períodos de repressão institucional, principalmente no contexto das Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul. Ainda que os estudos históricos sobre diversos temas relacionados às ditaduras no Cone Sul (principalmente sobre diferentes formas de resistência à repressão) venham crescendo ano a ano, o mesmo crescimento não é observado em relação aos estudos sobre a história dos trabalhadores e sindicalistas durante períodos autoritários. Nesse sentido, almejamos que esse trabalho possa retomar a convergência desses temas, que consideramos indissociáveis.

Entendemos ser pertinente e relevante a construção de estudos historiográficos que prezam pelo protagonismo dos oprimidos, nesse caso os trabalhadores sindicalizados, enquanto sujeitos detentores de agência histórica e que contam com capacidade organizativa dentro de uma classe social a fim de defender seus interesses diante um Estado autoritário. Em consonância com essa concepção apresentamos os conceitos que nos permitirão estabelecer essas relações em nossa pesquisa. O primeiro deles é a “história vista de baixo” conforme E. P. Thompson¹, Eric Hobsbawm² e Pablo Pozzi³. Esse conceito foi utilizado pelos dois historiadores ingleses quando eles estudavam e escreviam sobre os movimentos operários populares, o que auxiliou o estabelecimento de estudos históricos que reconhecem o protagonismo dos trabalhadores em suas trajetórias coletivas e individuais. Os fundamentos que Thompson e Hobsbawm auxiliaram a formar são significativos para a pesquisa, já que analisamos bibliografia⁴ e fontes que abordam as trajetórias individuais e familiares de trabalhadores. Segundo Hobsbawm, até os anos 1950 os estudiosos marxistas cometeram o equívoco de projetar expectativas contemporâneas quando estudavam trabalhadores do passado – “[...] pessoas comuns que poderiam ser vistas como ancestrais do movimento [sindicalista] [...]”.⁵ Portanto, compreender que a “história dos trabalhadores sindicalistas” não se resume a “história dos líderes sindicais” é essencial para o desenvolvimento dessa pesquisa, pois “ao rememorar a história da gente comum, não estamos meramente tentando conferir-lhe um significado político retrospectivo que nem sempre teve; estamos tentando, mais genericamente,

¹ THOMPSON, E. P. A história vista de baixo. **A peculiaridade dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

² HOBBSAWM, Eric. J. A história de baixo para cima. **Sobre História**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

³ POZZI, Pablo. Repensar el estudio de la Clase Obrera. Apresentação. *Esboços*, Florianópolis, vol. 22, n. 33, p. 6-16: 2015a; POZZI, Pablo. Trabajadores y procesos de politización y rebelión. *Esboços*, Florianópolis, vol. 22, n. 33, p. 17-28: 2015b.

⁴ TRÍAS, Ivonne. **Hugo Cores**: Pasión y rebeldía en la izquierda uruguaya. Montevideo: Trilce, 2008; TRÍAS, Ivonne; RODRÍGUEZ, Universindo. **Gerardo Gatti**: revolucionario. Montevideo: Trilce, 2012.

⁵ HOBBSAWM. Op. cit., p. 283.

explorar uma dimensão desconhecida do passado”.⁶

Com a colaboração de Pozzi, também é possível compreender conjunturas específicas do contexto estudado e fazer a devida crítica às fontes da pesquisa, já que compartilhamos com o autor o entendimento de que a identidade dos trabalhadores pode ser estudada e compreendida para além do mundo do trabalho ao passo que podemos repensá-la a partir de outras condições materiais.⁷ Esse paradigma contribui com a pesquisa uma vez que contaremos com fontes de teor institucional (como os dossiês de investigação contra os sindicatos) e também fontes relacionadas com a memória dos protagonistas do processo estudado (como seus relatos, transcritos e em vídeo).

Em paralelo ao nosso uso do conceito de “história vista de baixo”, temos também como embasamento teórico o conceito de “classe social”, conforme E. P. Thompson⁸ e Ellen M. Wood.⁹ A partir da leitura dos dois autores indicados, compreendemos que “classe social” é um fenômeno histórico próprio ao sistema capitalista, caracterizada pela relação das pessoas com os meios de produção. Compartilhamos com os autores a noção de que “classe social” não é uma “característica” imutável e natural à sociedade, mas sim uma relação histórica pautada pelo seu dinamismo e por sua constituição autoproduzida pelos indivíduos que fazem parte dela. Esse entendimento é proveitoso para essa pesquisa no sentido de colaborar com a definição de “classe trabalhadora” enquanto um amplo grupo social que, mesmo com aspectos heterogêneos, compartilha experiências comuns a seus membros, objetiva e subjetivamente.

Ao longo da pesquisa, essas leituras teóricas serão colocadas em diálogo com uma bibliografia específica que trata sobre a história dos trabalhadores e sindicalistas uruguaios. Levando em conta a importância de se valorizar narrativas produzidas pelos atores envolvidos nos processos históricos, para além de depoimentos a serem analisados como fontes nesse trabalho, também contamos com uma produção historiográfica de autoria de historiadores que participaram da formação de sindicatos ligados à CNT e a outras centrais sindicais no período estudado e outros movimentos sociais de resistência à repressão. Esse é caso das obras de Universindo Rodríguez et al¹⁰, José R. Bottaro¹¹ e Jorge Chagas & Mario Tonarelli.¹² Também

⁶ Ibid., p. 284.

⁷ POZZI, 2015a. Op. cit., p. 11.

⁸ THOMPSON, E. P. Prefácio. In: **Formação da classe inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. Vol. 1.

⁹ WOOD, Ellen. M. Classe, como processo e como relação. In: **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

¹⁰ RODRÍGUEZ, Universindo et al. **El sindicalismo uruguayo a 40 años del congreso de unificación**. Montevideo: Taurus, 2006.

¹¹ BOTTARO, José R. **25 años de movimiento sindical uruguayo**. Montevideo: A.S.U., 1985.

¹² CHAGAS, Jorge; TONARELLI, Mario. **El sindicalismo uruguayo bajo la dictadura: 1973-1984**. Montevideo: Nuevo Mundo, 1989.

dispomos de duas biografias de militantes da CNT, que colaboram com o entendimento dos processos e conflitos internos da central: são elas “Hugo Cores: pasión y rebeldia en la izquierda uruguaya”, de Ivonne Trías¹³, e “Gerardo Gatti: revolucionario”, de Ivonne Trías e Universindo Rodríguez.¹⁴ A leitura dessas obras é pertinente no sentido de reconstruir as trajetórias pessoais, familiares, de trabalho e de militância de Hugo Cores e Gerardo Gatti, destacados líderes sindicais, de modo que podemos traçar aproximações e distanciamentos em suas vidas e compreender como diferentes desdobramentos do Terrorismo de Estado atingiram a vida de militantes políticos e todos ao seu redor. Por último, também possuímos em nossa bibliografia relativa ao sindicalismo uruguaio nos anos 1960 e 1970, com foco na atuação dos grupos anarquistas, a dissertação de Mestrado em História de Daniel Augusto de Almeida Alves, intitulada “*Arriba Los que Luchan! Sindicalismo revolucionário e a luta armada: A trajetória da Federação Anarquista Uruguiaia: 1963-1973*”.¹⁵

Outros dois conceitos centrais nesse trabalho são a “Doutrina de Segurança Nacional” e o “Terrorismo de Estado”. Ainda que esses conceitos sejam trabalhados a partir da metade final dessa pesquisa, eles são de extrema importância para a compreensão do estabelecimento da ditadura de SN no Uruguai em 1973, em consonância com muitos estudos científicos recentes sobre as Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul. Nossa principal base teórica para o desenvolvimento desses conceitos e a análise de sua aplicação aos contextos estudados é a profícua produção historiográfica de Enrique Serra Padrós sobre o tema. É importante destacar que a contribuição de Padrós para o desenvolvimento desses conceitos, principalmente através de sua tese de Doutorado¹⁶, foi percussora de outras pesquisas sobre a história da ditadura no Uruguai na historiografia brasileira.

Conforme Padrós¹⁷, a DSN normatizou a implantação das ditaduras de SN no Cone Sul ao pressupor o andamento de um conflito mundial entre o “mundo capitalista”, representado pelos EUA, e o “mundo comunista”, representado pela União Soviética. Dentro dessa lógica,

¹³ TRÍAS, Ivonne. **Hugo Cores: Pasión y rebeldía en la izquierda uruguaya**. Montevideo: Trilce, 2008.

¹⁴ TRÍAS, Ivonne; RODRÍGUEZ, Universindo. **Gerardo Gatti: revolucionario**. Montevideo: Trilce, 2012.

¹⁵ ALVES, Daniel Augusto de Almeida. **Arriba Los que Luchan! Sindicalismo revolucionário e a luta armada: A trajetória da Federação Anarquista Uruguiaia: 1963-1973**. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2016.

¹⁶ PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional, Uruguai (1968-1985): do Pachecato a Ditadura Civil-Militar**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

¹⁷ PADRÓS, 2005. Op. cit.; PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar uruguiaia doutrina e segurança nacional. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol.28, n. 48, p.495-517: jul/dez 2012; PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1984): terror de Estado e Segurança Nacional. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. **As Ditaduras Militares na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

os EUA fomentaram o treinamento militar e “profissionalização” de exércitos nacionais da América Latina, de modo a preparar os militares contra o “perigo comunista”. Dentro da DSN temos ainda a concepção de um “inimigo interno”, instrumento infiltrado do “Comunismo Internacional” e, portanto, uma ameaça à Segurança Nacional. Sob a DSN, o “inimigo interno” poderia ser qualquer indivíduo ou grupo que contestasse ou *subvertesse* a ordem estabelecida, o que, como veremos, foi amplamente aplicado aos trabalhadores sindicalistas uruguaios. Nesse sentido, também temos a colaboração teórica de José Luis Castagnola e Pablo Mieres¹⁸, que se debruçaram sobre a conceptualização da DSN e das aplicações de suas categorias “inimigo interno” e “subversão”.

Em todas as experiências de ditaduras de SN desenroladas no Cone Sul entre as décadas de 1960 e 1980, a principal ferramenta de aplicação da DSN foi o Terrorismo de Estado. De acordo com Padrós¹⁹, o TDE pode ser distinguido da “violência legítima” estatal pelo uso de métodos extraoficiais, ou seja, criminosos, que fazem parte do paradoxo de práticas ilegais executadas pelo Estado, dentro e fora de suas fronteiras político-geográficas e de legitimidade. Padrós ainda afirma que o TDE “é um sistema de governo que emprega o terror para enquadrar a sociedade e que conta com o respaldo dos setores dominantes, mostrando a vinculação intrínseca entre Estado, governo e aparelho repressivo”²⁰. Pensando nisso, esse conceito é essencial para essa pesquisa, pois se faz necessário entender a articulação e organização das forças repressivas para melhor compreender as ações contra os trabalhadores sindicalistas, não limitadas ao exercício da violência física, mas que também constituíam uma multiplicidade de iniciativas repressivas.

Para além das discussões teóricas e conceituais apresentadas até agora, também propomos o diálogo historiográfico entre diferentes obras que versam sobre o *Pachecato* e a ditadura uruguaia, e que não necessariamente se baseiam nos conceitos de DSN e TDE. Considerando a carência de debates sobre a história e historiografia uruguaia no curso de História da UFRGS, foi essencial para a produção desse trabalho a aproximação ao tema feita através de bibliografia de caráter introdutório e “manualístico”. As principais leituras feitas nesse sentido foram: “Breve historia de la dictadura (1973-1985)”²¹, obra concisa e didática de Gerardo Caetano e José Rilla; “La caída de la Democracia: cronología comparada de la historia

¹⁸ CASTAGNOLA, José Luis; MIERES, Pablo. La ideología política de la Dictadura. In: APPRATTO, Carmen et al. **El Uruguay de la dictadura (1973-1985)**. Montevideo: Banda Oriental, 2004.

¹⁹ PADRÓS, 2005. Op. cit.; PADRÓS, 2012. Op. cit.

²⁰ PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 64.

²¹ CAETANO, Gerardo; RILLA, José. **Breve historia de la dictadura (1973-1985)**. Montevideo: Banda Oriental, 1987.

reciente del Uruguay (1967-1973)”²², cronologia da vida política, econômica, social e cultural uruguaia nos anos entre o *Pachecato* e o golpe de Estado, organizada por historiadores do Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU), ligado à Universidad de la Republica (UdelaR); e por último “El Uruguay de la dictadura”²³, uma a reedição aumentada e revisada de uma coleção de textos sobre diferentes aspectos da história da ditadura uruguaia, publicada originalmente em 1988.

A bibliografia utilizada para o aprofundamento da compreensão da realidade e contexto político-econômico no Uruguai dos anos 1960 e 1970 teve como sustentação clássicos da historiografia uruguaia. A obra de Vivian Trías, “Las vísperas de la dictadura”²⁴, é essencial para o entendimento da relação do imperialismo estadunidense com a crise social no Uruguai nos anos 1960. A leitura de Trías também foi relevante para a pesquisa no sentido de colaborar com a noção de que a situação socioeconômica do Uruguai nesse período foi produto do subdesenvolvimento e da dependência do capitalismo dos países imperialistas. Outra obra importante foi “El fin del Uruguay liberal 1959-1973”²⁵, onde são apontadas as causas da deterioração do Estado de bem-estar social uruguaio e do regime democrático no país, considerado uma exceção na realidade latino-americana por conta de sua “estabilidade”. Além disso, nessa obra Benjamin Nahum et al nos apresentam as condições de formação e crescimento de novos atores sociais no cenário político uruguaio, como a CNT, o grupo de guerrilheiro *Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros* (MLN-T) e a coalisão partidária Frente Ampla.

Finalmente, mais um conceito central para o desenvolvimento dessa pesquisa é “resistência”. No decorrer da produção desse trabalho, tivemos alguma dificuldade em encontrar conceptualizações em torno da noção de “resistência dos trabalhadores” ou “resistência sindical”. Por isso, optamos não pela definição de uma única autoria, mas sim pela tentativa de aproximação à ideia referida através de três autores. A partir de Federico Lorenz²⁶,

²² DEMASI, Carlos et al. **La caída de la Democracia**: cronología comparada de la historia reciente del Uruguay (1967-1973). Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1996.

²³ APPRATTO, Carmen et al. **El Uruguay de la dictadura (1973-1985)**. Montevideo: Banda Oriental, 2004.

²⁴ TRÍAS, Vivian. **Las vísperas de la dictadura**. Montevideo: Cámara de Representantes, 1989.

²⁵ NAHUM, Benjamín et al. **El fin del Uruguay liberal 1959-1973**. Historia Uruguaya. Tomo 8. Montevideo: Banda Oriental, 1994.

²⁶ LORENZ, Federico. Resistencias. In: SARMENTO-PANTOJA, Augusto; OLIVEIRA, Mara Rita Duarte; NOGUEIRA DE SOUSA, Rosângela do Socorro; CHABABO, Rubén (Org.). **Memória e resistência**: percursos, histórias e identidades. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2012.

Marco Napolitano²⁷ e Denise Rollemberg²⁸ podemos compreender o conceito de “resistência” enquanto um conjunto de ações voltadas para a defesa de valores considerados essenciais à humanidade, dentro ou fora da legalidade, quando esses estão sob ataque, principalmente institucional. Além disso, nesse trabalho, as práticas de “resistência” são caracterizadas como essencialmente coletivas, ou pelo menos voltadas para o proveito coletivo, de forma a ser diferenciada de “oposição”, que pode ser uma ação individual. Também compreendemos que os espaços de atuação em prol da “resistência” não (des)qualificam o conceito e sua aplicação, ou seja, a “resistência” também é definida e moldada pelas possibilidades práticas da realidade em questão. Para compreendermos as formas e estratégias de resistência colocadas em prática pela CNT, podemos contar com algumas obras sobre o tema.

Além da bibliografia relativa à história sindical uruguaia que aborda amplamente diversas questões sobre a resistência dos trabalhadores diante do recrudescimento autoritário, já tratada aqui, também dispomos do livro “15 Días que estremecieron al Uruguay”.²⁹ Essa é uma obra de fôlego que aborda a imediata reação da CNT à efetivação do golpe de Estado em junho de 1973. O livro estrutura seu relato de forma cronológica, de forma que cada um dos quinze dias de greve é um capítulo, onde documentos transcritos (atas de reuniões, publicação de decretos etc.) são apresentados, assim como relatos de trabalhadores que ajudaram a construir a greve. Nossa bibliografia analisada também inclui textos que não tratam especificamente da resistência dos trabalhadores uruguaiois à repressão, mas ainda assim dão foco a diferentes formas organizacionais de resistência da sociedade civil. Nesse sentido nos apoiamos nas obras de André Lopes Ferreira³⁰, que estudou os esforços e diálogos entre diferentes setores da esquerda uruguaia ao longo dos anos 1960 que resultaram em movimentos de unificação política; e de Marco Antônio Villalobos³¹, que abordou as respostas de diferentes grupos sociais à escalada autoritária no Uruguai.

Para a realização dessa pesquisa, trabalhamos com diferentes tipos de fontes. Tendo em vista que todo esse trabalho, desde a elaboração de seu projeto, foi realizado durante a pandemia global de Covid-19, é significativo ressaltar a importância da disponibilidade de fontes *online*,

²⁷ NAPOLITANO, Marco. Introdução. In: **Coração civil**: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) – ensaio histórico. São Paulo: Intermeios, 2017.

²⁸ ROLLEMBERG, Denise. Definir o conceito de resistência: dilemas reflexões, possibilidades. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (org.). **História e memória das ditaduras do século XX**. Vol. 1. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

²⁹ RICO, Álvaro et al. **15 Días que estremecieron al Uruguay**. Montevideo: Fin de Siglo, 2005.

³⁰ FERREIRA, André Lopes. **A unidade política das esquerdas no Uruguai**: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973). 2011. Tese (Doutorado em História). Assis: UNESP-FCLAS, 2011.

³¹ VILLALOBOS, M. A. **Tiranos, tremei!**: Ditadura e resistência popular no Uruguai (1968-1985). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

sem as quais não seria possível realizar essa pesquisa. Considerando nosso tema e problema de pesquisa e a variedade tipológica de nossas fontes, nos apoiamos em Hobsbawm, que afirma que “[...] a história dos movimentos populares difere de tais objetos [história literária] e, de fato, da maioria da história tradicional, na medida que simplesmente não há um corpo de material pronto a seu respeito”.³² Por isso, dividimos nossa lista de fontes em quatro grupos: “Periódicos”, “Dossiês e relatórios produzidos pelos aparatos repressivos”, “Documentários (depoimentos gravados)” e “Obras em defesa dos Direitos Humanos publicadas após a Ditadura no Uruguai (depoimentos transcritos)”.

No primeiro grupo temos o semanário *Marcha*, que foi publicado no Uruguai entre os anos de 1939 até 1974, e a revista *Cuadernos de Marcha*, que em sua primeira fase foi publicada entre 1967 e 1974. Tanto o semanário, quanto a revista mensal eram dirigidos pelo jornalista Carlos Quijano, importante intelectual uruguaio que a cada edição dos periódicos imprimia “[...] fortes traços de seu gosto pessoal e de suas preferências políticas à escolha das capas, pautas, reportagens e colaboradores”.³³ De acordo com Tania Regina de Luca³⁴, a crítica às fontes tendo jornais como objeto deve se concentrar em encontrar informações em características próprias a uma publicação periódica – identificar responsáveis pela escrita e publicação e seu público leitor, conhecer as características materiais do jornal, analisar as edições selecionadas de acordo etc. Sendo assim, *Marcha* e *Cuadernos* foram caracterizados por terem em seu corpo editorial e jornalístico intelectuais uruguaio críticos do sistema político do país, anti-imperialistas e reconhecidamente vinculados a posições de esquerda. Podemos encontrar registros interessantes e artigos de opinião sobre a escalada autoritária no país, as mobilizações dos trabalhadores, o processo de unificação que culminou na CNT, a greve geral de 1973 e outros temas dentro da temporalidade proposta na pesquisa (1967-1976).

No segundo grupo de fontes temos os dossiês e relatórios produzidos durante a ditadura uruguaia e também no período posterior a ela, a partir de documentos preservados dos aparatos repressivos do país. No caso dos documentos encontrados no acervo *online* do Arquivo Nacional do Brasil e no *website* da CIA e da Agência de Segurança Nacional dos EUA (NSA), a principal característica deles é o teor denunciativo das atividades sindicais no Uruguai no período a ser pesquisado. Enquanto relatórios destinados ao aprimoramento repressivo, esses

³² HOBBSAWN. Op. cit., p. 284.

³³ VILLAÇA, Mariana. O semanário *Marcha*, Carlos Quijano e a configuração de um circuito cultural de resistência no Uruguai (anos 1960-70). *Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP*, vol. 2, n. 3, p. 257-272, 2017.

³⁴ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

documentos tinham como objetivo a incriminação dos sindicalistas uruguaios, que de alguma forma articulavam formas de resistência à repressão. Também contamos com os dossiês produzidos pelo coletivo *Sitios de Memoria Uruguay*, que reúne em seu acervo registros sobre vítimas uruguaias da repressão, organizações políticas perseguidas, locais de tortura e outros.

No terceiro grupo de fontes levantadas para a pesquisa temos três documentários de produção uruguaia: “*A las cinco em punto*” de 2004, sobre a greve geral de quinze dias organizada em resposta ao golpe de Estado de 1973; “*Memorias de luchas: de trabajo y de trabajadores*” de 2006, sobre o papel da CNT e de seus militantes durante a ditadura; e “*Kollontai, anotações da resistência*” de 2019, que aborda o congresso clandestino de sindicalistas exilados, realizado em 1975 na Argentina. Apesar das três produções terem temas, eventos retratados e estilos diferentes, é interessante notar a forma como elas dialogam entre si, além de terem interlocutores e entrevistados em comum.

No quarto e último grupo de fontes levantadas destacamos duas obras. Primeiro, o informe “*Uruguay: Nunca más*”³⁵, produzido pelo Serpaj-Uruguay (*Servicio Paz y Justicia*), uma organização não-governamental latino-americana que começou seus trabalhos no Uruguai em 1981. A escrita e publicação deste informe está ligada a iniciativas anteriores, na Argentina e no Brasil, onde informes denunciando a violação de direitos humanos nos períodos de ditadura em cada país foram publicados sob esse título. Em segundo lugar, temos o livro “*Memórias da resistência e da solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva*”³⁶, organizado por Padrós e Vivar. Esse livro reúne depoimentos de brasileiros, argentinos e uruguaios, em português e espanhol, que de alguma forma foram afetados pela conjunção repressiva das ditaduras do Cone Sul.

Esse trabalho está dividido em três capítulos. Cada capítulo tem seu título em referência a uma canção do músico uruguaio Daniel Viglietti, expoente da *canción de protesta* nos anos 1960, que pode ser relacionada com os assuntos a serem tratados. No primeiro capítulo, que compreende o período de 1967 a 1970, buscamos examinar as causas e os desdobramentos da crise do Estado de bem-estar social no Uruguai e sua relação com o recrudescimento da repressão à movimentos sociais populares, principalmente através das MPS. Nesse capítulo também apresentamos as condições de criação e consolidação da CNT e analisamos as estratégias de resistência adotadas pelos trabalhadores sindicalistas diante do fechamento

³⁵ SERPAJ. **Uruguay: nunca más**. Informe sobre la violación a los derechos humanos (1972-1985). Montevideo: SERPAJ, 1989.

³⁶ PADRÓS, Enrique; VIVAR, Jorge. **Memórias da Resistência e da Solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva**. Porto Alegre: Ed. ASF-Brasil, 2013.

democrático no país.

No segundo capítulo, que compreende o período entre 1971 e julho de 1973 é feita a análise de como foi efetivada a adesão do Uruguai à DSN e de que forma ela identificou os trabalhadores sindicalistas como parte do “inimigo interno”. Também buscamos compreender de que formas se deram as estratégias de resistência adotadas pelos trabalhadores ligados à CNT como resposta ao golpe de Estado, em junho de 1973.

Por fim, no terceiro capítulo, que abrange o período entre agosto de 1973 e 1976, é feita a avaliação do cerceamento quase total à atividade sindical pela ditadura no Uruguai a partir da ilegalização da CNT. Também objetivamos, nesse capítulo, o exame da colaboração repressiva regional, particularmente entre Argentina e Uruguai, que resultou na desestruturação da CNT em 1976 e nas articulações de resistência adotada pelos trabalhadores ligados à central nesse período.

2 “ESTÁN CAMBIANDO LOS TIEMPOS”: O MOVIMENTO SINDICAL URUGUAIO E A GESTAÇÃO DO AUTORITARISMO SOB O GOVERNO PACHECO ARECO (1967-1970)

*Están cambiando los tiempos
Para bien o para mal,
Para mal o para bien,
Nada va a quedar igual.
Daniel Viglietti (1971)*

No livro “Era dos Extremos: o breve século XX, 1914–1991”, de 1994, o historiador britânico Eric Hobsbawm trabalha com o condensamento do tempo histórico no século XX. Hobsbawm¹ defende que a aceleração da velocidade das mudanças históricas nesse período podem ser explicadas a partir do declínio do ciclo dos poderosos Estados imperialistas europeus do século XIX e do surgimento de duas grandes potências mundiais ideologicamente antagônicas: os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Para compreender a mudança de protagonismo global que definiu e acelerou a dinâmica histórica do século, consideramos a Guerra Fria como processo definidor desse período.

No âmbito regional, a América Latina sofreu profundas mudanças no período da Guerra Fria. Como afirma Claudia Wasserman, “desde os anos 40, o desenvolvimento tornara-se uma obsessão para os governos dos países latino-americanos”.² Nesse sentido, as condições econômicas na década seguinte ao fim da Segunda Guerra Mundial se mostraram favoráveis à América Latina. Os governos do continente, em sua maioria, optaram pela estratégia da industrialização e modernização econômica, baseada no investimento estadunidense. Mas a partir da reestruturação do capitalismo central, recomeçou nova e forte investida sobre a periferia. O interesse de Washington na região possibilitou a penetração dos monopólios estadunidenses na América Latina com facilidade, dada a anuência dos governos e classes dominantes locais. Esse panorama criou um campo fértil para o aprofundamento das desigualdades sociais e aumento da exploração do trabalho da população latino-americana. Conforme apontado por Luiz Roberto Lopez³, os diversos problemas⁴ gerados com o

¹ HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos** – o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

² WASSERMAN, Claudia. O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia. GUAZZELLI; César Augusto Barcellos. **As Ditaduras Militares na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 29.

³ LOPEZ, Luiz Roberto. **História da América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

⁴ “Na fase de implantação do capital monopolista, a aparente modernização mal serviu para disfarçar os problemas: o não-atendimento às necessidades populares, que eram as de bens de consumo imediato; a produção de bens mais

estabelecimento imperialista na América Latina, somados ao esgotamento desse modelo econômico e das reservas acumuladas ao longo dos anos de balança comercial positiva, levaram ao acirramento das tensões internas e à radicalização de manifestações populares a partir dos anos 1960.

Isto posto, podemos pensar o contexto latino-americano durante a Guerra Fria. Desde a elaboração da Doutrina Monroe pelos EUA, ainda no século XIX, a diretriz principal das relações internacionais estadunidenses em relação aos vizinhos da América Latina foi pautada pelo entendimento de que todas as questões do continente dizem respeito e estão sob sua tutela. Essa postura sobre a América Latina foi fundamental no decorrer da disputa contra os soviéticos, como afirma Marco Antônio Villalobos: “[...] a estratégia político-militar dos Estados Unidos para a região passou a ter como referência a hipótese de uma agressão extracontinental, com origem na União Soviética”.⁵ Dessa forma, a elevação dos EUA à superpotência capitalista, e a manutenção dessa posição, acompanhou um processo de influência e intervenção direta não só em “terras distantes”, como na Grécia (1947) e na Guerra da Coreia (1950-1953)⁶, mas também na América Latina, se autoproclamando defensor na zona próxima ao seu território, ou seja, percebendo-a como zona estratégica dos seus interesses.

A imposição de relações de dominação dos EUA sobre a América Latina teve duas frentes principais: a econômica, de modo a controlar os mercados nacionais e explorar áreas produtoras de matéria-prima e promover a dependência do capital estadunidense na região; e a militar, caracterizada pelo financiamento, treinamento e interferência direta nos exércitos nacionais latino-americanos a fim de promover militarmente seus interesses.⁷ Essas características expressam o caráter expressamente imperialista da ação estadunidense na América Latina ao longo da Guerra Fria, corroborando as palavras de Lênin:

Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços

requintados para um mercado restrito; o controle sobre as decisões econômicas nacionais; a concentração de renda; a evasão de divisas; a usurpação de benefícios fiscais, a dependência de capitais e tecnologias vindos de fora, a exploração de mão-de-obra e infraestrutura locais; a falência de um modelo desenvolvimentista voltado a interesses internos; a livre manipulação de preços de artigos que deveriam ser produzidos a preços acessíveis; o auto grau de endividamento externo e, finalmente, o condicionamento dos comportamentos e valores a estereótipos alienígenas” (Ibid., p. 171-2).

⁵ VILLALOBOS, Marco Antônio. **Tiranos, tremei!**: Ditadura e resistência popular no Uruguai (1968-1985). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 41.

⁶ Ibid, p. 40.

⁷ PADRÓS, Enrique Serra. Los EUA y la Pentagonización de América Latina. In: JORNADAS INTERESCUELAS/DEPARTAMENTOS DE HISTORIA, 2007, San Miguel de Tucumán. **Atas eletrônicas...** San Miguel de Tucumán: Departamento de Historia/Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Tucumán, 2007. Disponível em: <<https://cdsa.academica.org/000-108/880>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificá-lo de capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição.⁸

Paradoxalmente, apesar dessas condições de dominação e exploração imperialista, no primeiro dia de 1959 o Movimento 26 de Julho tornou-se vitorioso em Cuba. Em seu princípio, a Revolução Cubana não teve hegemonia da ideologia marxista, apesar de sua natureza popular, nacionalista, antioligarquica, anticapitalista e anti-imperialista.⁹ Porém, mesmo antes da virada socialista da Revolução, que fez dos cubanos o principal aliado da URSS na América Latina, Cuba já era vista como um exemplo concreto da vitória popular diante da dominação estadunidense para todos os povos subjugados pelo imperialismo ao redor do mundo. A possibilidade de derrotar um inimigo muito maior e mais poderoso através da guerrilha nas montanhas cubanas influenciou toda uma geração de latino-americanos que, inspirada pelo revolucionário argentino Ernesto “Che” Guevara, encarou a ação guerrilheira como alternativa revolucionária. Depois de Cuba, boa parte da região contou com experiências guerrilheiras.

Considerando a aproximação entre Cuba e a URSS e a dificuldade estadunidense em derrotar a Revolução Cubana, o medo da “cubanização” do continente se tornou a maior preocupação dos EUA e a principal peculiaridade da Guerra Fria na América Latina.¹⁰ A iminência do “perigo vermelho” acelerou e aprimorou o processo de intervenção direta estadunidense nos países latino-americanos através do apoio a golpes de Estado e instauração de Ditaduras de Segurança Nacional, primeiramente no Cone Sul e depois no resto do continente. Portanto, é visível que para além da “globalidade” da Guerra Fria, a Revolução Cubana evidenciou e acirrou as contradições na América Latina, de modo que foi geradora de momentos de crise e inflexão histórica no continente ao representar a viabilidade de mudança na ordem vigente.

Ao pensarmos no Uruguai nesse momento, temos um pequeno país no sul do continente cercado pela influência de dois gigantes regionais, Brasil e Argentina. Como veremos a seguir, ainda que pequeno geograficamente, o Uruguai teve, a partir dos anos 1960, importante papel estratégico e histórico no contexto da Guerra Fria.

⁸ LÊNIN, Vladimir I. **O imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Campinas: FE/UNICAMP, 2011. p. 265. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/imperialismo.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

⁹ DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **Questão de Cuba**: a política externa independente e a crise dos mísseis. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

¹⁰ PADRÓS, 2007. Op. cit.; VILLALOBOS. Op. cit.

2.1 “*COMO EL URUGUAY NO HAY*”? : O FIM DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL URUGUAIO E O CONTEXTO DOS ANOS 1960

O início da década de 1960 marcou drásticas mudanças no modo de viver dos uruguaiois. Após ficar conhecido como a “Suíça das Américas” no pós Segunda Guerra Mundial, o Uruguai viu sua estabilidade econômica, política e social se esfacelar a partir do final dos anos 1950.

Na primeira metade do século XX, o país – que até então concentrava sua economia na produção agropecuária, contou com um processo de industrialização marcado – pelo protecionismo econômico.¹¹ Os governos *colorados*¹² de José Batlle y Ordóñez implantaram os primeiros frigoríficos do país, o que permitiu o início da exportação de carne congelada para a Europa. Mesmo que nesse momento a industrialização, que se deu pela substituição de importações, não tenha sido completa e extensiva, existe um consenso historiográfico em torno da importância do papel reformista e protecionista do *batllismo*¹³ no Uruguai que se refere ao crescimento do proletariado industrial e, associadamente, das organizações sindicais.¹⁴ Lecomte, Rebella e Suárez¹⁵ ainda lembram que as políticas reformistas, que cedem parte de direitos reivindicados pelos trabalhadores, contribuíram com a economia do país nesse período, já que as melhorias distributivas aquecem o mercado interno e a indústria nacional. Contudo, o Estado de bem-estar social *batllista*, cuja maior conquista foi o estabelecimento de uma classe média no Uruguai¹⁶ baseada na industrialização e urbanização da economia, além de práticas clientelísticas como o crescimento do funcionalismo público, logo encontrou seu esgotamento.

A economia uruguaia, caracterizada por sua dependência às exportações, sempre esteve sob a influência direta dos imperativos econômicos europeus e estadunidenses. A partir dos anos 1950 a conjuntura internacional, que fora primordial no desenvolvimento do Estado de bem-estar social uruguaio, mudou drasticamente. Conforme Nahum et al,

¹¹ LECOMTE, Laura; REBELLA, Cristina; SUÁREZ, Alba. La economía nacional: Su evolución histórica. **Las bases de la historia uruguaya**. v. 14. Uruguai: [s. n.], 1986. p. 18.

¹² Fundado em 1836, o Partido Colorado historicamente reuniu diversas facções em um considerável espectro ideológico, desde a socialdemocracia reformista, passando pelo *batllismo* (e *neobatllismo* posteriormente) até o liberalismo. Ainda assim, o Partido Colorado foi tradicionalmente associado às boas relações com o Brasil e à industrialização do Uruguai desde o início do século XX.

¹³ O *batllismo* faz alusão à corrente política formada em torno de José Batlle y Ordóñez, presidente do Uruguai entre 1903-1907 e 1911-1915. O *batllismo* é caracterizado pela defesa da intervenção estatal na economia e na criação de políticas públicas essenciais no Estado de bem-estar social. Além disso, o *batllismo* foi alicerçado em concepções nacionalistas e reformistas, sendo responsável por uma série de garantias trabalhistas fundamentais, dessa forma disputando a preferência de trabalhadores urbanos contra movimentos revolucionários.

¹⁴ Ver: LECOMTE; REBELLA; SUÁREZ. Op. cit.; RODRÍGUEZ, Universindo et al. **El sindicalismo uruguayo a 40 años del congreso de unificación**. Montevideo: Taurus, 2006. p. 22.

¹⁵ LECOMTE; REBELLA; SUÁREZ. Op. cit., p. 27

¹⁶ MYERS, Scott. **Los años oscuros (1967-1987)**. Montevideo: Editora Latina, 1997. p.22.

La recuperación de Europa, la creciente injerencia norteamericana en América Latina, el despliegue por parte de esos países de políticas proteccionistas de los productos exportables de la región, incidieron directamente sobre el indicador más receptivo a los cambios de la situación internacional: la balanza comercial. En 1955 terminaron los saldos favorables que habían pautado los diez años anteriores y se abrió la época de los sucesivos déficit.¹⁷

É relevante apontar que o Uruguai ainda conseguiu amenizar os efeitos da crise com a negociação de suas reservas de ouro, acumuladas nos anos de prosperidade econômica. No entanto, a crise alcançou o país eventualmente, se manifestando no crescimento do mercado financeiro e das operações especulativas, na diminuição da exportação da pecuária e na redução industrial. Tais tendências incidiram no encerramento de um ciclo de distribuição governamental atingindo uma sociedade adaptada ao Estado de bem-estar social, o que teve graves efeitos sociais. Uma das consequências mais nefastas em qualquer crise econômica é o aumento de preços, que costuma atingir a classe trabalhadora violentamente. De acordo com Demasi, o resultado da crise do final dos anos 1950 “se percibía en el persistente desequilibrio del comercio exterior (con la consiguiente pérdida de reservas) y también, quizás el fenómeno más impactante de la época, en la inflación: en los años 1957 y 1958 la tasa de incremento de los precios había rondado cerca del 20%”.¹⁸

Até o final dos anos 1960, o Uruguai teve a peculiaridade política de ter como protagonistas dois partidos centenários, que remetem aos primeiros anos do país como Estado-nacional independente — o Partido Colorado, associado ao âmbito urbano montevideano, e o Partido Nacional, com maior influência nas regiões rurais do Uruguai. A crise sócio-político-econômica teve reflexos nas eleições de 1958: depois de quase 100 anos as urnas registraram uma vitória do Partido Nacional (conhecido também como *Blanco*) sobre os *Colorados*, elegendo o primeiro *Consejo Nacional de Gobierno* composto por maioria Nacionalista. Desde 1952 a Constituição uruguaia organizava o Poder Executivo no formato de um colegiado formado por nove conselheiros via eleições diretas com mandato de quatro anos. Outro fator incomum na política partidária do Uruguai são as facções dentro dos partidos. Para Enrique Padrós,

Historicamente, os partidos tradicionais adequaram-se para enfrentar demandas concretas de novos agentes sociais, produtos da imigração e da consolidação do protagonismo da classe operária. Para não perderem a hegemonia do processo eleitoral, estimularam o surgimento, no próprio partido, de novas facções,

¹⁷ NAHUM, Benjamín et al. **El fin del Uruguay liberal 1959-1973**. Historia Uruguaya. Tomo 8. Montevideo: Banda Oriental, 1994. p. 99.

¹⁸ DEMASI, Carlos. El preámbulo: los años 60. In: APPRATTO, Carmen et al. **El Uruguay de la dictadura (1973-1985)**. Montevideo: Banda Oriental, 2004. p. 7.

configurando um grande arco político que ia desde a extrema direita até, em certas conjunturas, a centro-esquerda.¹⁹

Nesse sentido, o colegiado *blanco* eleito em 1958 era composto pelo *lema*²⁰ Herrerista-Ruralista, por sua vez formado pela coalizão entre uma tradicional facção conservadora do Partido Nacional, fundada em torno de Luis Alberto de Herrera, e pela *Liga Federal de Acción Ruralista*, movimento rural que propunha a defesa dos interesses dos produtores rurais uruguaios. Dada a insatisfação da população com as ineficientes respostas do Partido Colorado à crise, a chegada dos *blancos* ao poder representou mudanças radicais na administração político-econômica do Uruguai. Em oposição às administrações *coloradas*, o colegiado do Partido Nacional tratou de limitar a ação do Estado na economia, encerrando assim um longo ciclo protecionista e intervencionista. Junto a isso, foi dado início a uma política de aproximação e alinhamento com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O Uruguai foi um dos membros signatários originais do FMI em 1946²¹, porém sua entrada na organização só foi efetivada em 1947 diante do depósito de uma cota de 15 milhões de dólares.²² Desde sua fundação pelo bloco capitalista, imediatamente após o fim da Segunda Guerra Mundial, o FMI, junto com o Banco Mundial, vinha atuando como organização que instrumentalizava os ditames imperialistas ao subordinar países do “Terceiro Mundo” ou “em desenvolvimento” como dependentes do grande capital dos EUA, principal acionista com poder de veto nas duas organizações.²³ Nessa perspectiva, Nahum et al afirmam que o Uruguai não escapava da

[...] condición dependiente que emanaba de la división internacional del trabajo, donde le correspondía la exportación de materias primas y alimentos hacia los centros industrializados, se sumaban ahora nuevas formas de subordinación. La utilización creciente de instituciones internacionales de crédito era una de ellas.²⁴

Visando o apoio do FMI, o Poder Executivo enviou um projeto de lei ao Congresso no final de 1969 conhecido como “Reforma cambial e monetária” que “establecía un conjunto de

¹⁹ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional, Uruguai (1968-1985): do Pachecato a Ditadura Civil-Militar*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p. 258.

²⁰ As facções dentro dos Partidos eram conhecidas como *Lemas* no Uruguai em Referência à *Ley de Lemas*, de 1934, que regulamentou essa prática visando a manutenção da hegemonia dos Partidos Tradicionais em detrimento de partidos menores ligados à esquerda e centro-esquerda, como o Partido Socialista, Partido Comunista e a União Cívica (PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 258-9).

²¹ LIST of Members. **International Monetary Fund**, 2020. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/np/sec/memdir/memdate.htm>>. Acesso em: 06 mar. 2021.

²² DEMASI. Op. cit., p. 9; PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 266; NAHUM et al. Op. cit., p. 112-114.

²³ Para mais detalhes sobre a atuação dessas organizações em um contexto de globalização, ver: RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. A globalização. In: **Capítulos sobre a História do século XX**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

²⁴ NAHUM et al. Op. cit., p. 117.

medidas que incluían la fijación de normas monetarias e implantaba en términos generales la liberalización de importaciones y exportaciones”.²⁵ Mesmo que o projeto tenha sido modificado pelo Congresso antes de sua aprovação, a aplicação de princípios fundomonetaristas possibilitou o envio de uma “carta de intenções” ao FMI em setembro de 1960, a primeira de quatro tentativas dos dois governos colegiados *blancos* consecutivos (1959-1966). Curiosamente, políticas salariais – liberalizantes e, na prática, de *controlé salarial* – não foram mencionadas nas três primeiras cartas dos governos nacionalistas ao FMI (1960, 1961 e 1962). Para Demasi²⁶, isso é explicado por questões políticas e de aproximação do período eleitoral, o que somado a uma pequena e virtual melhoria na economia uruguaia teve efeito nas eleições de 1962. De fato, ainda que com uma estreita margem de vantagem sobre o *lema colorado*, a reeleição do colegiado *blanco* foi garantida.

O segundo *Consejo Nacional de Gobierno* encabeçado pelo Partido Nacional, ainda que menos coeso politicamente do que o primeiro, continuou com as políticas de alinhamento ao FMI. A crise econômica foi agravada diante da falta de uma diretriz sólida de enfrentamento ao colapso socioeconômico e à sobreposição entre grupos fundomonetaristas e desenvolvimentistas, ligados à *Comisión de Inversiones y Desarrollo Económico* (CIDE) e à Aliança para o Progresso, programa estadunidense que desde 1962 promovia investimentos na América Latina visando ampliar a oferta de trabalho e estabelecer certa “estabilidade política” à região, como forma de enfraquecer aspirações revolucionárias como em Cuba. O resultado disso, para além do contínuo endividamento do Uruguai e da liquidação de suas reservas, foi o aumento da inflação e, conseqüentemente, a desvalorização da moeda²⁷, o que deteriorou qualquer apoio popular que o governo ainda tivesse.

Sob essas condições, em meados dos anos 1960 o Uruguai retornou ao presidencialismo *colorado*. Tendo em vista a inaptidão e falta de unidade do colegiado *blanco* em conseguir superar a crise, até 1966, ano eleitoral, fortaleceu-se a ideia em torno da realização de um plebiscito Constitucional.²⁸ Diante do acordo dos Partidos Tradicionais em apoiar a mesma proposta visando tirar do debate público problemas imediatos e propostas levantadas por

²⁵ DEMASI. Op. cit., p. 8.

²⁶ Ibid.

²⁷ PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 269.

²⁸ Para Demasi (DEMASI. Op. cit) e Trías (TRÍAS, Vivián. **Las vísperas de la dictadura**. Montevideo: Cámara de Representantes, 1989.) as frequentes mudanças de Constituição são uma peculiaridade da História política uruguaia.

partidos e organizações de esquerda²⁹, saiu vitoriosa a reforma *naranja*.³⁰ O triunfo desse projeto representou a consonância de *blancos* e *colorados* em torno de uma reforma conservadora que, ao reestabelecer o sistema presidencialista, expressou o interesse da população na suposta capacidade administrativa do Poder Executivo centralizado na figura presidencial³¹. Contudo, o fortalecimento do presidente a partir dessa reforma teve também a intenção de criar um mecanismo de controle social diante das crescentes manifestações de insatisfação popular com a exposição da crise pelo país. De acordo com Padrós, “[...] o objetivo primordial da nova Constituição foi o de fortalecer o Poder Executivo diante da crescente mobilização da sociedade civil num quadro de agravamento da crise, munindo-o de mecanismos de contenção e de freio do protesto social”.³²

Simultaneamente ao plebiscito Constitucional, ocorreu a eleição presidencial. Assim, considerando o desgaste das medidas impopulares e liberalizantes dos dois colegiados *blancos*, foi eleita a chapa *colorada*, constituída pelo general reformado Oscar Gestido (candidato a presidente) e Jorge Pacheco Areco (como vice). Gestido, ao assumir a presidência em 1º de março de 1967, declarou “su apertura al diálogo con todos los sectores de la sociedad, a la vez que su firme decisión de no ceder ante las demandas ‘arbitrarias o prepotentes’ de cualquier grupo de presión”.³³ Como propõe Nahum et al³⁴, esse discurso assinala o fechamento dos princípios liberais de respeito à oposição que até então eram moderadamente respeitados no Uruguai, marcando assim a centralização com inclinações autoritárias na figura do presidente.

À vista disso, podemos observar que a crise generalizada a partir dos anos 1950 no Uruguai teve como resposta imediata da população a quebra da ordem *colorada*, quase centenária, pelo menos a nível político-institucional. Mesmo com a mudança na chefia do Poder Executivo uruguaio, os dois governos dos colegiados *blancos* não tiveram a capacidade de superar a crise instalada, ainda agravando o quadro político-econômico-social do país ao esvaziar o Estado de bem-estar social que diferenciava o Uruguai dos países na região. Compreendemos que conjunturas de crise revelam o aprofundamento das contradições de classe e, portanto, a quebra da antiga ordem geral no Uruguai é interpretada como paradigma do esgotamento do modelo social-democrata mais-ou-menos liberal dependente do imperialismo

²⁹ Conforme TRÍAS, V., op. cit., o reformismo constitucional em debate no Uruguai em 1966 pode ser considerado uma “cortina de fumaça” proposta pela oligarquia nacional com a intenção de tirar a atenção dos trabalhadores da crise social instalada no país.

³⁰ Para o plebiscito de 1966, suas propostas e desdobramentos, ver: PADRÓS, 2005. Op. cit.; DEMASI. Op. cit.

³¹ BROQUETAS, Magdalena. Liberalización económica, dictadura y resistencia. 1965-1985. In: FREGA, Ana et al. **Historia del Uruguay en el siglo XX (1890-2005)**. Montevideo: Banda Oriental, 2007.

³² PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 270.

³³ NAHUM et al., op. cit., p. 55.

³⁴ Ibid.

estadunidense e europeu. A carência de perspectivas de melhoria e de possibilidades de mudança dentro da ordem vigente aguçou tensões ao estimular que os atores sociais já existentes buscassem alternativas fora da lógica presente.

Desse modo, como veremos adiante, as condições político-econômicas do Uruguai nos anos 1960 formaram um caldeirão de tensões e agitações sociais. Vários dos autores trabalhados nesta pesquisa corroboram com a tese de que a crise no país incentivou e propiciou o surgimento do protagonismo de novos atores no cenário político-social³⁵, entre eles a formação da central sindical *Convención Nacional de Trabajadores*, do grupo guerrilheiro *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* e da coalizão de partidos conhecida como Frente Ampla.³⁶ A isso podemos acrescentar que, para além do *surgimento* desses atores, é destacada a capacidade de organização e ação coletiva de agentes já existentes, mesmo sob condições e espaços que, como investigaremos na sequência, foram progressivamente sendo limitados, cerceados e precarizados.

2.2 O CAMINHO E A UNIDADE: ANTECEDENTES SINDICAIS E A FORMAÇÃO DA *CONVENCIÓN NACIONAL DE TRABAJADORES* (CNT)

Por mais que não seja objetivo deste trabalho recapitular a História dos trabalhadores sindicalistas uruguaios desde sua origem, parece relevante retomar pelo menos alguns aspectos de seu percurso.³⁷ Nesse sentido, as experiências de formação de centrais sindicais no Uruguai prévias à CNT podem ser divididas em dois períodos.

No primeiro momento, podemos apontar as experiências desenroladas nas primeiras décadas do século XX, pautadas pela cisão entre anarquistas e comunistas na Revolução Russa. A primeira central sindical do Uruguai foi a *Federación Obrera Regional Uruguaya* (FORU), fundada em 1905, por trabalhadores anarquistas.³⁸ Devido a divergências em relação ao apoio

³⁵ Ver: RIAL, Juan. **Partidos políticos, democracia y autoritarismo**. Montevideo: Montevideo: Centro de Informaciones y Estudios del Uruguay/Banda Oriental, 1984. 2 vol.; DEMASI. Op. cit.; PADRÓS, 2005. Op. cit.

³⁶ Sobre as duas primeiras, Padrós afirma que “A capacidade de articulação e de resposta das forças populares fez com que do interior da sociedade, junto às tradicionais formas de luta e resistência (greves, manifestações, paralisações, ocupações), surgissem duas novas variantes. Uma, inédita no país: a luta armada, com especial destaque para o *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* (MLN-T). Outra, dentro de uma tradição constitucional e como resposta e amadurecimento da mobilização popular na esfera política: a emergência do Frente Amplio (Frente Ampla), força política que, em 1971, ameaçou o bipartidarismo tradicional”. (PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 274).

³⁷ Para discussões mais complexas sobre o sindicalismo no Uruguai no período anterior à formação da *Convención Nacional de Trabajadores* (CNT), ver: RODRÍGUEZ, Universindo et al. Op. cit.; ALVES, Daniel Augusto de Almeida. *Arriba Los que Luchan! Sindicalismo revolucionário e a luta armada: A trajetória da Federação Anarquista Uruguiaia: 1963-1973*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2016; BOTTARO, José R. **25 años de movimiento sindical uruguayo**. Montevideo: A.S.U., 1985.

³⁸ RODRÍGUEZ, Universindo et al. Op. cit., p. 23-4.

ou não da formação de uma ditadura do proletariado como seguimento do processo revolucionário, foi fundada em 1923 a *Unión Sindical Uruguaya* (USU), que agrupava comunistas e anarco-sindicalistas, que apoiavam criticamente a Revolução Russa.³⁹ Em 1929, a partir de uma cisão entre os comunistas e os anarco-sindicalistas da USU, que eram contra a filiação da central à III Internacional Socialista, foi fundada a *Confederación General del Trabajo del Uruguay* (CGTU), ligada ao *Partido Comunista del Uruguay* (PCU).

O segundo período é caracterizado pelo contexto global do início da Guerra Fria. Em 1942, com a dissolução da CGTU, foi fundada a *Unión General de Trabajadores* (UGT), também associada ao PCU e filiada à Federação Sindical Mundial (FSM), de orientação comunista. A principal tarefa executada pela UGT foi a massificação do movimento sindical através de sua participação nos *Consejos de Salarios*⁴⁰, órgão tripartite entre governo, empresários e trabalhadores, que buscava conciliar os interesses de todos, assim evitando conflitos sindicais. Mesmo com o enfrentamento da UGT ao “*amarillismo sindical*”⁴¹, em 1952 foi fundada a *Confederación Sindical del Uruguay* (CSU), central filiada à Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL) e à Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT), ambas orientadas pelas diretrizes sindicais estadunidenses. Dada a polarização do sindicalismo uruguaio nessa época, muitos grêmios e sindicatos se negaram a sujeitar às diretrizes internacionais das duas centrais e preferiram atuar de forma autônoma.

Mesmo que diversas, as experiências em torno da formação de uma central sindical no Uruguai tiveram como entrave comum a dificuldade em alcançar uma unidade classista diante de divergências ideológicas e do identitarismo político entre lideranças e organizações sindicais. Sobre isso, Nahum et al⁴² apontam que o principal problema enfrentado pelas tentativas de unificação era sua construção baseada em posições ideológicas e doutrinárias prévias, o que afastava os sindicatos opositores. Ainda sobre essa questão, Demasi classifica as condutas das direções sindicais em duas correntes, as “[...] ‘finalistas’ que veían en el sindicato una herramienta para el cambio social, y bases mayormente ‘reivindicacioncitas’ que perseguían reclamos más inmediatos”.⁴³ O principal efeito do sectarismo político-sindical no Uruguai até

³⁹ TRÍAS, Ivonne. **Hugo Cores: Pasión y rebeldía en la izquierda uruguaya**. Montevideo: Trilce, 2008.

⁴⁰ RODRÍGUEZ, Universindo et al. Op. cit., p. 66-7. Além da atuação propriamente sindical da UGT, Rodríguez et al também destacam seu posicionamento em favor dos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial. Porém, Alves ressalta o caráter conciliatório de classe da UGT, que “sob o pretexto de uma política antifascista que apoiasse os aliados na Segunda Guerra, o PCU desenvolveu uma política de colaboração de classes dentro do país” (ALVES. Op. cit., p. 35).

⁴¹ Expressão utilizada no Uruguai para se referir às condutas conhecidas como “peleguismo” no Brasil.

⁴² NAHUM et al. Op. cit.

⁴³ DEMASI. Op. cit., p. 11.

esse momento foi a dificuldade do crescimento numérico dos trabalhadores sindicalizados, ainda que a população operária tenha dobrado nos anos 1950.⁴⁴

O período imediatamente anterior à formação da CNT, é definido pelas articulações e esforços em estabelecer uma central sindical que fosse aglutinadora da *classe* trabalhadora e não somente centrada na ideologia ou no partido de um grupo de trabalhadores. Considerando o alastramento da crise e dos tensionamentos sociais desde o início dos anos 1960, a unificação e centralização sindical classista passou a ser visada por alguns setores sindicalistas. Assim, entre 1959 e 1961 realizaram-se consultas aos sindicatos e grêmios sobre a necessidade e possibilidade de criação de uma central única, resultando na formação da *Central de Trabajadores del Uruguay* (CTU).⁴⁵ A partir de 1963, a aproximação da CTU com sindicatos ainda não unificados que não participaram de sua fundação, “UTE, magisterio, gráficos, bancários, FUNSA, carne, prensa, ANCAP, cañeros de Artigas”⁴⁶, estimulou a criação de um organismo de coordenação denominado “*Convención Nacional de los Trabajadores*”, a CNT, em agosto de 1964.

Nesse momento, antes de começarmos a versar sobre as condições de criação da CNT, se faz interessante levantar uma discussão teórica sobre o conceito de classe. O historiador E. P. Thompson, no prefácio de sua obra “A Formação da Classe Operária Inglesa”, se opõe frontalmente a pensadores marxistas estruturalistas ao negar que classe seja uma estrutura ou categoria ao afirmar que “por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto da matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*”.⁴⁷ A historiadora Ellen Wood⁴⁸ vai ao encontro de Thompson ao defender que, sob uma concepção sócio-histórica, classe é a expressão das relações sociais pautadas pela relação entre produtores e apropriadores. Ambos autores também compreendem que a classe proletária é coletivamente responsável por sua própria formação a partir do compartilhamento de experiências comuns entre seus membros, proporcionadas pela negação da exploração capitalista e por vivências laborais similares – assim destacando a agência dos trabalhadores na construção das relações internas e externas a sua classe.⁴⁹

⁴⁴ PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 262.

⁴⁵ RODRÍGUEZ, Universindo et al. Op. cit., p. 69; DEMASI. Op. cit., p. 25.

⁴⁶ RODRÍGUEZ, Universindo et al. Op. cit., p. 73.

⁴⁷ THOMPSON, E. P. Prefácio. In: **Formação da classe inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. Vol. 1.

⁴⁸ WOOD, Ellen. M. Classe, como processo e como relação. In: **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p. 73.

⁴⁹ Para Thompson, “classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (THOMPSON. Op. cit., p. 10). Enquanto isso, Wood compreende que

Os trabalhadores imigrantes que chegaram no Uruguai na segunda metade do século XIX não são, necessariamente os mesmos que contribuíram na constituição da FORU e de suas dissidências, nem os que fundaram o PCU na década de 1920 e nem sequer são os mesmos sindicalistas de diferentes orientações ideológicas que fundaram a CNT nos anos 1960. Contudo, Thompson e Wood propõem que classe, e no caso deste estudo a classe trabalhadora, é uma relação social dinâmica, assim como todas as relações históricas são, dentro dos preceitos do materialismo histórico-dialético. Com isso, compreendemos que a organização de agremiações e sindicatos pelos trabalhadores uruguaios ao longo de sua história, mesmo que iniciados a partir de experiências vindas do outro lado do oceano, expressam o sentido de compartilhamento de experiências coletivas por esses sujeitos. Ao longo do tempo, esses trabalhadores conscientemente buscaram aprimorar seus mecanismos de resistência diante do Capital. Desse modo, a desmobilização de manifestações de sindicatos isolados nos anos 1950⁵⁰ pode ter servido como aprendizado que contribuiu ao pautar a unificação sindical e aceleraram esse processo como resposta imprescindível da classe trabalhadora à agudização da crise dos anos 1960.

Desde sua fundação ainda como órgão coordenador da CTU, os sindicalistas da CNT compreendiam que a crise no Uruguai não seria superada unicamente com o atendimento de reivindicações do movimento sindical, como questões salariais, de jornada de trabalho e etc., mas sim com um projeto que envolvesse todos setores populares da sociedade. Com isso, conforme programado em setembro de 1964, é realizado entre 12 e 15 de agosto de 1965 o *Congreso del Pueblo*. Segundo Rodríguez et al, “el evento contó con la participación de 1376 delegados titulares en representación de 707 organizaciones sociales ‘de los distintos oficios manuales, intelectuales, estudiantes, artesanos y pequeños comerciantes y productores, y hasta amas de casa de toda la República’”.⁵¹ Para além da conjunção de forças de diversos âmbitos sociais, o *Congreso del Pueblo* teve como principal resultado a elaboração de um “Plano de soluções à crise”, que apontava a “reforma agraria, nacionalización de los monopolios y de las industrias esenciales de capitales extranjeros, del comercio exterior e de la banca, comercio con todos los países, gravámenes al privilegio, impuestos progresivos a las tierras improductivas y anulación de los contratos petroleros”.⁵² Também é importante salientar que, para além da

“[...] as pessoas nunca estão ‘reunidas’ em classes, a pressão determinante exercida por um modo de produção na formação das classes não pode ser expressa sem referência a alguma coisa semelhante a uma experiência comum – uma experiência vivida de relações de produção, as divisões entre produtores e apropriadores, e, mais particularmente, dos conflitos das lutas inerentes às relações de produção” (WOOD. Op. cit., p. 89).

⁵⁰ ALVES. Op. cit., p. 40.

⁵¹ RODRÍGUEZ et al. Op. cit., p. 75.

⁵² Ibid. p. 76-7.

elaboração de planos propositivos, a CNT também conseguiu desde sua fundação coordenar demonstrações força e de coesão entre sindicatos com a convocação de sua primeira paralisação geral de abril de 1965, que durou 24 horas e contou com grande adesão de trabalhadores e servidores públicos, aposentados, estudantes e agricultores, o que chamou a atenção e alarmou setores conservadores da política e forças policiais.⁵³ A plataforma reivindicatória proposta pela CNT incluía a luta:

Contra la crisis, la inflación, la carestía, la bancarrota nacional.
 Por soluciones radicales que ataquen el privilegio.
 Por fuentes de trabajo y defensa del nivel de vida del pueblo.
 Por las libertades públicas y sindicales.
 Solidaridad con los gremios en lucha.⁵⁴

No dia 1º de outubro de 1966 foi finalizado o Congresso de Unificação, onde foi acordado que a CNT deixaria de ser a Coordenadora dos sindicatos para se tornar a central sindical dos trabalhadores uruguaios. Nesse Congresso foi deliberado o mantimento do nome da central como *Convención Nacional de Trabajadores* e foram aprovados os estatutos da CNT, sua Declaração de Princípios e foi assumido também o Programa da CNT, elaborado no *Congreso del Pueblo*. Na Declaração de Princípios, aprovado por 436 organizações, “199 de Montevideo y 237 del Interior”⁵⁵, foi definido que

A CNT expresa a unidade combativa, a independência de classe, o caráter profundamente solidário e as experiências de quase cem anos de luta organizada da nossa classe trabalhadora, forjada nas melhores tradições históricas de nosso povo. [...] Com esse conteúdo a CNT se constitui para impulsionar a um plano superior a luta pelas reivindicações econômicas e sociais, dos trabalhadores da cidade e do campo, por melhores condições materiais e culturais do nosso povo, pela libertação nacional e o progresso de nossa Pátria, em direção a uma sociedade sem explorados nem exploradores.⁵⁶

Além da centralidade da luta sindical no processo de libertação nacional, a Declaração também indicava que a solidariedade nacional, entre trabalhadores do campo, da cidade, aposentados e estudantes, e a fraternidade internacional, através da sua participação nos “avanços da unidade sindical latino-americana”⁵⁷ eram essenciais na luta pela libertação de todos os povos e sua emancipação da exploração capitalista. Na segunda seção da Declaração

⁵³ DEMASI. Op. cit., p. 27; RODRÍGUEZ et al. Op. cit., p. 74.

⁵⁴ LEGUIZAMÓN, Hugo. Uruguay: la crisis política 1968-1973. **Historia del Movimiento Obrero**, n. 78. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1971. p. 622.

⁵⁵ RODRÍGUEZ et al. Op. cit., p. 80.

⁵⁶ CONVENCION Nacional de Trabajadores (CNT). Declaração de princípios da CNT. **Cadernos Sindicais**, n. 1. São Paulo: Editora Correio Sindical, 1983. p.11.

⁵⁷ CONVENCION Nacional de Trabajadores (CNT), loc. cit.

é abordada “a crise nacional, suas causas e responsáveis”. Nessa síntese, a CNT aponta a oligarquia nacional e o monopólio internacional como causadores da crise no Uruguai e que, através de diferentes governos, impuseram ao país a condição de dependência do Imperialismo estadunidense assim “[...] deformando nossa economia e destruindo o desenvolvimento de nossa Pátria”.⁵⁸ Como consequência do seguimento das diretrizes do FMI, a CNT ainda cita a desvalorização da moeda (o *Peso*) e sua consequência central: a inflação, que ao debilitar a condições de vida da população mais pobre, jogava o peso da crise sobre os trabalhadores, tendo em vista a proteção dos privilégios da classe capitalista.

Para Nahum et al, a heterogeneidade característica na formação da CNT demonstrou “[...] la posibilidad de que desde diferentes posturas ideológicas y tácticas se aunaran esfuerzos en pos de un proyecto común”.⁵⁹ Porém, a manutenção da unidade de uma central que reunia 90% do heterogêneo movimento sindical uruguaio⁶⁰ foi cercada de dificuldades. Se por um lado a amplitude social e ideológica da CNT fortalecia a central no sentido de amplificar seu alcance e sua capacidade de pressão e unificar a luta pelas demandas dos trabalhadores, por outro sua heterogeneidade e extensão ocasionou o estabelecimento de tendências e disputas internas. É importante lembrar que, durante o processo de unificação sindical que culminou na fundação da CNT, as principais discordâncias entre os diferentes grupos que buscavam o diálogo eram sobre a afiliação internacional da central a ser criada, a separação ou não da militância política e sindical⁶¹ e a possibilidade da militância profissional.⁶²

Nos anos 1960 e 1970 foram protagonistas dessas disputas internas as duas maiores tendências dentro da CNT, os comunistas e os anarco-sindicalistas. A tendência comunista foi majoritária dentro dos cargos de direção da central⁶³ e ligada ao PCU, que por sua vez respondia

⁵⁸ Ibid. p. 12.

⁵⁹ NAHUM et al. Op. cit., p. 71.

⁶⁰ ALVES. Op. cit., p. 71.

⁶¹ Segundo Nahum et al, para os comunistas “el proceso de transformación social distinguía diversos ámbitos de lucha (política, sindical, etc) privilegiando el papel del partido revolucionario como guía o vanguardia del mismo”, enquanto outros grupos (incluindo anarco-sindicalistas) “situaban el papel de los movimientos sociales, especialmente de los sindicatos, por encima de las organizaciones partidarias” (NAHUM et al. Op. cit., p. 165).

⁶² De acordo com Alves, no contexto de construção da CNT, em oposição aos comunistas, “[...] o sindicalismo autônomo não permitiu, estatutariamente, a existência de militantes profissionais (pagos) para desempenhar suas funções; isso era visto como antídoto contra desvios que poderiam deslocar os militantes do cotidiano de sua classe, transformando-os em meros burocratas e gestores de um aparelho sindical. Da mesma forma, aprovou-se a não filiação da CNT a outras centrais internacionais, garantindo a autonomia dos sindicatos de se filiarem a essas, assim como o veto à ocupação de cargos públicos, em nível de legislativo e executivo, por parte de dirigentes da central; caso um dirigente fosse eleito, deveria optar entre um dos dois cargos” (ALVES. Op. cit., p. 76).

⁶³ José Pepe D’Elía, militante da *Federación Uruguaya de Empleados de Comercio e Industria* (FUECI), foi eleito como Presidente da CNT em 1966, no Congresso de Unificação, o que foi ratificado pelo primeiro Congresso da CNT, em 1969. Para a lista completa do primeiro Secretariado Executivo e Mesa Representativa da CNT, ver RODRÍGUEZ et al. Op. cit., p. 80-85.

às orientações emitidas pela URSS.⁶⁴ Por outro lado, a tendência anarco-sindicalista era minoritária e através do grupo *Tendencia Combativa*⁶⁵ buscava fazer frente ao predomínio comunista, fechando as possibilidades de a CNT se tornar um braço sindical do PCU. Contudo, mesmo com divergências internas, a unificação da CNT chama a atenção pela consistência de seu centralismo democrático. A partir do exame da documentação aprovada pela CNT no Congresso de Unificação podemos encontrar indícios que apontam como o processo de busca pela unidade sindical passou diretamente pelo acordo de diferentes grupos. Isso é visível no 2º artigo dos Estatutos da CNT, aprovado em 1966, que indica que

c) Para cumprir seu objetivo específico, a CNT funcionará assegurando durante todo tempo, a mais ampla democracia sindical para todos seus integrantes e sua independência frente ao Estado, os patrões, os partidos políticos e as seitas religiosas e filosóficas. Sem prejuízo do que foi dito, respeitará as convicções ideológicas, políticas, filosóficas e religiosas dos associados das entidades sindicais que a integram. Será assegurado, permanentemente, no seu interior, o direito à crítica e à auto-crítica.⁶⁶

Além do Estatuto da central, podemos observar referências à unidade associada à liberdade e democracia sindical nas falas de trabalhadores sindicalistas constituintes da CNT de diferentes tendências, conforme registrado por Rodríguez et al. Primeiro, a manifestação do linotipista Gerardo Gatti, sindicalista anarquista associado ao *Sindicato de Artes Gráficas* (SAG) e depois de Ruben Villaverde, sindicalista comunista e secretário da Federação de Funcionários da *Administración Nacional de las Obras Sanitarias del Estado* (OSE)

[...] Los sindicatos uruguayos que son – con todos sus defectos, sus insuficiencias y sus inmadureces – auténticos, naturales no digitados, abrieron una vía original para unirse. Nació la CNT, sin quedarse marginada ninguna tendencia, sin monopolio de ningún partido, sintiendo los sindicatos y orientaciones que la cosa es de todos. A mi criterio, viejas antinomias radicales en torno a autonomías versus radicalización sindical fueron así superadas.⁶⁷

[A CNT era] un movimiento sindical unificado no detrás de una corriente ideológica sino detrás de un programa con conceptos de clase muy arraigados. Veámos con preocupación el resto de América Latina al movimiento sindical dividido. Prácticamente existía una central para cada corriente ideológica.⁶⁸

⁶⁴ MYERS. Op. cit., p. 39; NAHUM et al. Op. cit., p. 165.

⁶⁵ A *Tendencia Combativa* não foi um grupo formalmente organizado, tendo sido composto por diversos grupos anarco-sindicalistas, principalmente pela *Resistencia Obrera Estudiantil* (ROE) pelos *Grupos de Acción Unificadora* (GAU).

⁶⁶ CONVENCION NACIONAL de Trabajadores (CNT). Estatutos da CNT aprovados no Congresso de Unificação. **Cadernos Sindicais**, n. 1. São Paulo: Correio Sindical, 1983. p. 20.

⁶⁷ RODRÍGUEZ et al. Op. cit., p. 77-8.

⁶⁸ Ibid. p. 89-90.

Portanto, a relevância da diversificada construção ideológica e metodológica nos debates internos da CNT se faz evidente na análise do documento produzido pela CNT e nas falas de trabalhadores integrantes da central. Mesmo existindo o predomínio diretivo da tendência comunista, como aponta a historiografia, o equilíbrio de forças dentro da CNT permitiu que a central conseguisse manter seu caráter classista.

2.3 A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES AO AVANÇO AUTORITÁRIO DURANTE O *PACHECATO*

A morte do presidente Oscar Gestido em 6 de dezembro de 1967, antes de completar um ano de mandato, não tirou o Uruguai do caminho fundomonetarista para a superação da crise. Sob o contexto de frustração da população com o prolongamento da crise e as respostas ineficazes dos políticos tradicionais do país, Pacheco Areco deu continuidade e até aumentou a presença tecnocrata nos ministérios⁶⁹, e incrementou a implantação das medidas sugeridas pelo FMI para controle da crise, como as de austeridade, visando o controle da inflação. Dentre as imposições do FMI, a principal delas foi o congelamento de salários e a desvalorização da moeda – que havia sido atendida com relutância por Gestido em novembro de 1967 com desvalorização de 100%. Meses mais tarde, em abril de 1968, Pacheco Areco desvalorizou mais uma vez o *Peso* em 25%.⁷⁰ No entanto, o governo *colorado* sofreu muito desgaste ao atingir diretamente as condições de vida da classe trabalhadora. O fortalecimento do movimento sindical uruguaio nos anos 1960, e a irrupção de uma central unificada como a CNT, autodeclarada vanguarda da oposição ao governo⁷¹, foi o maior obstáculo de Pacheco Areco na implementação de políticas fundomonetaristas.

Dentro do espírito da velha Doutrina Monroe, a dissonância entre o governo uruguaio e o movimento sindical do país foi meticulosamente examinado pela Agência Central de Inteligência dos EUA (*Central Intelligence Agency* - CIA) em um relatório originalmente classificado como secreto, de outubro de 1968. Nas vinte e sete páginas do parecer, a CIA avalia as dificuldades do Uruguai em superar a crise prolongada e aponta que o principal obstáculo do

⁶⁹ DEMASI. Op. cit., p. 40-1; MYERS. Op. cit., p. 35; NAHUM et al. Op. cit., p., 56; De acordo com Padrós, a presença de “técnicos” – que eram grandes empresários, na maioria das vezes – tinha o sentido de esvaziamento do tradicional debate político público no Uruguai, onde os eleitos prestavam contas ao eleitorado, o que colocava a democracia em uma situação de perigo, já que “acentuar a imagem do desprestígio dos partidos políticos e responsabilizá-los pela atuação ineficiente diante da crise social econômica que atravessava o país escondia um risco potencial de autoritarismo: o menosprezo pelo Parlamento e pela representação popular” (PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 273).

⁷⁰ MYERS. Op. cit., p. 36-7.

⁷¹ Ibid. p. 37.

país é a atividade política de sua população, destacando o alto nível de organização sindical da população urbana. Esse mesmo relatório, nomeado “*Uruguay's Continuing Economic Impasse*”, sugere a desindustrialização do Uruguai e seu retorno ao agronegócio como rota da saída da crise econômica, porém ressalta que dada a força das organizações sindicais, essa poderia ser uma proposta mal recebida pela sociedade; a mesma só poderia ser aplicada por um governo que estivesse “disposto e capaz de frustrar a vontade popular”.⁷²

A principal ferramenta de repressão às mobilizações populares no governo Pacheco Areco foram as *Medidas Prontas de Seguridad* (MPS). O *Pachecato*⁷³ não criou esse recurso constitucional, presente em todas as Constituições do Uruguai, desde a primeira Carta Magna do país de 1830 e nem foi o primeiro governo a fazer uso delas. Enquanto dispositivo constitucional, as MPS garantiam ao presidente o decreto da suspensão e restrição de direitos individuais constitucionais diante de “[...] casos graves e imprevistos de ataque exterior o conmoción interior [...]”. O Presidente Gestido chegou a utilizar MPS pouco antes de morrer, em 9 de outubro de 1967, quase simultaneamente à visita do FMI e à desvalorização da moeda. A resposta imediata da CNT foi a convocação de uma paralisação no dia 11 de outubro. Em 22 de outubro, cinco dias depois da divulgação da carta de intenções ao FMI, foi anunciado o levantamento das MPS; estas, em menos de duas semanas, resultaram em 442 prisões, uma paralisação geral, duas parciais e vários jornais censurados e fechados temporariamente (*Marcha, El Popular, Verdad e Unzer Fraint*).⁷⁴

Com Pacheco Areco, as MPS deixaram de ser uma exceção constitucional para serem utilizadas indiscriminadamente pelo governo como repressão a movimentos populares. Na lógica de escalada autoritária percorrida durante o *Pachecato*, o crescimento de movimentos sociais, a partir do final dos anos 1960 – como a CNT, os Tupamaros (MLN-T) e posteriormente a Frente Ampla – intensificavam o recrudescimento repressivo do Estado através de

⁷² “For progress over the long term, the Uruguayan government must introduce reforms conducive to an expansion of exports and investment. Paramount in such reforms would be a shift in economic policy from support of urban consumption to an emphasis on agricultural investment (both public and private) and a continuing firm effort to subdue inflation. Such a program would be vigorously opposed by the well-organized labor movement and business interests. [...] Thus thoroughgoing reform and rejuvenation of the economy can be accomplished only by a government that is willing and able to thwart the popular will”. CIA. *Uruguay's Continuing Economic Impasse*. 1968.

⁷³ A expressão “*Pachecato*”, conforme utilizada por PADRÓS, 2005. Op. cit., refere-se ao período presidencial de Pacheco Areco, caracterizado pela indiscutibilidade de sua escalada autoritária. Salientamos que, segundo a *Real Academia Española*, o sufixo “ato” na língua castelhana, entre outros significados, “[...] indica dignidad, cargo o jurisdicción”, o que explicita a carga negativa atribuída à expressão, dada sua semelhança com palavras como “*califato*” e “*virreynato*”, relacionadas a instituições sem alternabilidade no poder.

⁷⁴ DEMASI, Carlos et al. **La caída de la Democracia**: cronología comparada de la historia reciente del Uruguay (1967-1973). Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1996. p. 33.

mecanismos legais e ilegais.⁷⁵ Nesse sentido, um decreto assinado por Pacheco Areco na sua primeira semana na presidência, que dispunha da proibição e dissolução de organizações e periódicos de esquerda, como a *Federación Anarquista Uruguaya* (FAU), o *Partido Socialista* (PS) e os jornais “*Epoca*” e “*El Sol*”, pode ser classificado como “[...] el primer paso de lo que sería la constante restricción de libertades, represión y avance del autoritarismo durante todo el período”.⁷⁶

Assim, os problemas da violência armada, juntamente com a mobilização sindical, passam a figurar como protagonista na vida política uruguaia e, segundo Juan Rial, foram percebidas, nesse momento, como uma ameaça para grupos da classe dominante, que, por sua vez, responderam com o agravamento repressivo através das MPS.⁷⁷ Porém, conforme Nahum et al⁷⁸, foram as condições pré-autoritárias e violentas que ditaram a força da resistência armada, sindical e estudantil, e não o oposto, visto que a violação cotidiana dos direitos individuais acabou por deteriorar os valores democráticos no Uruguai. Isso é respaldado por Padrós, que afirma que “independente da existência da guerrilha e da sua real força, deve-se ressaltar o componente autoritário do governo Pacheco Areco”.⁷⁹

O ano de 1968 foi especialmente significativo para movimentos sociais na Europa, EUA e também na América Latina. Mesmo que influenciado pelo “68” do Norte do mundo, as mobilizações latino-americanas tiveram aspectos singulares de sua própria identidade e realidade regional. De acordo com Padrós e Fernandes, “a crítica global ao imperialismo, ao colonialismo, ao racismo, à exploração e à desumanização da civilização esteve acompanhada de elementos particulares e concretos nas diversas realidades nacionais”⁸⁰ da América Latina. No Uruguai, 1968 foi um ano paradigmático tanto para as mobilizações de estudantes, trabalhadores e guerrilheiros quanto para a expansão repressiva contra esses movimentos. Embalados pelas canções de Daniel Viglietti, Alfredo Zitarrosa e Los Olimareños, os uruguaios buscavam novas possibilidades diante dos velhos problemas de um sistema que há muito já dava sinais de seu esgotamento e incapacidade de renovação e atendimento das expectativas arraigadas pelo “68”. Na celebração do 1º de maio de 1968, as forças policiais de Montevideo atacaram com bombas de alcatrão os *cañeros* da UTAA que protestavam, gritando palavras de

⁷⁵ DEMASI. Op. cit., p. 29.

⁷⁶ NAHUM et al. Op. cit., p. 57.

⁷⁷ RIAL. Op. cit., p. 25-6.

⁷⁸ NAHUM et al. Op. cit. p. 32-3.

⁷⁹ PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 290.

⁸⁰ PADRÓS, Enrique Serra; FERNANDES, Ananda Simões. O 68 no Uruguai: crise estrutural, mobilização social e autoritarismo. **História**: debates e tendências. Passo Fundo/RS: UPF, v. 8, n. 1, p. 28-49, jan./jul. 2008.

ordem anti-imperialista, na frente da Embaixada estadunidense.⁸¹ A repressão excessivamente violenta das manifestações desencadeou uma série de protestos, greves e paralisações apoiadas pela CNT, e ocupações de *liceos* por secundaristas, que também protestavam contra o aumento da passagem escolar.⁸²

O clima de convulsão social no Uruguai foi agravado em 13 de junho, quando Pacheco Areco decreta as MPS visando a desmobilização das manifestações que, desde maio, eram diárias no país. As MPS de junho de 1968 também precederam o congelamento de preços e salários. Mais uma vez, o poder de mobilização da CNT e dos sindicatos se fez efetivo, já que imediatamente após o anúncio das *Medidas* foi dado início a uma onda de paralisações no país. Conforme noticiado no semanário *Marcha*,

[...] se cumplió el paro dispuesto por la CNT cuya entidad no fue ignorada siquiera por los comunicados oficiales: no trabajó la banca privada, hubo ausentismo en la oficial, no se editaron diarios y el servicio del transporte solo se cumplió en base al dispositivo de emergencia de CUTCSA [Compañía Uruguaya de Transporte Colectivo Sociedad Anónima], con el aporte de las compañías menores”.⁸³

Como resposta o governo decretou, dias depois, a militarização dos bancos estatais (*Banco de la República Oriental del Uruguay* e *Banco Central del Uruguay*), UTE (companhia estatal de eletricidade), a OSE, os Correios e a empresa de Telecomunicações. A militarização dos servidores públicos e bancários implicou na proibição dos trabalhadores de participarem de greves, o que seria caracterizado e punido como “deserção”, além de obrigarem os funcionários a se “apresentarem” em seus locais de trabalho em horários diferentes do habitual, visando desmobilizar as manifestações.⁸⁴ Em reação à persistência de resistência de bancários e funcionários públicos, o governo destituiu líderes sindicais, prendeu e internou em instituições militares centenas de trabalhadores por tempo limitado. A partir desse momento, a deterioração das relações entre o governo e o movimento sindical foi irreversível e se agravou com a invasão das sedes da *Asociación de Bancarios del Uruguay* (AEBU), importante sindicato uruguaio, e da CNT, em 25 de setembro.

As medidas de austeridade econômica de Pacheco Areco beneficiaram o grande capital: crescimento de 1,6% no PIB, o que foi bem recebido pelo empresariado depois do crescimento negativo de 4,1% em 1967.⁸⁵ Porém, a recuperação econômica não foi estendida à classe

⁸¹ RODRÍGUEZ et al. Op. cit., p. 84.

⁸² DEMASI et al. Op. cit., p. 19-20. Alves e Padrós lembram da consigna histórica “Obreros y Estudiantes, unidos y adelante” (ALVES. Op. cit., p. 46; PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 263).

⁸³ *Marcha*, 21/06/1968, p. 7.

⁸⁴ PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 279.

⁸⁵ MYERS. Op. cit., p. 41.

trabalhadora, já que as seguidas desvalorizações da moeda causaram o decréscimo do salário real enquanto o custo de vida dobrou em relação à 1967.⁸⁶ Os ataques diretos aos trabalhadores, em termos econômicos e repressivos, afiançaram a confiança dos setores conservadores dos partidos *Colorado* e *Blanco*, do empresariado e do governo. O apoio desses setores e as negociações que permitiram um acordo com a AEBU abriram espaço para que o governo levantasse as MPS em 15 de março de 1969, nove meses depois de seu decreto.

No entanto, o estado de normalidade constitucional durou pouco. Em junho de 1969 as *Medidas* foram instauradas novamente, visando impedir a organização de manifestações contrárias à visita do Secretário de Estado dos EUA, Nelson Rockefeller. Esse período de MPS pode ser considerado ainda mais autoritário e violento do que o anterior, visto que já no primeiro dia de decreto foi ordenada a prisão de cerca de 800 militantes de esquerda, entre eles José *Pepe* D'Elía, presidente da CNT. O aparato repressivo governamental também tratou de proibir a veiculação de propagandas e convocações de paralisações e greves e notícias que “perturbassem a ordem”.⁸⁷ Todos os setores de trabalhadores entraram em conflito direto com a repressão do *Pachecato*, mas o confronto mais destacado foi, de novo, entre o governo e os bancários da AEBU. Houve nova militarização do trabalho bancário, dessa vez incluindo os trabalhadores do setor privado. A AEBU “[...] hizo frente a la militarización de sus afiliados y creó una amplia red de solidaridad y apoyo a los huelguistas ‘desertores’ que pasaron a la clandestinidad”.⁸⁸ Apesar de tudo, os bancários conseguiram manter uma greve de 73 dias sob duras retaliações por parte da patronal e das forças policiais, e que foi encerrada com um acordo após a desmilitarização do setor privado.

A continuidade da austeridade econômica imperante no Uruguai deu seu primeiro sinal de retorno positivo a população no final de 1969, quando foi registrado um crescimento no PIB de 6,3% e aumento de 12% do salário real em relação a 1967⁸⁹ – o que parece ser pouco, se comparado ao estado de empobrecimento e perseguição política da população, com o aumento constante do custo de vida e mais de 5 mil pessoas presas devido às MPS.⁹⁰ Apesar de 1970 ter sido um ano menos conflituoso que 1969, a violência estatal instalada por Pacheco Areco não deu nenhum passo para trás. Contudo, a atenção repressiva pareceu ter mudado seu foco,

⁸⁶ NAHUM et al. Op. cit., p. 150. Em uma análise detalhada da trajetória econômica do Uruguai sob as MPS, o semanário *Marcha* aponta a deterioração da economia do país, que alcançou o menor índice de PIB *per capita* da América Latina. A matéria ainda ironiza a relação da piora econômica do país com a instauração das MPS ao chamar a situação financeira do país de “bello fruto de la ‘gran experiencia económica de 1968’, con ayuda de las Medidas de Seguridad”, ver *Marcha*, 21/03/1969.

⁸⁷ DEMASI et al. Op. cit., p. 96.

⁸⁸ RODRÍGUEZ et al. Op. cit., p. 86.

⁸⁹ DEMASI et al. Op. cit., p. 112.

⁹⁰ *Ibid.*

passando dos trabalhadores sindicalistas aos guerrilheiros Tupamaros. O compromisso de Pacheco Areco em derrotar os “inimigos internos” ditou os rumos dos seus dois últimos anos de mandato na presidência.⁹¹ O refluxo de repressão e violência em relação aos anos anteriores permitiu que a CNT avaliasse sua atuação no contexto de escalada autoritária e planejasse sua linha de atuação para o futuro próximo. Em sua coluna no *Marcha*, publicada um dia antes da celebração do 1º de maio de 1970, o sindicalista Héctor Rodríguez fez uma avaliação retrospectiva da atuação sindical a partir dos últimos dias dos trabalhadores. Para o colunista,

En 1967 los sindicatos [estaban] ante otro gobierno, de otro partido, que vacilará un año entero antes de elegir un rumbo definitivo para su política; [...] Las medidas de seguridad de octubre de 1967, la clausura de “Epoca” y la declaración de ilegalidad para varios grupos políticos confirmaron aquel indicio anterior, hicieron otra vez urgente (muy urgente) la elaboración de una plataforma común, de un plan de lucha y de métodos organizativos apropiados para desenvolverlo. [...] El 1º de mayo de 1970, el que mañana viviremos encuentra a los sindicatos en discusión de la experiencia 68-69 para trazar – a su luz y a su sombra – la perspectiva de los años 70. [...] *Unidad*, para definir caminos y para transitarlos en bien de los trabajadores y del pueblo; *solidaridad*, con los que en todas las latitudes hacen de la emancipación nacional y social la razón de su esfuerzo; *lucha* para merecer la libertad y la vida en este Uruguay entrañablemente nuestro: tal el lema del 1º de mayo.⁹²

Nesse sentido, pode-se dizer que a instalação repressiva no Uruguai tinha como objetivo a desestruturação do movimento sindical. Conforme apontado por Hector Rodríguez, a resistência encabeçada pelos trabalhadores da CNT tinha como tarefa principal, dali em diante, a unificação da ação política daqueles que se opunham à escalada autoritária iniciada pelo *Pachecato* – aproximando-se de organizações políticas e sociais com as quais tinham pontos de coincidência essenciais. A criação da Frente Ampla, para a disputa das eleições de 1971, foi o resultado desse esforço.

Ainda que as imposições autoritárias de Pacheco Areco causassem medo da repressão, através da prisão e do desemprego, os sindicatos reunidos em volta da CNT conseguiram desenvolver algumas estratégias de resistência. Conforme indica o Estatuto da CNT⁹³, greves, paralisações e manifestações foram a principal ferramenta na reivindicação por direitos e

⁹¹ Nesse sentido, o *Pachecato* encontrou um campo favorável para essa “virada repressiva”, já que desde a execução de Dan Mitrione (agente federal estadunidense especialista em “técnicas de interrogatório”) pelos Tupamaros, a população uruguaia passou a rejeitar a organização guerrilheira, que antes contava com ampla simpatia popular. A demonstração de violência do MLN-T ao executar Mitrione, que fora enviado pelo governo estadunidense para ensinar técnicas de tortura e treinar agentes policiais do Brasil e do Uruguai, não teve boa repercussão entre os uruguaiois, o que serviu como gatilho para o aprofundamento da perseguição aos Tupamaros.

⁹² *Marcha*, 30/04/1970, p. 10.

⁹³ “Artigo 10 - Os sindicatos comprometem-se a avaliar, através de seus órgãos correspondentes com poder de decisão, todas as iniciativas (mobilização, comícios, greves, etc.) que sejam propostas pela CNT ou desencadeadas por esta ou suas entidades”.

resistência dos trabalhadores diante da repressão empresarial e estatal. Embora greves e paralisações tenham diferentes especificidades e dificuldades específicas de mobilização, as estratégias elegidas pela CNT mostram que as duas atividades foram confluentes e até simultâneas entre diferentes grêmios e sindicatos, assim agregando força às manifestações e reivindicações. Enquanto greves, normalmente com tempo indefinido de duração, costumavam reunir mais trabalhadores em torno de uma pauta específica, as paralisações foram manifestações mais numerosas em si, provavelmente por sua convocação mais acessível, e costumavam ter pautas mais “reativas”, no contexto de ataque constante aos direitos dos trabalhadores. Outra estratégia importante para a CNT foram as ocupações dos locais de trabalho, uma experiência iniciada por secundaristas e adotada pelos trabalhadores. As ocupações, tanto de estudantes quanto de trabalhadores, carregam consigo a simbologia de reivindicação e defesa daquele espaço tomado como um local que pertence àquelas pessoas, e não aos que o utilizam para a exploração e dominação.

As principais estratégias adotadas pela CNT e sindicatos uruguaios durante o *Pacheco* e, posteriormente, no governo Bordaberry, vão ao encontro da conceitualização de “resistência” conforme Napolitano⁹⁴ e Lorenz⁹⁵. Marco Napolitano destaca a historicidade do conceito “resistência”, cujo significado contemporâneo remete às lutas contra “o mal absoluto” nazifascista, que, sob a consigna do antifascismo, “[...] congregavam ideologias diferenciadas e até conflitantes – liberalismo, comunismo, cristianismo e socialismo – sob a mesma bandeira da defesa da dignidade humana e da liberdade pública”.⁹⁶ O autor ainda compreende que um ponto comum dos diversos significados historicamente atribuídos ao conceito “resistência”⁹⁷, é que ele “[...] transborda a mera defesa de valores políticos para tornar-se corolário de uma ação ético-existencial de afirmação de valores essenciais da humanidade”.⁹⁸ Já Federico Lorenz problematiza a associação de “resistência” à “derrota” ou à “vitória moral”; para o autor essas relações constroem “um labirinto sem saída”⁹⁹, o que transforma a resistência num conjunto de ações sem sentido que não conseguem escapar da repetição infinita de repressão-resistência-derrota-repressão-resistência (...) etc. Lorenz ainda aponta que a historicização de

⁹⁴ NAPOLITANO, Marcos. Introdução. In: **Coração civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) – ensaio histórico**. São Paulo: Intermeios, 2017.

⁹⁵ LORENZ, Federico. Resistencias. In: SARMENTO-PANTOJA, Augusto; OLIVEIRA, Mara Rita Duarte; NOGUEIRA DE SOUSA, Rosângela do Socorro; CHABABO, Rubén (Org.). **Memória e resistência: percursos, histórias e identidades**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2012.

⁹⁶ NAPOLITANO. Op. cit., p. 28.

⁹⁷ Napolitano também destaca que “nas lutas contra o colonialismo ou contra tiranias antipopulares nos anos que se seguiram ao fim da guerra, reivindicava-se a herança ética que a palavra ‘resistência’ continha, portadora de um sentido de justiça e dignidade” (Ibid.).

⁹⁸ NAPOLITANO. Op. cit., p. 29.

⁹⁹ LORENZ. Op. cit., p. 15.

manifestações de resistência perpassam por sua compreensão enquanto projetos com sentido oposto ao o que se resiste – a resistência é propositiva e não necessariamente apenas reativa ao o que se opõe.¹⁰⁰ Nesse sentido, as estratégias desenvolvidas e organizadas pelos trabalhadores uruguaios diante do recrudescimento autoritário nos anos 1960 podem ser compreendidas historicamente como manifestações objetivas de resistência, visto o seu caráter propositivo de uma nova organização social, antagônica ao então sistema vigente.

Por fim, cabe finalizar com a constatação de que ao abrirem espaço para o avanço autoritário, o uso das MPS também afetou o jogo político no Uruguai: se por um lado os movimentos sociais populares viam nas *Medidas* o acirramento opressivo das contradições de um sistema falido, para grupos ligados à política parlamentar tradicional, que prezavam pela ordem constitucional, as MPS eram uma aberração que Pacheco Areco usava para sequestrar a democracia em nome da guerra contra os Tupamaros.¹⁰¹ Assim, como afirma Padrós, “as MPS se tornaram condição imprescindível para impor uma política econômica onde o congelamento salarial foi peça chave e para impedir a reação do movimento operário”¹⁰², o que indica a relação direta do princípio autoritário no Uruguai com a supressão do movimento sindical em nome da exploração da força produtiva dos trabalhadores

¹⁰⁰ Ibid.

¹⁰¹ NAHUM et al. Op. cit., p. 63.

¹⁰² PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 273.

3 “ME MATAN SI NO TRABAJO”: CRISE, GOLPE DE ESTADO E A GREVE DOS 15 DIAS (1971-1973)

*Me matan si no trabajo
Y si trabajo me matan
Siempre me matan, me matan, ay*
Daniel Viglietti (1968)

Com a consolidação do fim do Estado de bem-estar social, a crise instalada no Uruguai teve amplo espaço para avançar até mesmo sobre as instituições políticas do país, consideradas, até então, bem consolidadas. A resposta em forma de adesão ao autoritarismo apresentada pelo *Pachecato* somada ao fortalecimento progressivo das bases sociais da CNT fez com que fossem acirrados os conflitos entre o governo e os trabalhadores. Esse cenário, conforme veremos, teve como fim a retroalimentação das tensões sociais, já que quanto maior a insatisfação popular e profundidade de suas lutas e demandas, maior a violência repressiva, e vice-versa. Dada situação conflituosa e de mudanças sociais teve como um de seus pontos altos as Eleições Gerais de 1971, quando esteve em jogo a não-continuidade do legado de Pacheco Areco e o desempenho eleitoral de novos atores sociais, ambos pautados pela ampla participação dos trabalhadores e pela emergência de mudanças em suas formas de resistência, dada as mudanças de condições sociopolíticas.

3.1 AS ELEIÇÕES GERAIS DE 1971: CONTEXTO E NOVOS ATORES

Ainda que o governo Pacheco Areco tenha conseguido certo fôlego com a melhoria relativa da economia uruguaia entre 1968 e 1970, com os crescimentos das exportações e do salário real nesse período¹, a crise dos anos 1960 não pode ser superada e retomou fôlego em 1971. Por ser um ano eleitoral, 1971 aparenta ser um período de mudança na curva autoritária do *Pachecato*, menos no que diz respeito à constante escalada repressiva e mais quanto à organização e ao exercício repressivo.

Esse ano ainda é impactado pelo agravamento da crise imperialista de 1968. O historiador uruguaio Vivián Trías destaca que a crise econômica nos EUA, país debilitado financeiramente pela continuidade, até certo ponto inesperada, da Guerra do Vietnã, abriu caminho para uma série de novas tensões vindas da periferia do capitalismo, uma vez que “en

¹ YAFFÉ, Jaime. Proceso económico y política económica durante la Dictadura. In: DEMASI, Carlos et al. **El Uruguay de la dictadura (1973-1985)**. Montevideo: Banda Oriental, 2009. p. 124.

la crisis del imperialismo se insertan los grandes movimientos de masas libertadoras en las orillas marginales y explotadas. La debilidad de la metrópoli, vigoriza la rebeldía de los ‘condenados de la tierra’”.² Trías chama a atenção para movimentos dessa natureza na América Latina, como nos casos argentino, chileno e peruano. Na Argentina, 1971 representou a continuidade de manifestações iniciadas com o *Cordobazo*; desde 1969, estudantes e trabalhadores reivindicavam persistentemente a garantia de direitos sociais e a volta de Perón ao poder.³ A crise no seio do imperialismo também abriu espaços para a insurgência nacional-militarista no Peru, iniciada com um golpe de Estado em 1968 liderado pelo general Juan Velasco Alvarado. Esse processo teve extenso apoio popular, caso de exceção na América Latina, onde as Forças Armadas se colocarem contra os interesses estadunidenses e em defesa da soberania nacional.⁴

No caso chileno, 1971 marcou o início do governo do socialista Salvador Allende, candidato da coalizão eleitoral *Unidad Popular*. A eleição de Allende no Chile em 1970 gerou enormes expectativas no mundo inteiro diante da possibilidade de constituição de um governo socialista a partir do processo eleitoral dentro das normas legais da democracia burguesa (a via socialista chilena). Segundo Cesar Guazzelli, o êxito da *Unidad Popular* “[...] deu início a um processo original de transformações sociais visando o socialismo, caracterizado pelo forte engajamento popular, [...] e pelo boicote permanente dos setores dominantes e do imperialismo [...]”.⁵ No Uruguai, a vitória socialista chilena foi tratada como “Ejemplo y esperanza”, “Victoria para celebrar” e “triumfo de las fuerzas populares”, em artigo do jornalista e um dos fundadores da Frente Ampla, Oscar H. Bruscherá, na edição do *Marcha* publicada imediatamente depois das eleições do dia 4 de setembro de 1970.⁶

É importante denotar o papel do Uruguai no plano das relações internacionais a nível regional nesse período. Na perspectiva adotada por Trías para a compreensão da deterioração do Estado liberal uruguaio, a situação socioeconômica do país a partir dos anos 1960 é analisada como produto do subdesenvolvimento dependente do Capitalismo da metrópole (EUA).⁷

² TRÍAS, Vivián. *Las vísperas de la dictadura*. Montevideo: Cámara de Representantes, 1989. p. 265-6.

³ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional, Uruguai (1968-1985)*: do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p. 141-2.

⁴ TRÍAS, Vivián. Op. cit., p. 265. Conforme debateremos nesse capítulo, o caso peruano serviu como referência para alguns grupos opositores ao Presidente Bordaberry, conhecidos como “*peruanistas*”, que nutriam a expectativa de uma insurgência militar-nacionalista.

⁵ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. A Revolução Chilena e a ditadura militar. In: WASSERMAN, Claudia. GUAZZELLI; César Augusto Barcellos. *As Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 79.

⁶ *Marcha*, 11/09/1970.

⁷ TRÍAS, Vivián. Op. cit.

Porém, da mesma forma, o autor aponta que a nível regional, o Uruguai se encontrava em uma situação de desequilíbrio com as duas grandes forças da América do Sul, Argentina e Brasil. A desigualdade da balança comercial com esses dois países evidenciava o que Trías definia como “[...] un caso tangible de explotación subimperial, un fruto agrio de la integración monopolista promovida desde Washington”⁸, já que as principais empresas instaladas nos territórios argentino e brasileiro que faziam negócios com os uruguaios levavam suas grandes remessas de lucros de volta para os EUA.

Nesse sentido, Brasil e Argentina exerciam sobre o Uruguai o papel de “submetrópoles” periféricas, intermediando os interesses imperialistas, mas também garantindo sua margem de lucros e a imposição de sua própria influência na região. Dentro das condições apresentadas pelo subdesenvolvimento dependente uruguaio, Brasil e Argentina ficaram muito atentos ao desenrolar dos acontecimentos internos sendo que, o Brasil ameaçou intervir no país⁹ para garantir que este seguisse as coordenadas que o imperialismo e seus associados internos reservavam a ele. Essas condições favoreciam o fluxo material, de ideias e de pessoas¹⁰, o que fazia do Uruguai uma espécie de Estado-corredor entre Brasil e Argentina. Villalobos sugere que, o Golpe de Estado no Brasil, em 1964, representou um ponto de inflexão na região, já que com os militares no poder em um país tão importante regionalmente, o apoio “logístico-repressivo” aos EUA seria garantido no Cone Sul.¹¹

No plano interno, o ano de 1971 foi pautado pelas eleições gerais realizadas em novembro no Uruguai. Como indicado anteriormente, o retorno da crise econômica liquidou com o principal fiador da escalada repressiva do *Pachecato* em relação à população. De fato, mesmo que Pacheco Areco, contando com sua popularidade, tenha flexibilizado parcialmente as *Medidas Prontas de Seguridad* em dezembro de 1970¹², o retorno dos problemas econômicos minava sua relativa popularidade e dificultava sua reeleição presidencial. Diante da incerteza acerca do processo eleitoral daquele ano, a solução proposta pelo governo para a manutenção do poder se deu no campo ideológico. Conforme afirma Trías, para “[...] los ideólogos del pachequismo la principal contradicción que desgarrar a la sociedad uruguaya no es la que enfrenta al pueblo con la oligarquía y a la patria con el imperialismo. Sino la que opone al

⁸ Ibid.

⁹ Padrós afirma que nas semanas precedentes à eleição existiam rumores de uma eventual invasão por parte do Exército Brasileiro. Essa ação era conhecida nos círculos militares de Brasil e Argentina como “Operação Trinta Horas”. PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 316.

¹⁰ Posteriormente, como veremos no próximo capítulo desse trabalho, o principal fluxo entre esses três países vai ser a movimentação repressiva.

¹¹ VILLALOBOS, M. A. **Tiranos, tremel!**: Ditadura e resistência popular no Uruguai (1968-1985). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 48.

¹² MYERS, Scott. **Los años oscuros (1967-1987)**. Montevideo: Editora Latina, 1997. p. 47.

‘orden democrático’ con la ‘subversión totalitaria’”.¹³ A referida ênfase ideológica foi dirigida e instrumentalizada contra o MLN-T, o que significou a militarização da “luta antissubversiva”¹⁴, que antes era responsabilidade policial.

Isso confluía em dois objetivos, o cerceamento das ações (e a derrota) dos Tupamaros; e, a partir disso, a recuperação da popularidade do presidente. Desde que suas ações se tornaram conhecidas, em 1966, o *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* havia contado com importante simpatia popular pela natureza de suas ações “*Robin Hood*”, que consistiam em “[...] expropriações de bancos, financeiras e casas de penhora, ações de apropriação de documentos comprometedores sobre sonegação fiscal ou ganhos ilegais de grupos econômicos e expropriações massivas de alimentos que eram repartidos nas comunidades mais carentes, etc”.¹⁵ Contudo, a partir do crescimento numérico e organizativo do MLN-T em 1968, suas ações tornaram-se exponencialmente mais frequentes e violentas, o que causou um certo refluxo da sua popularidade, fato que foi explorado pela propaganda governamental, que insistia na narrativa de que a sociedade uruguaia, muito ciosa de sua tradição democrática, não estava habituada àquele tipo de luta e violência.¹⁶

As condições de agudização da crise econômica e social, o avanço do autoritarismo e o descrédito das instituições democráticas burguesas – refletidas no crescimento da guerrilha e desprestígio dos Partidos Tradicionais – foram essenciais para a criação de uma frente partidária que abrigasse diferentes partidos e organizações da esquerda uruguaia. Surgiu, assim, a Frente Ampla¹⁷ que teve sua fundação concretizada em 5 de fevereiro de 1971 e foi originalmente constituída pela união entre o *Partido Demócrata Cristiano* (PDC), *Partido Socialista* (PS), *Partido Comunista del Uruguay* e dissidentes dos partidos *blanco* e *colorado*.¹⁸ Sua criação foi inspirada em duas experiências recentes na América Latina: a união de diferentes procedimentos táticos em nome de um programa comum nacionalista e anti-imperialista (como na fundação da CNT nos anos 1960)¹⁹ e no apoio popular a uma coalizão partidária que unisse lideranças políticas históricas e renomadas fora dos Partidos Tradicionais, como havia ocorrido no caso da *Unidad Popular* chilena.²⁰

¹³ TRÍAS, Vivián. Op. cit., P. 252.

¹⁴ MYERS. Op. cit., p. 51.

¹⁵ PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 291.

¹⁶ Ibid.

¹⁷ Ainda que o nome original da coalizão seja *Frente Amplio*, decidimos nos referir a ela nesse trabalho por seu nome em português, uma vez que em castelhano o substantivo “*frente*” é masculino – o que poderia causar confusão na leitura e fluidez do texto.

¹⁸ PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 285; MYERS. Op. cit., p. 78-80.

¹⁹ NAHUM, Benjamín et al. **El fin del Uruguay liberal 1959-1973**. Historia Uruguaya. Tomo 8. Montevideo: Banda Oriental, 1994. p. 71.

²⁰ MYERS. Op. cit., p. 80.

Os resultados das eleições gerais de 1971 indicam o crescimento e o melhor desempenho na história da esquerda uruguaia quanto à eleição de parlamentares até então – foram eleitos dezoito deputados e cinco senadores da Frente Ampla, que obteve 18,3% dos votos válidos.²¹ A campanha dessa coalizão política, liderada pelo general da reserva Líber Seregni, foi um marco da participação popular no processo eleitoral do país. A partir de comitês de base nos bairros de Montevideu e outras cidades, a Frente conseguiu construir núcleos de apoio entre os trabalhadores urbanos. Com um programa político próximo das diretrizes da CNT, a Frente Ampla, desde sua fundação, evidenciou seu compromisso com a classe trabalhadora. Ao pleitear ser uma alternativa ao *Pachecato*, a coalizão de esquerda comprometia-se a interromper a escalada autoritária em curso através de vias legais de atuação. No documento Base Programática²², de fevereiro de 1971, a força política defendia o “Pleno respeto y desarrollo integral de los derechos y libertades sindicales” e firmava seu compromisso com o “levantamiento de las medidas prontas de seguridad” e a “[...] restitución de los despedidos y suspendidos a sus lugares de trabajo, con todos sus derechos; reparación a los sancionados”.

Mesmo com a expansão da Frente Ampla, foram os Partidos Tradicionais que protagonizaram a disputa eleitoral de 1971. Visando sua reeleição, Pacheco Areco instrumentalizou o combate ao MLN-T como base de sua campanha. Porém, sua pretensão continuísta encontrou obstáculos constitucionais – conforme a data das eleições foi se aproximando, surgiu o debate se o mandato estabelecido na Constituição de 1967 permitia ou não a reeleição do presidente *colorado*, eleito em 1966 como vice-presidente na chapa de Óscar Gestido. A solução acordada para 1971 foi uma consulta plebiscitária sobre a possibilidade da reeleição, simultânea às eleições. Em caso de aprovação (da reeleição), permitiria a continuidade de Pacheco Areco, caso saísse vitorioso nas eleições. Porém, as manifestações anti-continuistas, por parte dos *blancos*, frenteamplistas e alguns setores colorados, pareceu surtir efeito entre o eleitorado, que majoritariamente rejeitou a reeleição presidencial.

Ainda assim, tais eleições foram essenciais para a dilatação do legado autoritário do *Pachecato* no país. A campanha eleitoral foi marcada pela violência extraoficial incitada desde o governo e levada a cabo por grupos paramilitares de extrema-direita.²³ Mesmo com a declaração de trégua por parte dos Tupamaros (em apoio crítico às candidaturas da Frente

²¹ Ibid. p. 85.

²² Las Bases Programáticas de la Unidad (17/02/1971). *Cuadernos de Marcha*, n. 46, fev. 1971. p. 28-32.

²³ Entre os grupos mais conhecidos estavam a *Juventud Uruguaya de Pié* (JUP), o *Comando Caza Tupamaros* e o *Escuadrón de la Muerte*, cuja principais características em comum eram o anticomunismo e o alto grau de violência de suas ações. NAHUM et al. Op. cit., p. 66-7; PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 290; MYERS. Op. cit., p. 139.

Ampla)²⁴, a chapa de Seregni causava desconfiança e tinha difícil inserção fora da zona urbana politicamente progressista de Montevideu e seus arredores. Isso conservou o espaço da tradicional disputa entre *blancos* e *colorados*. Assim, o complexo sistema eleitoral uruguaio acabou elegendo Juan María Bordaberry, quem concorria como candidato à vice-presidência na fórmula de Pacheco Areco. Um dispositivo constitucional permitiu que Bordaberry, uma vez rejeitada a consulta plebiscitária sobre a reeleição, pudesse herdar integralmente os votos que haviam sido recebidos por Pacheco Areco. A vitória de Bordaberry não representou extenso apoio ao *Pachecato*, pois, individualmente, a candidatura mais votada foi a formada por Wilson Ferreira Aldunate e Carlos Julio Pereyra, do Partido Nacional, mas devido ao sistema de *lemas*²⁵ a fórmula vitoriosa foi do Partido Colorado, que recebeu mais votos que os *blancos*.²⁶ De acordo com a análise de Magdalena Broquetas, as eleições de 1971 demonstraram que

[...] la tendencia de la mayor parte de la ciudadanía [fue de] apoyar una opción de centro, con una propuesta de cambio moderado que se situaba en un punto medio de un contexto polarizado, en cuyos extremos se hallaban los planteos del Frente Amplio y la propuesta de reelección del pachequismo.²⁷

Ou seja, o resultado das eleições de 1971 refletiram, ao mesmo tempo, certo descontentamento da população com a ineficácia das políticas econômicas e sociais oriundas do *Pachecato* e o anseio pela renovação política-institucional do país, com a emergência de novos nomes e grupos. Contudo, o resultado desse processo eleitoral foi influenciado por três fatores principais: em primeiro lugar, pelo conservadorismo da população rural uruguaia, que foi inflamado com a emergência do apelo anticomunista pelos políticos tradicionais; em segundo lugar, pela complexidade do sistema de *lemas*, que permitiu a eleição de Bordaberry sem a maioria do voto popular; e, por último, pela iminência da fraude eleitoral e influência de Brasil, Argentina e EUA nas eleições²⁸ intencionando o favorecimento de Bordaberry. Essa

²⁴ Para André Ferreira, ainda que o MLN-T fosse adepto da ação direta, em vias alheias à democracia burguesa, “[...] os Tupamaros trataram de não se isolar completamente em vista do fenômeno eleitoral; percebia-se que o voto, apesar da decadência do sistema, canalizava a participação quase absoluta dos uruguaios, fato que não se podia ignorar”. FERREIRA, André Lopes. **A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973)**. 2011. Tese (Doutorado em História). Assis: UNESP-FCLAS, 2011.

²⁵ A *Ley de Lemas* indicava que, nas eleições para o Poder Executivo, cada partido poderia lançar vários candidatos, que representavam correntes internas diferentes. Todos os candidatos do mesmo partido somavam seus votos. O partido mais votado ganhava a eleição e quem assumia era seu candidato mais votado. Nas eleições de 1971, o Partido Colorado foi o mais votado, mas o candidato com maior número de votos foi o *blanco* Ferreira Aldunate.

²⁶ Para além da complexidade do sistema eleitoral uruguaio, Myers também aponta que a fraude na contagem de votos impulsionou a eleição de Bordaberry para presidência. MYERS. Op. cit., p. 89.

²⁷ BROQUETAS, Magdalena. Liberalización económica, dictadura y resistencia. 1965-1985. In: FREGA, Ana et al. **Historia del Uruguay en el siglo XX (1890-2005)**. Montevideo: Banda Oriental, 2007. p. 183.

²⁸ Em 2002 uma série de documentos intitulada “*Nixon: ‘Brazil helped rig the Uruguayan elections’, 1971*” foi desclassificada ao público pelo governo federal estadunidense. Nesses documentos se torna evidente a influência e intervenção internacional nas Eleições Uruguaias de 1971, por parte dos governos brasileiro e argentino, e o

conjunção de fatores, se bem não conseguiu garantir a reeleição de Pacheco Areco, garantiu o continuísmo autoritário do seu governo (com Bordaberry) e da escalada repressiva em andamento no Uruguai.

3.2 “NI ANTIOBRERO, NI ANTISINDICAL”: O MOVIMENTO SINDICAL ENQUANTO “INIMIGO INTERNO” NO GOVERNO BORDABERRY E OS CAMINHOS ATÉ O GOLPE DE 1973

Desde o início de seu mandato, em março de 1972, o presidente Bordaberry enfrentou dificuldades e deu continuidade ao regime repressivo da gestão anterior. Bordaberry não contou com condições favoráveis na economia, sofrendo com o recrudescimento da inflação, com um desempenho ainda pior que o período anterior. Politicamente, Bordaberry iniciou seu mandato enfraquecido e muito questionado pela oposição, que tinha maioria parlamentar. Trocando cargos no governo por apoio, Bordaberry conseguiu reverter essa situação minimamente, conquistando o apoio de 50 dos 99 deputados e 16 dos 30 senadores que compunham o Congresso.²⁹ Trías salienta que a heterogeneidade no seio do bloco de poder dominante, representada pelo conflito entre grupos democrático-liberal e repressivo, impossibilitou o acordo em torno de um projeto autoritário comum, unificado, como no caso do *Pachecato*. Para o historiador, “la crisis y la ausencia de un sólido bloque de poder, le dificultan la reiteración de la experiencia pachequista. Tienta un retorno tímido, parcial, al institucionalismo liberal, pero ello agudiza sus contradicciones con el bloque de poder ultra y represivo”.³⁰ Nesse sentido, Bordaberry não conseguiu dispor de estabilidade política, mesmo com apoio das classes dominantes, porque não existiam condições políticas e econômicas para isso.

Em uma clara afronta ao poder de Bordaberry, o Parlamento suspendeu algumas medidas do Estado de Sítio, que tinham vigência interrompida desde 1968³¹, o que reabriu caminhos à CNT e outras organizações sociais, que vinham passando por um refluxo organizacional, dado o recrudescimento repressivo nos últimos anos do *Pachecato*. Com esses grupos de volta às ruas (estudantes, trabalhadores e organizações políticas), os grupos de

apoio e interesse dos EUA nessas ações. Entre as recomendações estadunidenses destinadas às agências de inteligência do Brasil e da Argentina em um documento de 25 de agosto de 1971 encontramos apoio a sindicatos e centrais sindicais opositoras à CNT, o fomento a ilegalização do PCU e da Frente Ampla, o oferecimento de treinamento militar para combater o “terrorismo” e a assistência e integração econômica entre os quatro países. Secret U.S. Embassy Preliminary Analysis and Strategy Paper – Uruguay. Disponível em: <nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB71/#docs>. Acesso em: 10 abril 2021.

²⁹ PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 337.

³⁰ TRÍAS, Vivián. Op. cit., p. 269.

³¹ MYERS. Op. cit., p. 90; PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 337.

extrema-direita que agiam ilegalmente, mas com a abertura e simpatia do governo, intensificaram suas ações. Tal fato levou, por sua vez, a que o MLN-T organizasse uma resposta à violência dos grupos de extrema-direita³², que atingiam seus quadros massivamente. O MLN-T, como resposta, promoveu uma série de atentados executando diversos membros de Esquadrões da Morte e do *Comando Caza Tupamaros* em abril de 1972. Esses eventos insuflaram as Forças Armadas, que aproveitaram a tensão do momento para atravessar a tênue fronteira entre a legalidade e a ilegalidade, assumindo-se como facção no bloco do poder dominante e evidenciando que, ao contrário dos liberais-democratas, possuíam um projeto de poder muito bem definido, baseado no fechamento das instituições democráticas e na consolidação do autoritarismo.³³

Portanto, nesse contexto de reorganização, ao longo dos primeiros meses do novo governo, a extrema-direita realizou ataques brutais contra opositores de esquerda, assassinou militantes e invadiu sedes de partidos que integravam a Frente Ampla. Diante do caos instalado pela onda de violência, o parlamento aprovou a *Ley de Seguridad de Estado*, proclamando o “Estado de Guerra Interna” e restringindo as liberdades individuais pelo período de trinta dias. A aprovação do fechamento democrático pelo Congresso acabou desobstruindo qualquer impedimento ainda existente para o avanço de setores golpistas que, através de grupos militares e paramilitares, intensificaram os atentados contra grupos e lideranças de esquerda. De acordo com Myers, “el ejemplo más sangriento del terrorismo reaccionario fue el asesinato de siete comunistas en un local del Partido Comunista a mediados de abril”³⁴, ocorrido apenas dois dias após a aprovação da *Ley de Seguridad de Estado*.

A crise de abril de 1971, ainda que tenha enfraquecido a oposição e resistência ao novo governo, resultou no escancaramento público das suas contradições internas. Com dois meses no poder, o presidente Bordaberry não conseguia esconder que não tinha o controle das Forças Armadas, – que por sua vez aceleravam o avanço de seu protagonismo na cena política

³² É importante frisar que diferenciamos criticamente a “violência revolucionária” ou “violência guerrilheira” utilizada pelos Tupamaros da violência repressiva estatal e de grupos de extrema-direita, uma vez que compreendemos que a progressiva utilização de meios violentos pelo MLN-T foi adotada em contextos de recrudescimento repressivo, tendo um papel de *ferramenta* para alcançar uma nova ordem social, diferentemente dos grupos de extermínio que, amparados pelo Estado repressivo, tinham a violência como seu *fim principal*.

³³ TRÍAS, Vivián. Op. cit.

³⁴ MYERS. Op. cit., p. 91. Chagas e Tonarelli apontam que foram oito militantes comunistas assassinados. Seus nomes são: Luis Mendiola, José Sena, Héctor Cervelli, Rubén López, Ricardo González, Raúl Gancio, Elman Fernández e José Abreu. Além deles, um oficial militar saiu ferido da emboscada, atingido por “fogo amigo”. CHAGAS, Jorge; TONARELLI, Mario. **El sindicalismo uruguayo bajo la dictadura: 1973-1984**. Montevideo: Nuevo Mundo, 1989. p. 16.

nacional.³⁵ Existe um consenso historiográfico que reconhece a postura legalista, democrática e desinteressada das Forças Armadas uruguaias até o final da década de 1960.³⁶ Segundo afirma Juan Rial, no Uruguai, as Forças Armadas não tinham “[...] antecedentes de actuación política en lo que iba del siglo” e “sus relaciones con el poder civil se habían desenvuelto de acuerdo con las reglas liberales que les marcan un rol puramente profesional”.³⁷ Trías pontua as origens populares dos militares ao afirmar que “nuestra oficialidad no se recluta en las filas de la oligarquía, no hay casos notorios de encumbrados oficiales ligados al latifundio, o a poderosos consorcios capitalistas”.³⁸

Porém, a postura militar de respeito às instituições políticas e distanciamento da vida pública passou a mudar em setembro de 1971, quando, às vésperas da eleição, o então presidente Pacheco Areco assinou um decreto que determinava “que los mandos militares asuman la conducción de la lucha antsubversiva”.³⁹ O decreto foi promulgado apenas três dias depois da fuga de mais de 100 tupamaros do Presídio de Punta Carretas, o que desgastou ainda mais a campanha continuísta do presidente. De acordo com Myers, essa não foi a primeira vez que as Forças Armadas serviram como instrumento de repressão interna no Uruguai: “la lucha contra la ‘subversión’, por parte de los militares, se había iniciado mucho antes del nacimiento del MLN. Ya en 1919, los militares habían sido requeridos para combatir a los sindicatos”.⁴⁰ Ainda assim, foi a abertura aos militares em 1971, sob a justificativa de derrotar o MLN-T, que levou ao avanço desenfreado das Forças Armadas, que, de acordo com as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) apropriadas e introjetadas pela corporação nos anos anteriores, avançaram sobre as instituições democráticas. No governo Bordaberry a autonomia foi tamanha que os militares se tornaram propositivos de uma reorganização social do país – a sua participação política foi pautada pela luta contra a “subversão”, a “criminalidade” e a “fraude fiscal” (corrupção).⁴¹ Portanto, pode-se dizer que, além de serem *convidadas* para a vida política ainda democrática do país, as Forças Armadas também *forçaram* a ocupação de espaços esvaziados pelo prolongamento da tensão institucional, da crise socioeconômica prolongada e da incapacidade política em encontrar respostas satisfatórias.

³⁵ MYERS. Op. cit. RIAL, Juan. **Partidos políticos, democracia y autoritarismo**. Montevideo: Centro de Informaciones y Estudios del Uruguay/Banda Oriental, 1984. 2 vol.

³⁶ TRÍAS, Vivián. Op. cit.; RIAL. Op. cit.; MYERS. Op. cit.

³⁷ RIAL. Op. cit., p. 32.

³⁸ TRÍAS, Vivián. Op. cit., p. 278.

³⁹ URUGUAI. Decreto n. 566, de 9 de setembro de 1971. **Diario Oficial de la República Oriental del Uruguay**: Montevidéo, 15 set. 1971. Disponível em: < <https://www.impo.com.uy/diariooficial/1971/09/15/2>>. Acesso em: 12 abril de 2021.

⁴⁰ MYERS. Op. cit., p. 116.

⁴¹ TRÍAS, Vivián. Op. cit., p. 326.

O avanço militar sobre as instituições políticas nacionais na América do Sul, entre os anos de 1960 a 1980, não foi um fato exclusivo do Uruguai. No contexto bipolar instaurado no mundo após a Segunda Guerra Mundial, os EUA desenvolveram a DSN, a matriz doutrinária de maior importância na implantação e sustentáculo das ditaduras de Segurança Nacional (SN) no Cone Sul.⁴² A DSN presumia a existência de um conflito global entre o “mundo livre”, influenciado e defendido pelos EUA, e o comunismo, representado e irradiado mundialmente pela URSS. Dentro dessa lógica, comum a todo o período da Guerra Fria, os EUA se autodeclaravam como responsáveis pela contenção do avanço comunista na América Latina. Para que o objetivo estadunidense fosse alcançado, foram criadas escolas de treinamento militar, sendo a Escola das Américas, na zona ocupada pelos EUA no Canal do Panamá, a mais importante delas. Nessas escolas, militares e agentes repressivos de países latino-americanos e de outras regiões do mundo recebiam treinamento para conter e combater o comunismo (qualquer que fosse a sua expressão), infiltrado nas Américas através da figura do chamado “inimigo interno”. Padrós destaca o aspecto da modernização militar, estratégico para a DSN:

No cerne da doutrina, propunha-se a necessidade de um ‘novo profissionalismo’ das Forças Armadas, focalizando a preservação da segurança interna diante da ‘ameaça subversiva’, o que exigia uma capacitação política dos militares para assumir com eficiência, tarefas inéditas. A consequência [sic] da aplicação dessa diretriz era a subordinação do poder civil.⁴³

Em conjunção à ampliação da capacidade militar, a DSN era, também, constituída pelo “estado de guerra total” contra o “Comunismo Internacional”, a suposta ameaça à Segurança Nacional dos países latino-americanos e aos EUA⁴⁴, dentro da lógica da extensão de influência estadunidense já discutida. Entre os parâmetros da DSN, a “guerra total” consistia na “vitória total” sobre os inimigos, ou seja, a sua neutralização e eliminação completa. Isso indica que o antagonista visado pela DSN não era simplesmente um adversário bélico convencional, no sentido dos conflitos anteriores à Segunda Guerra Mundial, normalmente identificado como um

⁴² Conforme indica Padrós, outras matrizes ideológicas de origem externa também foram utilizadas pelas ditaduras no Cone Sul além da DSN. Entre elas podemos citar a matriz de repressão colonial francesa nas guerras de independência da Argélia e Indochina, conhecida como “Doutrina Francesa”; a doutrina utilizada pela Espanha Franquista, influenciada pelo pensamento falangista e católico conservador; é discutida também a influência da raiz de pensamento nazifascista, seja pela influência militarista como modelo para sociedade, seja pelo antagonismo ao comunismo e a democracia liberal; por último, ainda que com alcance restrito, existiu também a influência de leituras regionais da DSN, sendo destacada as interpretações argentina e brasileira. Para mais detalhes, ver PADRÓS, 2005. Op. cit., pp. 409-411.

⁴³ PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar uruguaia doutrina e segurança nacional. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol.28, n. 48, p.495-517: jul/dez 2012. p. 498.

⁴⁴ PADRÓS, 2005. Op. cit.; REIS, Ramiro José dos. **Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

inimigo externo, que representava um governo hostil de outro país, e que podia ser enfrentado, derrotado e rendido mediante acordos de paz. No lugar disso, a DSN era direcionada contra o “inimigo interno”, definido por ser qualquer indivíduo ou organização armada, civil ou política que se opusesse à ordem estabelecida, pautada em favor da SN⁴⁵ – isto é, fundamentalmente, a DSN não era limitada à perseguição política de comunistas e supostos apologistas do “Comunismo Internacional”, mas sim efetivamente estendida à toda sociedade. Ainda sobre o viés ideológico-prático da Doutrina, Padrós sustenta que:

Embora a DSN e seus defensores proclamassem agir em defesa dos valores democráticos, consideravam, no fundo, que a democracia era uma fonte geradora de desordens por permitir a atuação dos setores desconformes com a ordem vigente, a qual devia ser defendida através de todos os meios disponíveis.⁴⁶

Em toda América Latina, a aplicação da DSN foi propagada a partir da instrumentalização do Terrorismo de Estado (TDE). O TDE tem seu funcionamento definido pelo uso sistemático do terror como política estatal contra o corpo social identificado ou suspeito de ser “inimigo interno” ou simpatizante do mesmo, pela DSN.⁴⁷ Desde sua concepção até sua prática, o TDE foi estruturado em torno da paralisia e amedrontamento da sociedade que, no contexto histórico retratado, teve seu processo agudo de radicalização política interrompido por essas práticas. Entre as principais modalidades utilizadas pelo TDE nas ditaduras de SN, Padrós destaca “[...] o uso massivo da tortura, os Esquadrões da Morte, os desaparecimentos e a internacionalização do sistema repressivo”⁴⁸, que como analisaremos a seguir, tiveram grande repercussão no caso da ditadura civil-militar uruguaia.

O caso uruguaio de adesão e apropriação da DSN⁴⁹, que permeou o recrudescimento repressivo no país a partir do final dos anos 1960, foi caracterizado pela ocupação militar do Estado civil, com uma peculiaridade em relação a outros casos no Cone Sul: a tentativa de centralização do Poder Executivo pelo presidente Bordaberry em si mesmo, ainda que reconhecendo a subordinação civil às Forças Armadas.⁵⁰ A respeito disso, Padrós, em um rico

⁴⁵ PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 25.

⁴⁶ PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 25.

⁴⁷ REIS. Op. cit., p. 38.

⁴⁸ PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1984): terror de Estado e Segurança Nacional. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. **As Ditaduras Militares na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 51.

⁴⁹ Ainda que a adesão à DSN tenha tido maior representatividade entre as esferas militares e importância no processo ditatorial uruguaio, a escalada repressiva foi acompanhada pela adesão a outra matriz doutrinária repressiva: o “nacionalismo católico de ultradireita”, subscrito pelos grupos civis que apoiaram o golpe de Estado em 1973. Para maior discussão, ver PADRÓS, 2012. Op. cit.

⁵⁰ PADRÓS, 2012. Op. cit.

debate com interlocutores clássicos sobre o caso uruguaio de adesão à DSN, afirma que “contrário à divisão de poderes, Bordaberry postulava sua centralização, e questionava fortemente os partidos políticos e o sistema eleitoral, os quais responsabilizava pela existência de uma sociedade fragmentada, dividida”.⁵¹ Nesse sentido é evidente a aderência uruguaia ao caráter antidemocrático e politicamente antiliberal contido na DSN e que serviu com fundamento para a instauração de uma ditadura civil-militar a partir do golpe de Estado de junho de 1973.

A DSN no Uruguai foi propositiva de um “novo profissionalismo” militar, que contou com apoio logístico, de treinamento e financeiro estadunidense através do órgão estatal USAID⁵² (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), o que foi essencial para a repressão e desarticulação do MLN-T, principal empecilho do governo *colorado* de Pacheco Areco e rapidamente resolvido no início do governo Bordaberry, em 1972. Nesse sentido, de acordo com Ananda Simões Fernandes, “com a derrota militar da guerrilha tupamara, os principais alvos da repressão estatal passaram a ser o *Frente Amplio* e os movimentos sociais, inseridos numa lógica cada vez mais pautada pelo anticomunismo e pela Doutrina de Segurança Nacional”.⁵³ Para além da modernização das Forças Armadas uruguaias, forjada na “guerra total” anticomunista promovida mundialmente pelos EUA, podemos destacar a associação de outros dois princípios da DSN no caso do Uruguai – a concepção de Nação, que vulnerável e sob ataque necessitava ser protegida, e a construção do “inimigo interno”. A supressão dos Tupamaros, em um contexto de normalidade institucional democrática, poderia ter representado o fim do avanço autoritário no Uruguai; porém, no contexto de implementação da DSN, o que ocorreu, no lugar disso, foi o deslocamento e dilatação da definição de “inimigo interno”, conforme indicado pela doutrina.

Nesse sentido, um dos grupos também enquadrado como “inimigo interno” foi o dos trabalhadores sindicalistas, principalmente os que faziam parte de entidades ligados à CNT. Diante da inaptidão de Bordaberry para consolidar uma base governamental consistente e até mesmo a sua autoridade enquanto chefe de Estado, o primeiro ano de sua presidência foi repleto de manifestações dos trabalhadores contra a ineficácia das medidas econômicas. Jorge Chagas e Mario Tonarelli, sindicalistas ligados à AEBU, afirmam em sua obra “El sindicalismo bajo la dictadura: 1973-1984” que “durante todo el año 1972 la CNT se enfrentará duramente con el

⁵¹ Ibid. p. 501.

⁵² MYERS. Op. cit., p. 61.

⁵³ FERNANDES, Ananda Simões. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira**: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 237.

gobierno de Juan María Bordaberry, al tiempo que las tensiones entre los militares y la clase política van en aumento”.⁵⁴ Os sindicatos, que organizaram vinte e cinco grandes paralisações somente em 1972⁵⁵, se posicionavam contra a desvalorização da moeda (por causa do enorme impacto que provocava nos setores assalariados), a principal estratégia de Bordaberry para o controle inflacionário, que beneficiava a oligarquia e a agroexportação pelas exportações em dólar, perpetuando assim o ciclo da crise econômica e decréscimo da qualidade de vida da maior parte dos uruguaios.⁵⁶

Ainda que ao longo dos dois primeiros anos do novo governo a concentração repressiva tenha sido executada em torno da desarticulação do MLN-T, a resistência dos trabalhadores teve destacado papel diante do recrudescimento autoritário. Com o princípio do fechamento democrático a partir da promulgação da *Ley de Seguridad de Estado*, a CNT realizou na segunda semana de maio de 1972 o “Primeiro Encontro Nacional de Comitês de Base da CNT”. Na reunião, que se estendeu por três dias, foi debatida a possibilidade de declaração de greve geral, conforme o acordado na fundação da CNT, em 1964, quando foi aprovada uma moção de ocupação imediata dos locais de trabalho, caso um golpe de Estado entrasse em curso.⁵⁷ Na leitura conjuntural da *Tendencia Combativa*, grupo expressivo ainda que minoritário dentro da CNT, existiam condições para a greve ser organizada. Contudo, a maioria comunista defendeu a posição de que o dispositivo mobilizador da greve geral deveria ser acionado apenas em um cenário em que existissem condições subjetivas e objetivas de engatilhamento do processo revolucionário no Uruguai, o que não era avaliado como sendo o caso.⁵⁸

Em julho de 1973, semanas antes do decreto que estabeleceu a Regulamentação Sindical, já sob a Ditadura Cívico-Militar iniciada em 27 de junho do mesmo ano, a revista *Cuadernos de Marcha*, publicação mensal ligada ao semanário *Marcha*, publicou na íntegra uma entrevista que o ditador Bordaberry concedeu ao jornal argentino *La Nación*. Na mesma, ao ser perguntado sobre a natureza antisindical do seu governo⁵⁹, Bordaberry respondeu que:

⁵⁴ CHAGAS; TONARELLI. Op. cit., p. 33.

⁵⁵ MYERS. Op. cit., p. 91.

⁵⁶ O ano de 1972 terminou com um índice de inflação em 94,7%, decréscimo do salário real de quase 30% em relação a 1957 e uma dívida externa de 771,3 milhões de dólares. DEMASI. Op. cit., p. 257.

⁵⁷ Carlos Demasi indica que ainda que não existam muitos registros documentais sobre esse acordo, sua presença na memória sindical uruguia é reproduzida por Héctor Rodríguez, que em depoimento ao autor declarou que “El movimiento sindical adoptó un estado de alerta frente a este tema y se afirmó en la consciencia de los trabajadores en el correr de ese año 1964, la idea de que los trabajadores como tales podían hacer algo contra un golpe de estado [sic]: y era declarar la huelga general con la ocupación de los lugares de trabajo”. DEMASI. Op. cit., p. 25-6.

⁵⁸ TRÍAS, Ivonne. **Hugo Cores: Pasión y rebeldía en la izquierda uruguaya**. Montevideo: Trilce, 2008. p. 93.

⁵⁹ “La intimación gubernamental a los gremios para que depongan su actitud de fuerza, ¿es una medida antisindical?”, *Cuadernos de Marcha*, n. 73, ago. 1973. p. 40.

De ninguna manera. Esto que realiza el gobierno no es antiobrero, ni antisindical. Por el contrario, pretendemos liberar los sindicatos de la dictadura que sobre ellos ejerce el comunismo. Particularmente, la Convención Nacional de Trabajadores (CNT), es una expresión política del comunismo y no gremial. A un sindicalismo auténticamente uruguayo, el gobierno lo va a apoyar y lo va a alentar en todas formas.⁶⁰

É explicita na resposta de Bordaberry a convergência de três importantes características da DSN: 1) a concepção da divisão bipolar do mundo, entre o “mundo livre” e o “mundo comunista”; 2) a ideia de “Nação” enquanto uma associação homogênea, onde todos que se opõem à integridade de seus valores ocidentais cristãos são traidores ou “inimigos internos”; 3) a noção de que o embate entre “ocidente e comunismo”, é um conflito total, que se projeta para além da esfera tradicionalmente militar, direcionando-o também, a âmbitos culturais, sociais, políticos, educacionais e econômicos.

Portanto, observamos que a lógica de combate ao “inimigo interno”, dentro da DSN, pressupunha a existência de uma “guerra interna”, onde as Forças Armadas de um Estado de SN buscavam combater o avanço do “Comunismo Internacional”. As Forças Armadas, observando os preceitos da DSN, identificavam como “inimigo interno” todo indivíduo ou grupo que se opusesse à ordem por ela defendida, considerando-os “subversivos”. A respeito da definição de “subversão”, Castagnola e Mieres compreendem que esse conceito “[...] es tan cardinal en la Doctrina de Seguridad Nacional como el concepto de Seguridad. [...] [L]a subversión interna y su conexión internacional son el máximo elemento justificante de la construcción doctrinaria”.⁶¹ Nesse sentido, mesmo sendo constituída por uma base sindical plural e com diversidade ideológica, todos os trabalhadores ligados à CNT foram classificados e denominados, generalizadamente, como “marxistas” pela ditadura implantada pelos militares e por Bordaberry.

O avanço dos militares sobre as instituições civis, principalmente sobre os poderes Executivo e Judiciário, e seu empenho em desacreditar o sistema político liberal-democrático como corrupto e ineficiente, não passou despercebido aos políticos e líderes tradicionais da política uruguaia. Durante o segundo semestre de 1972 a deterioração política do país ficou mais evidente e teve seu ápice em fevereiro do ano seguinte. A Crise de Fevereiro, como ficou conhecida na historiografia, foi o primeiro indicio concreto de esgotamento da sustentação das instituições democráticas uruguaias, ou pelo menos do que havia sobrado delas depois de anos de instabilidade contínua.

⁶⁰ *Cuadernos de Marcha*, n. 73, ago. 1973. p. 40-1.

⁶¹ CASTAGNOLA, José Luis; MIERES, Pablo. La ideología política de la Dictadura. In: APPRATTO, Carmen et al. *El Uruguay de la dictadura (1973-1985)*. Montevideo: Banda Oriental, 2004. p. 123.

Em um contexto de deterioração e acirramento das tensões entre Bordaberry, os militares e a oposição política, o presidente fez um movimento ousado tentando reaver o controle político das Forças Armadas. Para tanto indicou como Ministro da Defesa, o general Antonio Francese, *colorado* que participou do ministério de Pacheco Areco e era homem de confiança de Bordaberry.⁶² A resposta dos militares diante da tentativa de enquadramento foi uma sublevação do Exército e da Força Aérea, iniciada em 8 de fevereiro de 1973 com a declaração de desobediência ao novo Ministro da Defesa. Nos dias 9 e 10 de fevereiro, os militares publicaram dois importantes documentos, conhecidos como “Comunicados 4 y 7”, onde foram registradas as suas condições. Era justificado no Comunicado N. 4 que a sublevação consistia em uma reação das Forças Armadas à intervenção em andamento do Poder Executivo e que seus objetivos visavam “[...] restablecer el orden interno y brindar seguridad al desarrollo nacional en procura del bienestar general dentro del sistema democrático republicano de acuerdo con la filosofía actual de las Fuerzas Armadas”⁶³ [grifo nosso]. No Comunicado N. 7, os militares expuseram com mais detalhes os seus objetivos, como a modernização tecnológica e econômica da indústria uruguaia, o estabelecimento de uma política de preços e salários de acordo com as necessidades da população e fiscalmente equilibradas, o acesso à assistência médica por toda a população e a descentralização econômica de Montevideu, com o incentivo industrial no interior do país.

O conteúdo dos Comunicados “[...] crearon una gran confusión y alimentaron expectativas de diversa intensidad en la oposición”.⁶⁴ Para autores como Myers e Rodríguez et al, existiu uma leitura conjuntural equivocada por parte dos partidos e movimentos de esquerda que, mesmo com ressalvas, apoiaram a sublevação militar. Segundo a análise de Myers⁶⁵, os setores da esquerda, principalmente o PCU e seus militantes dentro da CNT, erraram ao concluir que o que estava em curso era uma revolução aos moldes do Peru e que militares “*peruanistas*” compunham a maioria dos sublevados.⁶⁶ Rodríguez et al explicam que entre os fatores que impediram que a Crise de 1973 tenha sido interpretada como uma ruptura institucional estava

⁶² PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 357.

⁶³ O jornalista César di Candia, na edição do *Marcha* imediatamente após o lançamento dos comunicados, registrou uma síntese bem-humorada da Crise de Fevereiro: “Francese destituyó a los mandos militares y los mandos se enojaron y destituyeron a Francese”. *Marcha*, 16 de fevereiro de 1973, p. 14.

⁶⁴ NAHUM et al. Op. cit., p. 92.

⁶⁵ MYERS. Op. cit., p. 97-8.

⁶⁶ Para além da análise feita por historiadores, consideramos relevante apresentar a avaliação de um dos protagonistas envolvidos na questão abordada. Wladimir Turiansky, importante liderança do PCU, sindicalista e vice-presidente da CNT à época da Crise de Fevereiro, considera que “Si ayudó o no al desarrollo de la lucha del movimiento obrero y popular la discusión en torno a esos comunicados, nada es blanco y negro en el plano de la reflexión ideológica. En el plano concreto de la acción generó cierta parálisis en algunos sectores y a veces expectativas desmesuradas”. In: RODRÍGUEZ. Op. cit., p. 100.

a noção, enraizada entre os uruguaios, de que os golpes de Estado implicavam obrigatoriamente o fechamento do Congresso e a destituição do presidente; para os autores, essa conjuntura foi fruto do esforço dos militares, que “[...] cuidaron muy bien de no llegar a esos extremos y a través de un hábil trabajo de inteligencia [...]”.⁶⁷

A saída encontrada para a crise foi o Pacto de Boiso Lanza, firmado no dia 11 de fevereiro, onde o presidente Bordaberry recuou, destituiu o general Francese e se comprometeu em atender todas as demandas feitas pelos militares. Contudo, conforme um quadro comparativo organizado por Castagnola e Mieres⁶⁸, tornou-se evidente que as propostas radical-nacionalistas dos Comunicados 4 e 7 foram descartadas, prevalecendo no lugar delas aquelas reivindicações de caráter repressivo. Figurou no conteúdo de Boiso Lanza a criação do *Consejo de Seguridad Nacional* (COSENA), órgão adjunto ao Poder Executivo⁶⁹ responsável pelo assessoramento de questões de segurança, que como visto, sob as diretrizes da DSN, se estendiam para todos os âmbitos da vida política do país. Além do estabelecimento do COSENA (que na prática viria a limitar as prerrogativas do presidente da República), foi acordado em Boiso Lanza a promulgação de um conjunto de leis, como a *Ley de Seguridad e Regulamentación Sindical* e do Ensino, que visavam eliminar a subversão através do controle social de movimentos opositores ao governo.⁷⁰ Ao atender as exigências das Forças Armadas, dado seu isolamento político, Bordaberry oficializou definitivamente a presença militar no Poder Executivo uruguaio. Mesmo que as análises equivocadas de setores da resistência à escalada autoritária tenham atrapalhado a organização de ações contra o avanço militarista, já havia algum tempo que a institucionalidade vinha sendo preenchida pelos militares, tanto de forma consentida quanto coercitivamente. Ao fazer uma síntese do quadro uruguaio nos primeiros meses de 1973, Caetano e Rilla apontam que:

El sistema político todo presenció impotente un descaecimiento de sus más elementales normas de funcionamiento democrático. El intervencionismo de las FF. AA. en múltiples escenarios políticos se volvió cada vez más desembozado y prepotente, contando para ello con la defección de Bordaberry, pero también con el reconocimiento y aun la aceptación formales de otras fuerzas políticas y sociales.⁷¹

⁶⁷ RODRÍGUEZ et al. Op. cit., p. 97.

⁶⁸ CASTAGNOLA; MIERES. Op. cit., p. 138-9.

⁶⁹ O COSENA era composto pelo “Presidente de la República, los Ministros de Defensa, Interior, Relaciones Exteriores, Economía, el Director de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto, los Comandantes en Jefe de las tres Armas y el Jefe del Estado Mayor de las Fuerzas Conjuntas [...]”. NAHUM et al. Op. cit., p. 93.

⁷⁰ PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 359.

⁷¹ CAETANO, Gerardo; RILLA, José. **Breve historia de la dictadura (1973-1985)**. Montevideo: Banda Oriental, 1987. p. 21.

Conseqüentemente, o período entre fevereiro e junho de 1973 no Uruguai foi marcado pela efetivação da autoridade castrense sobre o governo Bordaberry. A administração civil foi relegada ao papel de fachada enquanto os militares tomavam para si o controle do país. Como observamos até o momento, pode-se dizer que no caso da ditadura de SN uruguaia, sua concretização traçou um caminho de mudanças constitucionais e legislativas paulatinas, ainda que elas tenham sido aceleradas nos meses anteriores ao golpe de junho de 1973. Nesse sentido, a criação do COSENA não foi intencionada como um fim em si pelos militares, mas como um meio, um mecanismo para aumentar sua influência em âmbitos (ainda) legais do Poder Executivo.

Parte da fundamentação do avanço militar foi constituída em torno de um discurso antipolítico, antipartidário e antiparlamentar, muitas vezes respaldado por Pacheco Areco e Bordaberry.⁷² No Comunicado N. 7 os militares declararam que “[...] se considera imprescindible establecer que las Fuerzas Armadas no se adhieren ni ajustan sus esquemas mentales a ninguna filosofía política partidaria [...]”, explicitando suas intenções de rompimento com a lógica político-partidária e justificando a sua ação diante do esgotamento da democracia liberal (percebida como fonte da crise vigente). Porém, dada a existência centenária dos Partidos Tradicionais do Uruguai, a resposta dos políticos opositores à via autoritária, traçada por Bordaberry e os militares, foi a extensiva proteção às instituições. Todavia, existiu uma grande contradição nesse campo de disputa – a legitimidade institucional e suas fronteiras –, no sentido de que a luta travada pelos parlamentares contra a escalada repressiva vinha se esgotando desde o fim da década de 1960 no âmbito constitucional, já que o avanço castrense-autoritário se deu por caminhos sinuosos entre a legalidade e a ilegalidade, e sempre contando com o respaldo dos setores mais conservadores dos Partidos Tradicionais.

Em vista disso, entendemos que o intervalo de tempo entre a Crise de Fevereiro e o Golpe de Estado de Junho pode ser analisado enquanto um período de aceleração das articulações golpistas.⁷³ Um dos momentos-chave que antecedeu o fechamento democrático definitivo, foi o Estado de Sítio implantado em abril de 1972 e que tinha como prazo final o mês de março de 1973. Todavia, o mesmo foi renovado por mais sessenta dias em uma votação apertada no Parlamento, com 65 votos a favor e 63 votos contra entre os senadores.⁷⁴ Ainda que acumulando uma série de derrotas seguidas, a oposição parlamentar não deixou de contestar o recrudescimento autoritário no país e rejeitou o pedido dos militares de cassação do senador

⁷² TRÍAS, Vivián. Op. cit., p. 330.

⁷³ Padrós define esse período como a “decomposição final da democracia”. PADRÓS. Op. cit., p. 336.

⁷⁴ MYERS. Op. cit., p. 99.

Enrique Erro, da Frente Ampla, que vinha sendo acusado de envolvimento com o MLN-T.⁷⁵ Tal fato foi a gota d'água da profunda crise em andamento. Diante da negativa do Parlamento, foi decretada na madrugada do dia 27 de junho de 1973 a dissolução das Câmaras de Deputados e Senadores e a criação de um Conselho de Estado, com o deferimento da Presidência de República e dos Ministérios da Defesa Nacional e do Interior.

O decreto golpista, amparado pelas MPS estabelecidas no início de junho, determinava em seu artigo 3º que “prohíbese la divulgación por la prensa oral, escrita o televisada de todo tipo de información, comentario o grabación, que, directa o indirectamente, mencione o se refiera a lo dispuesto por el presente Decreto, atribuyendo propósitos dictatoriales al Poder Ejecutivo”; ficava claro que o golpe contra a democracia, não era assim percebido pelos seus executores, Bordaberry e o Alto Comando Militar. Marcando o contraponto a essa postura na edição do *Marcha* de 30 de junho de 1973, a primeira após a dissolução do Congresso, foi publicada em letras garrafais a manchete provocativa “NO ES GOLPE”, seguida pela reprodução do decreto presidencial. Mesmo que o golpe de Estado não tenha sido uma surpresa conforme diversos relatos⁷⁶, a edição em questão do *Marcha* reservou espaço para uma pequena nota explicativa, onde a equipe do semanário justificou que diante da ocorrência repentina dos fatos a publicação daquela semana não foi produzida sob condições ideais: “Esta misma edición es todavía, una edición de emergencia, y el lector se servirá disculpar los vacíos y errores de la misma”.⁷⁷ Essa explicação ajuda a entender porque não figurou nas páginas dessa edição a greve geral convocada pela CNT, considerada a maior manifestação de resistência ao golpe civil-militar de 1973, conforme veremos a seguir.

3.3 “¡A LAS CINCO DE LA TARDE! ¡A LAS CINCO EN PUNTO!”: A GREVE DOS QUINZE DIAS E A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES AO GOLPE DE ESTADO

Como já discutido nesse trabalho, desde a fundação da CNT seus integrantes ocuparam-se em discutir de quais formas a classe trabalhadora poderia resistir a um golpe de Estado, cuja iminência era progressivamente dilatada ano a ano, desde 1968. Outro fator influente na resolução da CNT em avaliar a greve geral como resposta a um possível golpe foram os acontecimentos que vinham ocorrendo nos países vizinhos. De fato, entre 1964 e 1973, Brasil,

⁷⁵ PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 366.

⁷⁶ No editorial intitulado “Sin velos y sin mascarar”, os editores do *Marcha* manifestaram que “Nadie puede sorprenderse. Esta ominosa caída del 27 de junio, es el resultado de un proceso que se inició hace tiempo y que se cumplió paso a paso, a luz del día” (*Marcha*, 30/06/1973). Ver también MYERS. Op. cit., p. 102.

⁷⁷ *Marcha*, 30/06/1973.

Argentina e Bolívia haviam sofrido golpes de Estado e a tomada do poder pelas Forças Armadas. Para Rodríguez et al,

[...] los sindicatos uruguayos se prepararon para enfrentar de manera colectiva e inmediata, con la paralización de las actividades productivas, una situación de ruptura institucional que podía presentarse en una gran diversidad de circunstancias como lo indicaban las experiencias de los numerosos golpes de Estado en América Latina.⁷⁸

Nesse sentido, a CNT seguia uma linha estratégica que estabelecia a prioridade da preservação das instituições liberal-democráticas, mesmo que sob domínio burguês-oligárquico, uma vez que existia a compreensão de que apenas com condições legais plenas de atuação a classe trabalhadora conseguiria exercer seu papel revolucionário.⁷⁹ Ao encontro dessa perspectiva, temos o depoimento de Hugo Cores, dirigente histórico da CNT, sindicalista da AEBU, membro da FAU e um dos fundadores da ROE. Em testemunho dado em 2004 ao documentário “*A las cinco en punto*”, Cores lembra que a posição da CNT diante de um golpe de Estado tinha sido “[...] manejada por cientos de miles de personas que se habían convencido que una ruptura del sistema de la democracia política del país era un peligro gravísimo para los trabajadores”.⁸⁰

Dado o golpe na madrugada de 27 de junho, reuniu-se imediatamente o secretariado executivo da CNT para colocar em prática a resolução da greve geral, aprovada com unanimidade. Essa reunião também redigiu e aprovou o primeiro documento de convocação à resistência dos trabalhadores ao golpe de estado. “El primer documento obrero”, como ficou conhecido, passou a circular publicamente desde as onze horas da manhã do dia 27⁸¹ e ainda concentrava a oposição dos trabalhadores à figura de Bordaberry, não reconhecendo, ainda, o envolvimento militar no golpe.⁸² A respeito da intencionalidade da convocação, Rodríguez et al ressaltam que o documento convocatório não indicava um prazo final para a manifestação dos trabalhadores, como normalmente ocorreria no caso de uma paralisação. Porém, os autores também destacam a ausência do termo “greve geral” no documento, o que posteriormente causou “[...] incertidumbres en algunos sectores sindicales y políticos acerca de si lo que se

⁷⁸ RODRÍGUEZ et al. Op. cit., p.106.

⁷⁹ TRÍAS, Vivián. Op. cit., p. 279.

⁸⁰ A LAS CINCO en punto. Direção de José Pedro Charlo: TV Ciudadad (Uruguai) e TV UNAM (México), 2004. *Online*. (56 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=r2rwZjFZJzw>>. Acesso em: 23 abril 2021.

⁸¹ RICO, Álvaro et al. **15 Días que estremecieron al Uruguay**. Montevideo: Fin de Siglo, 2005. p. 112.

⁸² No documento, Bordaberry é apontado como “[...] expresión de los intereses del gran latifundio, enemigo de los trabajadores y del pueblo [...]”, enquanto os militares só são mencionados na conclamação “por las soluciones de fondo que el país reclama desde hace tiempo, y que en muchos aspectos fueron enunciadas por las propias Fuerzas Armadas en sus comunicados 4 y 7 de febrero”.

planteaba en realidad era un paro general de actividades”.⁸³ Contudo, o documento indica explicitamente o caráter mobilizador da CNT e o protagonismo autoconferido aos trabalhadores sindicalistas na resistência à instalação da ditadura, conforme podemos observar no trecho a seguir:

[...] Ante la gravedad de los acontecimientos la CNT llama a los trabajadores al cumplimiento de las resoluciones de su Congreso: **ocupación de fábricas, estado de alerta y asamblea, plena actividad y normal funcionamiento de los locales sindicales.**

Solo el pueblo es protagonista: unido y en lucha, podrá garantizar un camino de cambios realmente democrático y progresista para sacar al país de la crisis que lo agobia.

¡Por salarios, libertades y soluciones! ¡Por la unión del pueblo uruguayo contra la rosca oligárquica! ¡Por el respeto a las decisiones populares! ¡A ocupar las fábricas, mantener el estado de asamblea, el alerta en todo el movimiento sindical y el cumplimiento disciplinado de las decisiones de la CNT! [Grifo no original]⁸⁴

Desse modo, a convocação da CNT foi divulgada ainda na madrugada em Montevidéu e arredores, e ao longo do dia pelo interior do país, o que permitiu que as ocupações dos locais de trabalho começassem nas trocas de turno, nas primeiras horas da manhã do dia 27.⁸⁵ De acordo com depoimentos de sindicalistas que participaram da construção da greve geral, é possível constatar a organicidade da adesão dos trabalhadores de diferentes orientações ideológicas e organizacionais, de modo que podemos inferir que a resistência não foi uma decisão imposta de cima para baixo nos sindicatos. Jorgelina Martinez, trabalhadora de indústria têxtil e integrante do *Congreso Obrero Textil* (COT) à época da greve geral, em depoimento ao documentário “*A las cinco en punto*” relatou que “No conozco un lugar donde [un] haya habido a trabajar ese día y haya sido necesario ir a decirles ‘Bueno, hay que cumplir con la [greve e ocupações]’”. No mesmo documentário, Ruben Villaverde, secretário da Federação de Funcionários de OSE, salientou que “No fueron tres o cuatro dirigentes que garantizaron esas cosas [organização da resistência], fue mucha gente que trabajó y que comprometió sus propios hogares”. Assim, faz-se evidente que os anos de acúmulo de experiências de resistência ao recrudescimento autoritário pelos trabalhadores e a constituição plural da CNT foram elementos imprescindíveis para a efetivação da greve geral, das ocupações e manifestações em resposta ao golpe de 1973.

⁸³ RODRÍGUEZ et al. Op. cit., Nota 16, p. 111.

⁸⁴ *El primer documento obrero*. CNT, 27/06/1973.

⁸⁵ “La proclama de CNT *A la clase obrera y al pueblo uruguayo*, reproducido a mimeógrafo en miles de ejemplares, corrió como reguero de pólvora y fue leída en cientos de fábricas, talleres, obras en construcción, hospitales y sanatorios, estaciones de ómnibus, facultades, cooperativas de vivienda, parroquias, clubes sociales, comités de base y en multitud de casas de familia transformadas en centros de resistencia”. RODRÍGUEZ et al. Op. cit., p. 111.

A adesão à greve geral não foi assumida somente pelos trabalhadores sindicalistas: desde seu princípio, ela foi apoiada por diversos setores da sociedade uruguaia, “no se dictaban clases en escuelas, liceos, ni en la Universidad. La gran mayoría de los comercios, bares y restaurantes del centro y zonas aledañas bajaron sus cortinas”.⁸⁶ Destacamos que a tradicional aliança entre a classe trabalhadora e os estudantes foi de extrema importância para a organização e eficácia inicial da greve geral. Tendo em vista essa rede de articulação de resistência e solidariedade, Bordaberry decretou na manhã de 27 de junho o adiantamento imediato das férias de inverno, que tinham previsão de início em meados do próximo mês, até dia 20 de julho.⁸⁷ Com tal medida pretendia-se esvaziar os locais de ensino primário e secundário e a resistência nesses estabelecimentos. Mas a medida se mostrou insuficiente, já que os secundaristas e universitários uruguaiois⁸⁸ ocuparam escolas e diversos prédios da *Universidad de La República*, de forma a fortalecer a resistência.

Ao longo dos quinze dias de duração da greve, os trabalhadores sindicalistas e toda sua rede de solidariedade dispuseram de diferentes estratégias para resistirem ao golpe. A memória de trabalhadores que participaram da greve aponta a paralisação, inclusive, de serviços considerado essenciais, como da coleta de resíduos, do transporte público e de atendimento médico não-emergencial. Segundo Rodríguez et al,

Las asambleas en fábricas, talleres y oficinas se sucedieron, y se instrumentaron las ocupaciones y la formación de brigadas para hablar con el vecindario y recoger víveres en los comercios para la olla de los huelguistas. Otros se encargaban de las tareas de propaganda y de la autodefensa. Cientos de estudiantes de Secundaria, Magisterio y UTU [*Universidad del Trabajo del Uruguay*], cooperativistas y trabajadores de pequeños talleres se arribaban a las fábricas y a los locales universitarios para participar en actos, manifestaciones, pintadas y volanteadas; cantantes populares y grupos de teatro llevaron su solidaridad militante.⁸⁹

Além das ocupações, dos protestos e da greve geral em si, outra forma de resistência manifestada no período da greve dos quinze dias foi o trabalho do fotógrafo Aurelio González, do jornal diário *El Popular*, vinculado ao PCU. Desde as primeiras horas das ocupações dos locais de trabalho, González preocupou-se em “fotografiar los hechos”, conforme suas palavras em depoimento ao documentário “*A las cinco en punto*”. Para isso, o fotógrafo, que era muito conhecido no ambiente sindical, teve grande circulação nos locais ocupados na região de

⁸⁶ CHAGAS; TONARELLI. Op. cit., p. 48.

⁸⁷ RICO et al. Op. cit., p. 120.

⁸⁸ Uma das mais importantes e mais ativas organizações estudantis no Uruguai nesse momento era a *Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay* (FEUU), que desde 1971 compunha a CNT como organização fraterna, com direito a voz, mas sem voto. RODRÍGUEZ et al. Op. cit., p. 87.

⁸⁹ Ibid. p. 114.

Montevideu, o que permitiu que ele colaborasse na estratégica troca e disseminação de informações entre os trabalhadores, distanciados pelo isolamento. Considerando que os trabalhadores estavam ocupando suas unidades de trabalho, enquanto a repressão golpista impunha uma rigorosa censura e perseguiu e prendia as lideranças de esquerda, particularmente do mundo sindical, González, quem percorria a cidade em bicicleta ou caminhando (lembrando que havia greve dos transportes), funcionava como verdadeiro elo de contato e de informação entre as diversas fábricas ocupadas.⁹⁰

Figura 1 – Grevistas do transporte coletivo na manhã do dia 27 de junho, primeira fotografia da greve geral registrada por Aurelio González



Fonte: Centro de Fotografía de Montevideo – Exposição “Huelga General de 1973’ de Aurelio González (UY)” (online)

⁹⁰ Mesmo tendo feito centenas de registros da greve geral de 1973, Aurelio González só teve acesso ao resultado de seu trabalho em 2006. Em 1973, prevendo o confisco dos negativos ainda não revelados, González e seus colegas fotógrafos do *El Popular* esconderam seus registros fotográficos em um prédio vizinho à sede do jornal. Depois de anos no exílio, González descobriu que uma reforma no prédio o impedia de ter acesso aos negativos. Porém, em 2006, esse caso teve uma reviravolta, retratada em detalhes no documentário “Al pie del árbol blanco” (2007), do diretor Juan Andrés Alvarez.

**Figura 2 – Trabalhadoras e seus filhos na ocupação de uma fábrica têxtil durante a greve geral
(Foto de Aurelio Gonzalez)**



Fonte: Centro de Fotografía de Montevideo – Exposição “Huelga General de 1973’ de Aurelio González (UY)” (online)

Figura 3 – Trabalhadoras e trabalhadores na ocupação de uma fábrica têxtil, exibindo placa com os dizeres “El pueblo unido jamás será vencido” (Foto de Aurelio González)



Fonte: Centro de Fotografía de Montevideo – Exposição “Huelga General de 1973’ de Aurelio González (UY)” (online)

Podemos analisar o trabalho de González sob dois vieses articulados entre si; primeiro, temos a questão do registro material de um evento histórico, a greve de quinze dias (em resposta ao golpe de Estado), considerada o “[...] verdadero eje de la primera resistencia antigolpista”.⁹¹

⁹¹ CAETANO; RILLA. Op. cit., p. 23.

Ainda que esse não tenha sido o principal objetivo de González ao fotografar as reações ao golpe, seu trabalho jornalístico – direcionado ao presente imediato, cumprindo o papel de incentivo à luta e de denúncia da repressão – e as milhares de imagens dos acontecimentos capturadas nas suas fotografias, tornaram-se parte do registro e patrimônio histórico da resistência operária uruguaia.

O segundo viés a ser considerado diz respeito à análise historiográfica da atitude de González, ao se transformar em um elo essencial de informação entre as unidades de trabalho tomadas pelos trabalhadores e estudantes, e destes com seus dirigentes e suas lideranças, que já estavam clandestinos em função da violenta atuação das forças de segurança ao serviço do golpe de Estado. Sem dúvida, a postura de González se constitui enquanto uma manifestação de resistência à implantação de uma ditadura de SN no Uruguai. A respeito disso, ao debater a definição do conceito “resistência”, Denise Rollemberg entende que a historicização e memorialização de atos de resistência podem tender à criação do “mito da Resistência”, “[...] presente em memórias, testemunhos, filmes, romances, enfim, na opinião pública”.⁹² Para Rollemberg, o “mito da Resistência” representa a idealização de atos de resistência, como se existisse um padrão mínimo de condutas e ações entre os resistentes, o que para a autora expressa a “[...] dificuldade de perceber as complexidades da realidade [...]”.⁹³ Nesse sentido, os registros fotográficos feitos por Aurelio González afastam-se da ideia de “mito da Resistência”, já que representam uma manifestação não-usual e não-idealizada das formas de resistir. Ressaltamos também que o trabalho feito por González durante a greve vai ao encontro da definição de resistência já discutida nesse trabalho⁹⁴, acrescido ainda do caráter de coletividade, essencial à compreensão do conceito, conforme proposto por Lorenz.⁹⁵ Portanto, havia um risco duplo enfrentado individualmente por González, tanto de estar em contato com os grevistas, como de portar material considerado “subversivo” pelas forças repressivas. De fato, esse material simultaneamente se constituía em registro histórico dos acontecimentos, em documentos de denúncia em um contexto golpista, repressivo e com imposição de rigorosa censura. Mas para Aurelio González produzir e portar clandestinamente esses registros fotográficos constituía um risco de vida permanente. Por isso, sua contribuição para o desenvolvimento da greve geral foi vital e expressa “a forma de resistência com a qual nos

⁹² ROLLEMBERG, Denise. Definir o conceito de resistência: dilemas reflexões, possibilidades. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (org.). **História e memória das ditaduras do século XX**. Vol. 1. Rio de Janeiro: FGV. p. 78.

⁹³ Ibid.

⁹⁴ Cf. capítulo 2, item 2.3.

⁹⁵ LORENZ. Op. cit.

identificamos, [que] remete à luta e ao esforço coletivo”.⁹⁶

Cabe registrar, de qualquer forma, que apesar da vontade de resistência dos trabalhadores e dos estudantes, o movimento grevista foi se esgotando diante dos mecanismos coercitivos em andamento e a falta de maior articulação com outros setores da sociedade uruguaia. O fato é que, com a derrota militar do MLN-T ocorrida quase um ano antes e a incapacidade de reação do campo partidário democrático, o golpe de Estado foi se consolidando paulatinamente. Por outro lado, parte da direção da CNT havia sido presa ou estava clandestina desde o início da ofensiva golpista, o que truncava muito a capacidade organizativa dos trabalhadores.

Para além das ocupações e manifestações derivadas da greve geral, a CNT também estabeleceu um canal direto de negociações com o governo, representado pelo ministro do Interior, Néstor Bolentini. Em duas reuniões com Bolentini, nos dias 27 e 28 de junho, a Mesa Representativa da CNT discutiu o fim da greve e apresentou um documento, a “*Plataforma de 5 puntos de la CNT*”, como condições a serem atendidas para o levantamento da greve. Nesse documento, a CNT reivindicou junto ao Poder Executivo: 1) Garantias para o exercício da atividade sindical e política e para a liberdade de expressão; 2) o reestabelecimento de direitos e da ordem constitucional; 3) a recuperação econômica, com a nacionalização do sistema bancário, do comércio exterior e da indústria frigorífica; 4) a recuperação aquisitiva de salários e aposentadorias; 5) a erradicação de grupos fascistas. Em depoimento, Ignacio Huguet, sindicalista membro da COT e da CNT, rememorou⁹⁷ que os representantes da CNT presentes na reunião falavam ao ministro sobre a importância da classe trabalhadora para a vida econômica e social do país, o que fazia com que o governo estivesse disposto a negociar. Segundo Huguet, Bolentini respondeu que “No, yo no dije estas cosas, porque yo no puedo haber dicho ‘clases obreras’, porque yo sostengo que en el Uruguay no hay clases” [grifo nosso]. Diante da disposição do ministro em considerar apenas medidas reivindicacionistas e economicistas⁹⁸, como o aumento de salários e libertação de trabalhadores e estudantes presos depois do dia 27 de junho, a CNT não chegou a um acordo com o governo, mantendo a greve geral.

Em relação à recém instaurada ditadura, ainda que Bordaberry tivesse assumido o golpe de Estado como da sua responsabilidade, procurando poupar a imagem dos militares, as Forças Armadas não deixaram de encabeçar a repressão a qualquer manifestação de contrariedade à

⁹⁶ Ibid. p. 12.

⁹⁷ RICO et al. Op. cit., p. 186.

⁹⁸ CHAGAS; TONARELLI. Op. cit., p. 54.

nova ordem.⁹⁹ Ao longo dos quinze dias de greve geral, os trabalhadores enfrentaram inúmeras tentativas de desmobilização das manifestações e desocupação dos locais de trabalho por parte das forças de segurança. Esse quadro foi agravado a partir do dia 30 de junho, quando foi decretada a ilegalização da CNT.

A *Resolución N° 1.103*¹⁰⁰ declarou “ilícita la asociación denominada Convención Nacional de Trabajadores (CNT) disponiendo su disolución”, proibiu “todos sus actos, reuniones y manifestaciones de cualquier naturaleza”, além de determinar o fechamento de todas suas sedes e locais de reunião, a apreensão de todos os bens e valores no nome da associação e de seus dirigentes e a prisão dos “dirigentes responsables así como de cualquier otro integrante que hubiera incurrido en ilícitos penal sometiéndolo a Juez competente”. Essa foi uma medida anticonstitucional, uma vez que o artigo 57 da Constituição de 1967 garantia o direito de associação gremial e sindical e o direito à greve. Outro aspecto pertinente de análise da resolução é a atribuição de cumprimento das medidas aos “Mandos Militares y Policiales dependientes de ministerios de Defensa Nacional e Interior”, ou seja, a militarização da repressão aos sindicalistas da CNT, assim como foi disposto em 1971 contra os MLN-T. A ilegalização da CNT dificultou ainda mais sua atuação na continuidade da resistência ao golpe, segundo Chagas e Tonarelli,

La situación era tensa, el patrullaje de las fuerzas represoras se hizo permanente al tiempo que la presión del gobierno y las patronales se empezaba a sentir. Los medios de comunicación de masa en poder del gobierno comenzaron a desatar una furibunda campaña para desmoralizar y aislar a los huelguistas, que se mantuvieron firmes.¹⁰¹

Assim, para além da violência patronal legalizada, que os trabalhadores já conheciam a fundo e estavam habituados a sofrê-la, a recém instaurada ditadura de SN, baseada nos princípios da DSN e com mecanismos do TDE, desencadeou ações repressivas contra as manifestações de resistência ao golpe. A identificação dos sindicalistas como “inimigos internos” relacionou-se com o princípio da DSN de perpetuação infinita do perigo “subversivo”, afinal, são esses indivíduos e essa suposta ameaça as principais justificativas de sua existência.¹⁰² Isso ficou manifesto na *Resolución N° 1.103*, que em seu preâmbulo justificava a ilegalização da maior central sindical do Uruguai como resposta à suposta “actitud adoptada por los dirigentes de la CNT al promover y hacer apología de la violencia, impulsando a núcleos

⁹⁹ SERVICIO PAZ Y JUSTICIA (SERPAJ). **Uruguay: nunca más. Informe sobre la violación de los Derechos Humanos (1972-1985)**. Montevideo: SERPAJ, 1989. p. 82.

¹⁰⁰ Reproduzida na íntegra em RICO et al. Op. cit., p. 258-9.

¹⁰¹ CHAGAS; TONARELLI. Op. cit., p. 49.

¹⁰² PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 420.

de trabalhadores a ocupar los lugares de trabajo, públicos y privados [...]”. O documento ainda evidencia, direta ou indiretamente, aspectos basilares da DSN, como o conflito total, o “perigo comunista” e a nação sob ameaça de um “inimigo interno” infiltrado e representante da “subversão”:

Se busca así un enfrentamiento sistemático entre el poder político que es la legítima y auténtica representación de la soberanía, con las organizaciones gremiales, que tienen, por naturaleza y esencia una finalidad mucho más limitada y concreta, como es la defensa de los derechos del trabajador, en el marco de la ley y en la armónica conjugación de los intereses sectoriales con el interés general de la nación. [Grifo nosso]¹⁰³

A partir da ilegalização da CNT foi aberto o caminho para a intensificação do uso desmedido da violência por parte das forças militares em sua incumbência repressiva contra os trabalhadores, suas famílias, as entidades classistas e os bairros populares. De acordo com Padrós, “a perseguição das referências políticas democráticas, a rigorosa censura, as prisões massivas e o caminho do exílio marcaram os primeiros anos da ditadura civil-militar de Bordaberry”.¹⁰⁴ Assim, vários veículos de imprensa foram imediatamente fechados¹⁰⁵ e com base na *Resolución N° 1.103*, centenas de sindicalistas, estudantes secundaristas e universitários e cooperativistas foram presos no *Cilindro Municipal*, um ginásio coberto de Montevideú, já que não existia espaço para tantos detentos no sistema prisional.¹⁰⁶

Nesse sentido, a principal estratégia repressiva foi a criminalização das manifestações sindicais e a instrumentalização dos meios coercitivos patronais, visando o recuo dos trabalhadores. No dia 4 de julho os trabalhadores sindicalistas foram duplamente golpeados pela ditadura. Em primeiro lugar, com a ordem militar de prisão de 52 membros da CNT, com base na *Resolución N° 1.103*. Os trabalhadores da lista faziam parte de diversos sindicatos e associações políticas, porém, a organização mais visada, com 39 nomes, foi o PCU.¹⁰⁷ Em segundo lugar, com a aprovação do Decreto n° 518, que determinava a autorização de demissões em massa dos trabalhadores que não retornassem aos seus postos de trabalho.¹⁰⁸ Foi pequeno o refluxo imediato que esse decreto causou na resistência ao golpe, pois os trabalhadores, nos primeiros dias, conseguiram, ainda, contornar maiores danos à greve ao adaptarem sua tática,

¹⁰³ *Resolución N° 1.103*. RICO et al. Op. cit., p. 258.

¹⁰⁴ PADRÓS, 2005. Op. cit., p., 453.

¹⁰⁵ Os periódicos fechados pela ditadura foram: *Acción, El Popular, Ahora, El Oriental, Última Hora, Compañero e El Herald*.

¹⁰⁶ RODRÍGUEZ et al. Op. cit., p. 126.

¹⁰⁷ RICO et al. Op. cit., p. 355-6.

¹⁰⁸ *Ibid.*

encerrando as ocupações e aderindo a paralisações de “braços cruzados”.¹⁰⁹ É relevante destacar que conforme afirmado por Caetano e Rilla¹¹⁰, um dia antes do golpe de Estado, um grupo de empresários e investidores estrangeiros se reuniram com representantes do alto escalão das Forças Armadas, apresentando a necessidade de “terminar con las huelgas, despolitizar a los obreros y privatizar el sector público”, o que indica que a instalação da ditadura e a consequente repressão e criminalização do movimento sindical no Uruguai ocorreu em sintonia com os interesses do capital internacional.

Apesar de tudo, mesmo com o crescente agravamento repressivo, os trabalhadores associados à CNT, em conjunto com a Frente Ampla, conseguiram convocar um grande ato unificado para o dia 9 de julho, uma segunda-feira. Com a intenção de burlar a censura e confundir os sistemas de inteligência do novo regime, o grande ato foi divulgado boca-a-boca e o horário de seu início foi comunicado de forma cifrada pela *Radio Sarandí*¹¹¹, que repetiu inúmeras vezes ao longo de sua programação o poema “*Llanto por Ignacio Sánchez Mejía*”¹¹², do poeta espanhol Federico García Lorca, vítima do franquismo na Guerra Civil Espanhola. Segundo o depoimento do general Seregni¹¹³, o planejado pelas lideranças que organizaram a manifestação era a ocupação de um trecho da Avenida 18 de Julio às 5 horas da tarde, a execução do hino nacional e a dissolução pacífica; “todo iba a transcurrir tranquilamente, pero la dictadura dispuso la acción de un fuerte dispositivo de seguridad y represión que se desplegó contra los miles de manifestantes sin contemplaciones a partir de las cinco [...]”. Conforme Chagas e Tonarelli, as Forças Armadas exibiram todo seu peso repressivo durante a manifestação, usando gás lacrimogêneo, perseguindo manifestantes, disparando contra o comércio como forma de intimidação e o usando caminhões lança-água contra a multidão.¹¹⁴ Como resposta, os manifestantes entoavam palavras de ordem contra a repressão desmesurada, como “¡Tiranos temblad!”, “¡Libertad o muerte!” e “¡A los uruguayos no nos doblegan!”¹¹⁵

Dado o desgaste sofrido na manifestação do dia 9 e o não-recuo da ditadura depois de quase duas semanas de greve geral, a Mesa Representativa da CNT convocou uma reunião no dia 10 de julho para discutir, avaliar e considerar o levantamento da greve e de outras formas de resistência à ditadura. A partir desse momento duas linhas opostas na CNT pleitearam o

¹⁰⁹ RODRÍGUEZ et al. Op. cit., p. 128; RICO et al. Op. cit., p. 360.

¹¹⁰ CAETANO; RILLA. Op. cit., p. 23.

¹¹¹ RODRÍGUEZ et al. Op. cit., p. 129; RICO et al. Op. cit., p. 497.

¹¹² “A las cinco de la tarde. / Eran las cinco en punto de la tarde. / Un niño trajo la blanca sábana / a las cinco de la tarde. / Una espuerta de cal ya prevenida / a las cinco de la tarde. / Lo demás era muerte y sólo muerte / a las cinco de la tarde. [...]”

¹¹³ RODRÍGUEZ et al. Op. cit., p. 129.

¹¹⁴ CHAGAS; TONARELLI. Op. cit., p. 74.

¹¹⁵ RICO et al. Op. cit., p. 495.

caminho a ser seguido: a de continuação da greve, apoiada por tendências minoritárias, e a que apoiou seu levantamento, defendida pela maioria comunista. A tendência minoritária, representada principalmente pelo sindicato da Fábrica Uruguiaia de Pneus (FUNSA), pela *Federación de Obreros y Empleados de la Bebida* (FOEB) e pela *Federación Uruguaya de la Salud* (FUS), compreendia que o levantamento da greve sem que nenhuma reivindicação dos trabalhadores fosse atendida significava uma derrota para a classe operária e uma vitória para a ditadura.¹¹⁶ Por outro lado, a maioria comunista tinha a compreensão de que a greve tinha que ser *levantada* e não *desintegrada*.¹¹⁷ O posicionamento dos sindicalistas comunistas pode ser explicado pela repressão acentuada que vinha atingindo seus quadros, desde o início do governo Bordaberry.

Assim, em votação da qual participaram os 29 grêmios que compunham a Mesa Representativa da CNT, 22 delegados votaram pelo levantamento da greve a partir do dia 12 de julho, 2 votaram contra (FUNSA e FOEB) e 4 se abstiveram (FUS, Federação de Funcionários da OSE, Conaprole e COT).¹¹⁸ Na mesma reunião foi redigido e aprovado o documento de resolução do levantamento da greve, chamado “*Los trabajadores han escrito una página maravillosa de su historia*”¹¹⁹, divulgado entre os grevistas e nos locais de trabalho ainda ocupados. No documento foi feita uma longa análise da atuação da CNT e dos trabalhadores ao longo dos quinze dias de greve. Em vários trechos, é celebrada a “resistencia popular a la dictadura”, o “espíritu de lucha de los trabajadores” e a “etapa gloriosa” que a greve representou para a história operária uruguiaia. Ainda assim, é explicado o levantamento da greve mesmo diante da disposição de continuação dos trabalhadores:

El principio táctico fundamental de una lucha prolongada es desgastar y debilitar continuamente las fuerzas del enemigo y fortalecer las propias [...]. Estas consideraciones son las que han llevado a la Mesa Representativa de la CNT a decidir la terminación de esta etapa de lucha levantando la huelga general.

No fechamento do documento é afirmado que “Abrimos una nueva etapa, que no es de tregua ni de desaliento, sino de continuación de la lucha por otros caminos y métodos, adecuados a las circunstancias”. Tal mensagem indica a consciência de que o fim da greve geral de quinze dias representava para a CNT a passagem a uma nova etapa de luta do movimento

¹¹⁶ RODRÍGUEZ et al. Op. cit., p. 140.

¹¹⁷ Para Wladimir Turianski, liderança do PCU e da CNT, “seguir con la huelga iba a significar un desgaste progresivo del movimiento sindical y muchas dificultades para retomar la lucha contra la dictadura en otros planos y con otras condiciones”.

¹¹⁸ RICO et al. Op. cit., p. 567.

¹¹⁹ O documento completo foi reproduzido em: RICO et al. Op. cit., p. 567-573.

sindical e de resistência à ditadura, o que seria fortemente marcado, a partir dessa nova conjuntura (com a ditadura devidamente instalada), pelo trabalho nas duras condições de clandestinidade.

4 “NO SOMOS LOS EXTRANJEROS, LOS EXTRANJEROS SON OTROS”: AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DA CNT NA ILEGALIDADE E SUA REPRESSÃO NO EXÍLIO (1973-1976)

*No somos los extranjeros
Los extranjeros son otros
Son ellos los mercaderes
Y los esclavos nosotros*

*Yo quiero romper la vida,
Como cambiarla quisiera,
Ayúdeme compañero;
Ayúdeme, no demore,
Que una gota con ser poco
Con otra se hace aguacero.
Daniel Viglietti (1968)*

No período posterior ao fim da greve dos quinze dias, o movimento sindical uruguaio sofreu um grande refluxo, ou “*repliegue*”, nas suas possibilidades e espaços de ação e resistência. Em associação a isso, findado o último entrave de oposição ao golpe, a ditadura de Bordaberry passou a dedicar-se ao processo de ilegalização de toda atividade política que se opusesse ao novo regime. Assim, considerando a importância do papel da CNT enquanto mobilizadora social de vários grupos sociais, quase imediatamente ao fim da greve, a ditadura promulgou uma legislação referente à regulamentação da atividade sindical no Uruguai. Os impedimentos impostos com a regulamentação visaram desorganizar os sindicatos que continuavam atuando no país, além de debilitar ainda mais o funcionamento da CNT, que desde o início da greve foi declarada ilegal. Nesse sentido, o agravamento repressivo teve os sindicalistas, principalmente aqueles que foram ligados à CNT, como um de seus alvos principais. Portanto, como veremos, esse período foi marcado pela necessidade de que os sindicalistas, que já estavam em situação de clandestinidade e exílio, desenvolvessem novas estratégias de resistência, condizentes com as condições impostas pelo novo regime, a ditadura de SN.

4.1 A REGULAMENTAÇÃO SINDICAL DE 1973 E OS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DA CNT NA ILEGALIDADE

Conforme Caetano e Rilla¹, durante o restante do ano de 1973, com o golpe de Estado

¹ CAETANO; RILLA. Op. cit.

de junho foi almejada a “normalização do regime” e da nascente ditadura de SN no país. O fim da greve geral aliado ao impedimento de ação dos sindicalistas, através da ilegalização da CNT, era avaliado como um “alívio à situação do regime”², uma vez que a continuidade de manifestações populares contrárias ao golpe de Estado poderia corroer o apoio social necessário para sua implantação. Nesse sentido, o fim da greve geral possibilitou que a ditadura recém instalada avançasse contundentemente sobre o resto da oposição. Isso foi alcançado através da ilegalização de partidos e movimentos políticos (como a Frente Ampla, o PCU, o PS, a *Unión Popular*, os GAU e o *Movimiento 26 de Marzo*), além da perseguição política a outras centrais sindicais, aos militantes do movimento estudantil e aos políticos dos Partidos Tradicionais.³ Contudo, nos meses seguintes ao, a repressão ditatorial ainda não havia dado conta de eliminar todos os espaços de atuação da resistência sindical. Não obstante, ao analisar a situação da CNT, Chagas e Tonarelli afirmam que “para el movimiento sindical la realidad que se presentaba era inédita: debía luchar, por primera vez en su historia, bajo el imperio de una dictadura. No habían antecedentes que recurrir; era necesario – por tanto – hacer la experiencia sobre la marcha de los acontecimientos”.⁴

Sob essas condições, entre os meses de agosto e setembro de 1973, a CNT conseguiu colocar em prática uma estrutura clandestina de funcionamento consideravelmente eficiente, visto que foram organizadas manifestações-relâmpago, *pintadas* de muros com frases em protesto à ditadura, distribuição de panfletos e centenas de reuniões clandestinas. Ainda conforme afirmam Chagas e Tonarelli⁵, nesse momento, as ações da CNT, mesmo que ilegalizada, ocorriam em espaços de legalidade e clandestinidade ainda não bem definidos. Dentro desse contexto, aconteceu nos debates internos da CNT a discussão sobre os rumos táticos e estratégicos a serem seguidos pela central na resistência à ditadura. Nesses debates foram apresentados três posicionamentos: o dos comunistas, ainda majoritários, que defendiam o enfrentamento frontal com a ditadura; o posicionamento socialista, que sustentava que o melhor caminho a ser seguido era o “acúmulo de forças”, ou seja, superar o abatimento arraigado na classe trabalhadora e reconquistar a sua confiança a partir do favorecimento de pautas e lutas “reivindicacionistas”; e por último, os setores anarquistas integrantes da CNT, que eram a favor do desenvolvimento, por parte do movimento sindical, de condições para a execução de atividades clandestinas contra a ditadura.

² Ibid., p. 25.

³ Ibid., p. 25-6.

⁴ CHAGAS; TONARELLI. Op. cit., p. 103.

⁵ Ibid.

Porém, os espaços de ação ainda existentes para a resistência sindical sofreram mais um golpe em agosto, quando foi promulgada a *Reglamentación Sindical*, instrumento jurídico classificado como "[...] marco da nova legalidade que visava o enquadramento da força de trabalho e a conformação de um movimento sindical dócil e colaboracionista com a política econômica do regime".⁶ O decreto assinado por Bordaberry e pelo COSENA foi aprovado sob caráter emergencial, dado seu conteúdo antisindical e antipopular, e era justificado como necessário para enfrentar as práticas "ilícitas" da CNT, de modo que

tal decisión fue adoptada en consideración a la acción desarrollada por dicha convención en cuanto pretendía utilizar las organizaciones sindicales con fines ajenos al verdadero interés gremial e inspirados en motivaciones políticas contrarias al sistema institucional democrático republicano de la nación.⁷

Entre as determinações contidas na *Reglamentación Sindical*, destacamos as medidas que desestruturavam sindicatos tradicionais e os subordinavam ao Estado, através da criação do Registro Nacional de Sindicatos⁸ e da obrigatoriedade de inscrição de todas as entidades gremiais e seus integrantes, ou seja, a refiliação de centenas de milhares de trabalhadores para a permissão de sua atuação.⁹ Ainda assim, é relevante apontar que, apesar das limitações legais e dos impedimentos colocados pela ditadura, a campanha de refiliação dos sindicatos teve grande adesão e em março de 1974 os sindicatos anteriormente ligados à CNT já somavam mais filiados do que à altura do Congresso de 1971.¹⁰ Além disso, a regulamentação também decretou medidas que dificultavam o exercício do direito à greve, impondo uma série de regras e limitações para a paralisação do trabalho.

Segundo o decreto, para uma greve ser iniciada, todas as vias de negociação direta dos trabalhadores com a patronal deveriam ser esgotadas, inclusive com a mediação do Ministério do Trabalho e Seguridade Social. Também foi definido que apenas os sindicatos envolvidos no conflito poderiam participar da greve, uma tentativa explícita de impedir as relações de solidariedade entre diferentes classes profissionais. Os funcionários públicos, importantes atores no movimento sindical uruguaio e na consolidação da CNT, foram proibidos de fazer

⁶ PADRÓS, 2005. Op. cit. p. 378.

⁷ URUGUAI. Decreto 622/973, Reglamentación Sindical. In: *Cuadernos de Marcha*, n. 73, ago. 1973. p. 57.

⁸ O mantimento do Registro Nacional de Sindicatos era responsabilidade do Ministério do Trabalho e Seguridade Social. No decreto da *Reglamentación Sindical* (622/973) foi estabelecida a obrigatoriedade de apresentação de uma série de documentos dos sindicatos inscritos e de seus dirigentes e filiados como os estatutos da agremiação, lista completa de nomes e sedes sociais dos sindicatos participantes de uma mesma federação e listas com nomes completos, profissão e endereço do domicílio dos dirigentes declarados.

⁹ Reglamentación Sindical (Decreto 622/973). *Cuadernos de Marcha*, n. 73, ago. 1973. p. 57-64.

¹⁰ RODRÍGUEZ et al. Op. cit., p. 147.

greve sob a justificativa de que “la prestación de los servicios públicos esenciales no puede ser interrumpida [...]”.¹¹ Com isso, podemos observar que as disposições da regulamentação sindical visavam também a blindagem da ditadura contra manifestações dos trabalhadores, além do controle das atividades sindicais e da preservação da ordem.

Conforme podemos observar no segundo volume do documentário “Memorias de luchas: de Trabajo y de Trabajadores”, lançado no ano de 2006, a regulamentação sindical de 1973 faz parte da memória dos trabalhadores sindicalistas que viveram esse período. Na seção do documentário reservada aos desdobramentos da resistência sindical após o fim da greve geral, Eduardo Platero, que era servidor público nessa época, conta que a impressão generalizada dos membros da CNT a respeito da regulamentação era de tentativa escancarada de instauração de um “*sindicalismo amarillo*” por parte da ditadura. Rodríguez et al¹² confirmam essa recordação ao relatarem a ocorrência de uma reunião proposta pela ditadura, anterior à publicação do decreto regulamentar. Apenas vinte sindicatos foram convidados para essa reunião com ministros de Bordaberry, dos quais apenas três faziam parte da CNT. Isso demonstrou claramente as intenções da ditadura em segregar a maior central sindical do país dos diálogos sobre direitos trabalhistas ainda formalmente existentes no país. Também é lembrado que nessa reunião um dos representantes dos sindicatos “*amarillos*” defendeu amplamente um “proyecto de reglamentación que [impidiera] el sindicalismo politizado, que sirva no a los trabajadores sino a un partido o a una ideología extranjera”.¹³

O desmonte sindical colocado em prática pela ditadura, principalmente através de Bordaberry e do ministro Bolentini, foi amplamente apoiado pelas classes dominantes. Essa aliança, entre a ditadura e o empresariado, teve duas implicações benéficas a ambas as partes: primeiro, o disciplinamento do trabalho, relacionado à potencialização da exploração da força produtiva da classe trabalhadora em benefício do patronato; e segundo, a desarticulação do movimento sindical e da luta dos trabalhadores em defesa da democracia, que até o golpe de 1973 constituía uma das principais frentes de resistência contra o avanço autoritário no Uruguai. Com o fim da greve geral e a efetivação do golpe de Estado, foi estabelecido um movimento chamado de “revanchismo patronal”, que deu início a uma série de

[...] despidos masivos al tiempo que se confeccionaba y ponía en circulación listas negras con los activistas ‘marcados’ por haber participado en el conflicto. Miles de trabajadores fueron despedidos, sancionados y encarcelados fundamentalmente en el

¹¹ Artigo 37 da *Reglamentación Sindical* (622/973).

¹² RODRÍGUEZ. Op. cit., p. 146.

¹³ Ibid.

Cilindro Municipal. Muchos otros pasaron a la clandestinidad o marcharon al exilio.¹⁴

A partir da análise desse contexto, podemos compreender que o apoio empresarial, nacional e internacional, foi essencial para o estabelecimento e solidificação da ditadura no Uruguai. Conforme é apontado no informe “Uruguay: nunca más”¹⁵, organizado pelo SERPAJ-Uruguay, para além do apoio de setores conservadores e de extrema-direita dos Partido Tradicionais, as Forças Armadas uruguaias também contaram com amplo respaldo de entidades empresariais, insatisfeitas com a última década de agitações populares em busca de avanços sociais no país. Essa relação de apoio recíproco, onde o empresariado e a oligarquia afiançavam a ditadura em troca de garantias de favorecimento econômico e controle social, foi benéfica à legitimação do regime ditatorial já que ratificou aos militares o uso da “[...] expresión ‘proceso cívico-militar’ para designar su régimen político, el que se mostró suficientemente sólido como para contrarrestar la oposición”.¹⁶

No dia em que a regulamentação sindical, apresentada eufemisticamente como “*Garantías de Trabajo*” pelo governo, foi publicada no Diário Oficial, Héctor Rodríguez publicou um artigo de opinião no *Marcha* intitulado “Despidos: servicio al Capital extranjero”. No mesmo, Rodríguez declara que a reforma sindical e sua garantia de responsabilização penal e demissão de dirigentes sindicais pela organização de greves e paralisações enquadradas como “ilegais” se relacionava com interesses do “*International Business*” no território uruaio. O sindicalista conclui que essa prática não foi uma criação da então recém instaurada ditadura, mas sim que “las historias de persecución patronal contra los sindicatos, en nuestro país, es la historia de innumerables despidos de dirigentes, militantes o simplemente afiliados a los sindicatos”.¹⁷ Em depoimento concedido ao projeto “Memórias da Resistência e da Solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva”, em junho de 2012, o sindicalista e ativista dos Direitos Humanos Luis Puig sintetizou a relação entre a implantação da ditadura de SN no país e os interesses econômicos envolvidos nesse processo:

Qual é a função, o papel que a ditadura cumpre? Bom, levar adiante um plano econômico e social. Quando a dívida externa do Uruguai, no início da ditadura, estava

¹⁴ TRÍAS, Ivonne; RODRÍGUEZ, Universindo. **Gerardo Gatti**: revolucionario. Montevideo: Trilce, 2012. p. 230.

¹⁵ SERPAJ. **Uruguay: nunca más**. Informe sobre la violación a los derechos humanos (1972-1985). Montevideo: SERPAJ, 1989. O apoio empresarial à ditadura também é apontado por Caetano e Rilla, que afirmam que os setores patronais, em sua maioria, haviam sido “[...] favorecido[s] claramente con el decreto que permitía los despidos sin indemnización [...]” e por isso não deixaram de manifestar seu entusiasmo com a mudança de regime. CAETANO; RILLA. Op. cit., p. 26.

¹⁶ SERPAJ. Op. cit., p. 83.

¹⁷ *Marcha*, 10/08/1973, p. 6.

em aproximadamente 1.200 milhões de dólares, no transcurso da ditadura seis bilhões de dólares passam dos bolsos dos trabalhadores aos bolsos dos proprietários, aos capitalistas, há um rebaixamento extremo de salários, o terror da repressão serve para roubar aos trabalhadores, ao povo trabalhador em seu conjunto, e para o enriquecimento dos setores proprietários, isso é o que vinha mostrar o caráter de classe da ditadura e o papel que desempenhou do ponto de vista econômico.¹⁸

Mesmo que a análise das políticas econômicas institucionais do período tratado não seja nosso objetivo principal, consideramos relevante sua breve apresentação para melhor compreendermos os impactos da ditadura no modo de vida dos trabalhadores uruguaios. Ainda sob o regime democrático foi elaborado em 1972 e aprovado em abril de 1973 o *Plan Nacional de Desarrollo* (PND), para o quinquênio 1973-1977. O PND direcionava a economia uruguaia no sentido de superar a crise inflacionária e a estagnação econômica. Para isso, propunha a adoção de uma política monetária de austeridade, arrocho salarial baseado na produtividade dos trabalhadores e equilíbrio fiscal a partir da desresponsabilização do déficit estatal.¹⁹ Contudo, com o golpe de Estado, o PND passou pela revisão, complementação e planejamento dos representantes militares do COSENA entre agosto e outubro de 1973, o que atrasou o início de sua implementação para o ano de 1974.²⁰ O historiador Jaime Yaffé considera que, dentro do contexto de encerramento dos mercados tradicionais (dada a crise mundial iniciada na década de 1970) e a “fuerte afinidad ideológica y coordinación represiva entre los regímenes de la región [...]”²¹, as ditaduras do Cone Sul buscaram a reestruturação econômica de seus países através da imposição de um modelo neoliberal. Esse entendimento é sustentado por Danilo Astori²², que considera a abertura do mercado financeiro uruguaio, com a intenção de atrair o investimento estrangeiro e aumentar o crescimento econômico, como o marco da instituição do neoliberalismo no país, entre os anos de 1974 e 1978.

O resultado da aplicação desse modelo econômico surtiu efeitos positivos a curto prazo para o grande capital, o que contribuiu com a continuidade da ratificação concedida à ditadura. O êxito obtido a partir da implantação de medidas neoliberais teve resultados imediatos, como o crescimento do PIB em 5,9%, o maior índice no país desde 1969.²³ Porém, é necessário salientar que a escolha da administração ditatorial uruguaia em concentrar esforços na

¹⁸ Depoimento de Luis Puig. In: PADRÓS, Enrique; VIVAR, Jorge. **Memórias da Resistência e da Solidariedade**: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva. Porto Alegre: Ed. ASF-Brasil, 2013.

¹⁹ YAFFÉ. Op. cit., p. 124.

²⁰ Ibid., p. 125; CAETANO; RILLA. Op. cit., p. 27.

²¹ YAFFÉ. Op. cit., p. 128.

²² ASTORI, Danilo. La política económica de la dictadura. In: APPRATTO, Carmen et al. **El Uruguay de la dictadura (1973-1985)**. Montevideo: Banda Oriental, 2004.

²³ MYERS. Op. cit., p. 104-5.

exportação de bens industrializados não-tradicionais²⁴ também resultou na piora objetiva das condições de vida da classe trabalhadora. A soma das conjunturas de perseguição aos trabalhadores ativos no movimento sindical e das mudanças no setor industrial contribuíram para que o desemprego na região de Montevideu alcançasse os níveis de 8,9% em 1973 e 8,1% em 1974.²⁵ Em relação a 1968, a progressiva desvalorização do salário real, ano a ano, chegou à quase 20% em 1976 (ultrapassando os 40% em 1978).²⁶ A situação de pauperização da classe trabalhadora também foi aprofundada pela subida inflacionária, que nos primeiros quatro anos da gestão Bordaberry ultrapassou os 70%.²⁷ Esse quadro foi agravado pelo crescimento anual da média dos preços dos bens de consumo, que atingiu 81,4% em 1975 e 50,7% em 1976.

Nas palavras de Padrós, “[...] a acentuada exclusão econômica e social dos trabalhadores se deu em benefício do lucro empresarial e do capital estrangeiro, verdadeira ‘base social’ do novo regime”.²⁸ Isto é, o processo de recuperação e crescimento econômico foi o principal agregador de desigualdade social no Uruguai ao longo da ditadura. Com isso, destacamos que os patamares economicamente positivos alcançados sob a administração compartilhada de Bordaberry e das Forças Armadas fizeram-se possíveis às custas da piora das condições de vida e do agravamento da exploração da força de trabalho proletária, uma vez que “la clase trabajadora, al igual que durante el mandato de Pacheco, fue la que cargó con el peso de la recuperación económica”.²⁹ Portanto, podemos compreender que a desarticulação da CNT e a repressão do movimento sindical combativo uruguaio foi essencial no processo de consolidação da ditadura de SN no país, principalmente em seus primeiros anos, quando ela ainda dependia da legitimação das classes economicamente dominantes. De acordo com as palavras de Hugo Cores, “no hay ningún proceso histórico en América Latina donde la clase obrera haya quedado más aislada que en Uruguay. Acá te masacraban un sindicato y nadie decía nada. [...] Durante diez años no hubo apoyo para las acciones de la clase obrera. Esa fue la tragedia del Uruguay”.³⁰

Contudo, ainda que sob condições de encolhimento dos espaços de atuação e de

²⁴ Astori explica que esse foi um movimento comum a toda América Latina e amparado pelos países centrais do capitalismo diante da crise mundial iniciada nos anos 1970. Nesse sentido, os países imperialistas e suas empresas transnacionais se preocuparam em encontrar diferentes áreas para aplicar seus excedentes financeiros. Assim, a América Latina foi considerada uma região de mercados atrativos, dada sua mão de obra barata, sua capacidade potencial de endividamento e a disposição de suas classes dominantes locais em aderirem ao neoliberalismo. ASTORI. Op. cit., p. 152.

²⁵ MYERS. Op. cit., p. 105.

²⁶ ASTORI. Op. cit., p. 162.

²⁷ MYERS. Op. cit., p. 105.

²⁸ PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 378.

²⁹ MYERS. Op. cit., p. 105.

³⁰ Depoimento de Hugo Cores. In: RODRÍGUEZ et al. Op. cit., p. 153.

isolamento dos sindicatos, os trabalhadores conseguiram adaptar antigas estratégias e criar novas formas de resistência adequadas ao enfrentamento da ditadura. Ao longo da história do movimento operário uruguaio, as manifestações de rua em comemoração ao 1º de Maio se tornaram uma tradição dos trabalhadores. Dado o caráter combativo e de concentração de reflexão e lutas, essas comemorações sofreram com a dura repressão e proibição nos anos de ditadura. Porém, os trabalhadores sindicalistas, protagonistas na organização dos eventos em torno do 1º de Maio, buscaram diversas formas de contornar a repressão, sendo a principal delas o planejamento de manifestações “relâmpago”.³¹

Em 1974, aconteceram esforços na tentativa de organizar um 1º de Maio de luta. Com a proximidade da data, em abril uma delegação de sindicalistas recorreu à Chefia de Polícia de Montevideu para obter a autorização necessária para a realização do evento – o que já era uma determinação legal mesmo antes de 1973. Diante da negativa das Forças Armadas, a direção clandestina da CNT optou por dar continuidade aos planos de manifestações pacíficas, o que por sua vez levou ao anúncio das Forças Conjuntas alertando que “[...] tomarían medidas de seguridad extraordinarias para mantener el orden público en el Día de los Trabajadores”.³² Perante esse quadro, os trabalhadores ainda vinculados à CNT tiveram que dividir as mobilizações em dois pontos diferentes de Montevideu, dessa forma descentralizando os festejos e dificultando a repressão policial ao demonstrarem “[...] su repudio por la Dictadura en una jornada que ya desde las primeras horas se preveía como agitada”.³³

O ano de 1974 representou uma ruptura no relacionamento entre a ditadura e o sindicalismo no país: a partir do afastamento do ministro do Interior Néstor Bolentini do seu cargo, em fevereiro de 1974, foi dado fim à “era Bolentini”, marcada pela tentativa de diálogo com sindicatos alinhados à ditadura e planos de constituição de uma nova central sindical, coordenada pelo Estado.³⁴ Nesse sentido, os riscos provocados pelo envolvimento com a militância sindical combativa, à nível coletivo e individual, foram sendo aprofundados a largos passos. Para Francisco “Pancho” Maiorana³⁵, a consigna seguida pelos trabalhadores nesse período foi “Fortalecer, contrarrestar, unir y desarrollar actividades”. Ainda assim, em 1975 a CNT buscou organizar manifestações em comemoração ao dia dos trabalhadores. Uma das mais importantes táticas de atuação nessa atividade foi a redução no número de sindicalistas que

³¹ CHAGAS; TONARELLI. Op. cit.; RODRÍGUEZ et al. Op. cit.; BOTTARO. Op. cit.

³² RODRÍGUEZ et al. Op. cit., p. 158.

³³ CHAGAS; TONARELLI. Op. cit., p. 120.

³⁴ Ibid., p. 131.

³⁵ Depoimento de Francisco Maiorana, ao documentário “Memorias de luchas: de Trabajo y de Trabajadores”, dirigido por José Pedro Charlo e Universindo Rodríguez.

conheciam detalhes do planejamento da manifestação e a protelação de sua divulgação, que era feita boca a boca.³⁶

As mobilizações de massa do dia 1º de Maio não voltaram a se repetir por muitos anos no período da ditadura, dado o recrudescimento repressivo e a efetivação do desmonte da atividade sindical no país. Contudo, conforme é visível na análise de José R. Bottaro, existiu um grande esforço dos trabalhadores sindicalistas em todo o período ditatorial de continuar o desenvolvimento da militância, mesmo com a drástica redução de possibilidades de ação. Segundo o autor:

Hubo, eso sí, variedad de formas de militancia indirecta, donde estuvo presente el ingenio y la picardía. Los partidos de fútbol se inscriben claramente dentro de ese sentido de oportunidad, correspondiendo a las etapas más cerradas. Los festivales o peñas folklóricas vendrían más adelante, en tiempos de penumbra. A través de canales de relación ya existentes o movimientos de aproximación muy medidos en las fábricas se mantuvo viva la llama de una consciencia clasista. Las formas de expresión sindical, en tanto son herramientas de utilización masiva eran claramente inviables.³⁷

Nesse sentido, é de extrema importância ressaltar a capacidade criativa e de articulação desses indivíduos em encontrar, e até mesmo arquitetar, diferentes espaços para a continuidade de atividade sindical de luta, antagônica ao regime ditatorial. Essa conduta dos trabalhadores que integravam a CNT foi imprescindível e teve o protagonismo na resistência à ditadura de SN no Uruguai em sua primeira fase.

4.2 A ATUAÇÃO DAS CONEXÕES REPRESSIVAS DO CONE SUL NA REPRESSÃO À RESISTÊNCIA

A consolidação da ditadura de SN no Uruguai, como já foi indicado, não ocorreu de forma isolada na América Latina. O estudo e a análise do processo de escalada autoritária e gestação da ditadura uruguaia, entre o final dos anos 1960 e início dos 1970, só podem ser bem-sucedidos se também considerarmos o exame da conjuntura regional. Nesse sentido, podemos nos ater aos casos de Brasil, Chile e Argentina. Ainda que o Paraguai e a Bolívia também tenham sofrido golpes de Estado instauradores de ditaduras tuteladas pelas Forças Armadas nacionais, em 1954 e 1971 respectivamente, optamos pelo destaque aos três países mencionados por conta do protagonismo conferido à DSN nesses casos, em detrimento de outras modalidades de ditadura e doutrinas ideológicas.

³⁶ Ibid., p. 132.

³⁷ BOTTARO. Op. cit., p. 88-9.

O golpe de Estado no Brasil em 1964 inaugurou a ditadura de SN no país e também a adesão e aplicação da DSN na América Latina.³⁸ Conforme já discutido, o Brasil a partir do final dos anos 1950 – dada sua dimensão territorial e econômica – foi elegido como uma “submetrópole” mediadora dos interesses imperialistas na região, dentro da lógica do capitalismo dependente. De acordo com isso, a influência brasileira na região não foi empregada apenas através de questões diretamente econômicas, mas também serviu como um “laboratório de testes” dos postulados da DSN e do TDE, além de, posteriormente, atuar disseminando seu “modelo” repressivo. De acordo com Myers, a relação entre os militares uruguaios e brasileiros se deu da seguinte forma:

El modelo brasileño era el curso más probable a seguir por las Fuerzas Armadas uruguayas. El peso económico y político del gigante del norte, colocaba a Uruguay en una situación extremadamente vulnerable a la presión militar brasileña. Esta presión, no se manifestó en acciones militares directas o siquiera inusitadas. Todo lo contrario, los oficiales uruguayos y brasileños, se fortalecieron aún más debido a la percepción de amenazas internas y externas comunes. [Grifo nosso]³⁹

No caso do Chile, é paradigmática a destruição violenta do projeto socialista colocado em andamento pela *Unidad Popular*, de Salvador Allende, através dos preceitos da DSN e do TDE. Entre 1971 e 1973, o Chile mostrou ao mundo a possibilidade do estabelecimento de um projeto socialista por meio de eleições, a chamada “Revolução chilena” pela via eleitoral (a “via chilena ao socialismo”).⁴⁰ Contudo, os avanços sociais que estavam sendo aceleradamente conquistados no Chile foram interrompidos por um golpe militar em 11 de setembro de 1973, reconhecidamente apoiado pelo governo estadunidense. Luiz Roberto Lopez avalia que o golpe de Estado no Chile foi um indício claro de que “[...] as classes dominantes internas e externas não hesitam em se valer dos mais truculentos recursos quando o sagrado direito da propriedade parece em jogo. Em outras palavras, é idílico se pensar que se chega a soluções revolucionárias pelo caminho do reformismo”.⁴¹ Como discutiremos mais adiante, o caso chileno, em todas suas especificidades, mas principalmente no sentido de perseguição à resistência, teve profundas vinculações com a ditadura do Uruguai, já que muitos uruguaios emigravam e buscavam exílio no Chile desde a época do *Pachecato*.

Em relação à Argentina, ainda que o golpe de Estado que deu início à ditadura de SN tenha ocorrido em 1976, marco temporal final desta pesquisa, podemos observar algumas

³⁸ FERNANDES. Op. cit., p. 238; REIS, 2012. Op. cit., p. 37.

³⁹ MYERS. Op. cit., p. 120-1.

⁴⁰ GUAZZELLI. Op. cit.

⁴¹ LOPEZ. Op. cit., p. 191.

relações da conexão repressiva, particularmente entre este país e o Uruguai durante o período investigado. Até 1976, a proximidade do Uruguai e o compartilhamento do idioma fazia da Argentina (e sobretudo de Buenos Aires) uma possibilidade atrativa para os uruguaios, tanto em termos de oportunidades econômicas quanto, sobretudo, para aqueles que estavam envolvidos em organizações como o MLN-T, a CNT e a Frente Ampla, que buscavam o exílio motivados pela perseguição política em seu país desde o final dos anos 1960.

Efetivamente, somado ao exílio *diretamente* político, a crise social instalada no Uruguai causou um movimento de emigração de sua população como nunca visto antes. No período que vai de 1963 a 1975, entre 250 mil e 300 mil uruguaios emigraram para o exterior⁴², sendo que a maioria se deslocava a Buenos Aires. Outro aspecto que estimulou a emigração uruguiaia com destino à Argentina foram as possibilidades estabelecidas com a abertura democrática que esse país estava passando⁴³, depois de sete anos de uma ditadura militar (1966-1973).⁴⁴ Segundo Adela Pellegrino, a abertura política na Argentina a partir de 1973 foi acompanhada “[...] por una oferta considerable de oportunidades de inserción en el mercado de trabajo y salarios más elevados que los que se ofrecían en Uruguay a igual nivel de calificación”.⁴⁵

A Argentina, em conjunto com o Brasil e sob orientação estadunidense, foi essencial no recrudescimento autoritário desenrolado no Uruguai.⁴⁶ De fato, um dos principais mecanismos de atuação coercitiva desenvolvido e utilizado pelas ditaduras de SN no Cone Sul foi a conexão repressiva internacional estabelecida a partir da criação da Operação Condor, em 1975.⁴⁷ Conforme afirmado por Ramiro Reis,

A Operação Condor - também chamada de Plano ou Operativo Condor - foi o pacto clandestino internacional de coordenação repressiva entre os serviços de inteligência, polícias políticas e comandos militares das Forças Armadas do Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Brasil, no intuito de organizar a colaboração anti-subversiva contra a comunidade de exilados nos países do Cone Sul.⁴⁸

⁴² ASTORI. Op. cit., 162.

⁴³ “Después de los golpes de Estado en Uruguay y en Chile, la primavera democrática que vivía Argentina desde mayo de 1973, bajo el gobierno de Héctor Cámpora, se transformó en el único punto de refugio en todo el sur de América, minado por dictaduras. Pero esa primavera duró poco”, afirmam Trías e Rodríguez, se referindo ao período democrático entre-ditaduras ocorrido na Argentina entre 1973 e 1976. TRÍAS; RODRÍGUEZ. Op. cit., p. 245.

⁴⁴ PELLEGRINO, Adela. Aspectos demográficos, 1963-1985. In: APPRATTO, Carmen et al. **El Uruguay de la dictadura (1973-1985)**. Montevideo: Banda Oriental, 2004.

⁴⁵ Ibid., p. 188.

⁴⁶ Padrós compreende que “[...] os EUA mostravam-se muito preocupados com a possibilidade do Uruguai virar um outro Chile de Allende. Além das propostas do modelo Frente Popular (Unidade Popular chilena, Frente Ampla uruguiaia), a cronologia era quase paralela. Argentina e Brasil estavam articulados com os EUA para desencadear ações abertas ou encobertas que impedissem a vitória da Frente Ampla”. PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 331.

⁴⁷ Para um maior desenvolvimento sobre as conexões repressivas envolvendo o Uruguai, anteriores e decorrentes da Operação Condor, ver: FERNANDES. Op. cit.; REIS, 2012. Op. cit.; PADRÓS, 2005. Op. cit.

⁴⁸ REIS, 2012. Op. cit., p. 40.

Sendo assim, a Operação Condor foi idealizada e colocada em prática em conformidade com os dogmas da DSN que, juntamente com as práticas de TDE, se baseava na concepção da existência de “fronteiras ideológicas” a serem protegidas do “Comunismo Internacional”. Nesse sentido, as ditaduras de SN do Cone Sul buscaram a integração de seus aparatos de inteligência e segurança e de seus métodos repressivos ilegais (como a tortura, o sequestro e a política de desaparecimentos) com o objetivo de perseguir e eliminar o “inimigo interno”, dessa forma não observando os limites das fronteiras nacionais como um impeditivo. Considerando o quadro de internacionalização do Terror instalado pela Operação Condor, o exílio de pessoas e grupos perseguidos pelas ditaduras de SN passou a ter um papel essencial como estratégia de sobrevivência e manifestação de resistência na região.

Dentro da lógica constituída no Cone Sul pela DSN colocada em prática através do TDE e das diversas formas de conexão repressiva, particularmente a Operação Condor, foi almejada a “destruição total” da resistência do movimento sindical no Uruguai. Mesmo que com uma drástica redução de espaços para a realização de atividades sindicais, tanto de reivindicações de direitos trabalhistas quanto de resistência à ditadura, a incessante atividade clandestina da CNT era “una irritación constante para el gobierno [...]”.⁴⁹ Ainda assim, diversos setores da resistência à ditadura (partidos de esquerda, grupos de ação direta, sindicatos, etc.) sofreram duros golpes em ondas de violência estatal em 1973, 1975, 1976 e 1977. Em relação ao desmonte da CNT, em dezembro de 1975, a central sofreu golpes diretos a sua direção clandestina: muitos dirigentes ligados ao também clandestino PCU caíram presos, entre eles Wladimir Turiansky, Eduardo Platero e Gerardo Cuestas, e outros acabaram seguindo o caminho do exílio, como Félix Díaz, Daniel Baldassari e Mario Acosta.⁵⁰ Destacamos que a escolha pelo exílio, se é que o exílio pode ser considerado uma escolha, de forma alguma representou a “fuga” ou “acovardamento” daqueles que se viram diante desse caminho: como afirmam Chagas e Tonarelli, “resistir, resistir, resistir ... pasa a ser la consigna de aquellos tiempos, donde la vida sindical parece reducida a su mínima expresión y la crítica opción era ‘irse o quedarse’, afrontando los riesgos y tales riesgos eran la cárcel, la tortura o la muerte”⁵¹ [grifo nosso]. Portanto, se faz evidente que, em um período de avanço progressivo do autoritarismo e de sofisticação internacional conjunta dos métodos repressivos, a partida para o exílio e a contração das atividades políticas e sindicais se configuraram como estratégias de

⁴⁹ MYERS. Op. cit., p. 106.

⁵⁰ CHAGAS; TONARELLI. Op. cit., p. 138; RODRÍGUEZ et al. Op. cit., p. 180-1.

⁵¹ CHAGAS; TONARELLI. Op. cit., p. 139.

resistência à ditadura.

As limitações legais da atividade sindical, o isolamento dos sindicatos e trabalhadores em conjunto às perdas humanas e também materiais concretizaram a drástica redução das atividades da CNT. É avaliado que esse fato ocorreu pela impossibilidade de atuação do “[...] pequeño grupo encabezado por el ‘Pepe’ D’Elía y [dos] núcleos de militantes organizados políticamente en su entorno”⁵²; nesse sentido, “la CNT pasa entonces a existir solamente en la memoria y en el corazón de los trabajadores uruguayos”.⁵³ Rodríguez et al vão ao encontro dessa análise, já que consideram que “el terror desatado llegó a todos los escalones de las estructuras político-sindicales y, en la práctica la oposición a la dictadura perdió todo carácter de resistencia de masas”.⁵⁴ Entretanto, organizações políticas que mesmo na clandestinidade tinham condições de estabelecer algum nível mínimo de debate interno, como a ROE e os GAU, compreendiam que a realidade uruguaia necessitava da existência de um partido de massas como instrumento de enfrentamento à ditadura⁵⁵, (lembrando que todos os partidos e organizações de esquerda haviam sido proibidos e até os Partidos Tradicionais estavam interditados). Assim, foi concretizada a fundação, na clandestinidade do *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP), em julho de 1975, a partir do exílio em Buenos Aires.⁵⁶ É importante ressaltar que o PVP foi constituído pela confluência de militantes de diferentes gerações (curiosidade: parte dos integrantes do partido eram jovens professores). Esse fato, (a grande participação de docentes), também possibilitou que a organização contasse com significativa presença de mulheres entre seus quadros.

O historiador uruguaio Universindo Rodríguez, que em sua juventude participou do movimento estudantil secundarista e universitário e, devido à perseguição causada pelo golpe de 1973, teve que partir para o exílio na Argentina, colaborou ativamente na fundação do PVP. Em depoimento ao projeto “Memórias da Resistência e da Solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva”,

⁵² Ibid.

⁵³ Ibid. p. 139.

⁵⁴ RODRÍGUEZ et al. Op. cit., p. 181.

⁵⁵ Ivonne Trías relata que os debates da FAU em torno da criação de um partido de massas já eram antigos à altura da criação do PVP, uma vez que “[...] la idea de formar un partido que dirigiera la lucha política por el socialismo estuvo presente en la FAU desde mucho años antes, aún cuando se guardara respetable distancia de los planteos vanguardistas”. TRÍAS, I. Op. cit., p. 142.

⁵⁶ Ao falar sobre o processo de fundação do PVP no exílio em depoimento ao documentário “Kollontai, apuntes de la resistencia”, Luis Puig destacou que: “Se bem que já havia um setor de companheiros que estavam na Argentina, organizando o partido de forma clandestina, e organizando o vínculo com a colônia uruguaia, um conjunto de companheiros estava aqui [no Uruguai]. Íamos a reuniões em Buenos Aires com os nossos dirigentes, voltávamos aqui e continuávamos organizando a chamada resistência. Temiam que acontecesse o mesmo que no Paraguai e que houvesse muitíssimos anos de ditadura. A presença nas ruas tinha que continuar”.

Rodríguez pode discorrer sobre o processo de criação do PVP, onde

[...] se consolida ou se desenvolve um processo que já vinha de antes, que setores da ROE, com outros setores marxistas e setores independentes, e setores vinculados às esquerdas mais tradicionais, o Partido Comunista e o Partido Socialista, se reúnem e terminam conformando o PVP, ou seja, o PVP não era da ROE, era uma coisa diferente, que tentava recolher a experiência libertária, a experiência marxista, colocam-lhe uma linha gramsciana, colocam-lhe, uma coisa desse tipo, e que consegue reunir em sua formação, no ano de 1975, uma adesão militante, de recursos e de experiência realmente importantíssima.⁵⁷

O PVP também teve entre seus fundadores nomes que foram de grande importância na constituição e nas lutas travadas pela CNT, como Gerardo Gatti, Hugo Cores e León Duarte. Na obra biográfica sobre Hugo Cores, a jornalista Ivonne Trías retoma a questão da dificuldade da organização da resistência à ditadura em um contexto de colaboração repressiva internacional proporcionado pela Operação Condor:

Los preparativos para el Congreso fundacional habían empezado en 1973, se intensificaron en 1974 y culminaron, como se dijo, en Argentina a mediados de 1975. En un marco regional pautado por las dictaduras – Uruguay, Chile, Brasil y Paraguay –, Argentina resultaba un lugar privilegiado de repliegue para los militantes de esos países. El mismo que se convertiría, a partir del golpe de Estado de marzo de 1976, en un escenario de exterminio.⁵⁸

Assim, desde sua fundação, o PVP esteve sufocado pela repressão transnacional. Uma organização que reunia quadros políticos e militantes conhecidos e experientes não conseguia passar despercebida pelas malhas da rede da constante vigilância repressiva. Contudo, o acúmulo de experiências e a longa trajetória de resistência de muitos integrantes do PVP, desde os anos 1950 e passando pelo *Pachecato*, tiveram um importante papel na execução de tarefas da militância. Sob essas condições, o PVP se firmou como o principal canal de “[...] denúncia internacional da ditadura instaurada no país”.⁵⁹ A sua característica denunciativa da violação dos Direitos Humanos que ocorria no Uruguai, (através da censura, da tortura, de desaparecimentos, da proibição de associação política, etc.), também fez com que o PVP fosse amplamente visado pelos aparatos repressivos do Uruguai, Argentina e até mesmo do Brasil.⁶⁰ Ainda que na composição do PVP existissem militantes que anteriormente estiveram envolvidos em grupos que seguiam a tática da luta armada, essa não foi uma atividade

⁵⁷ Depoimento de Universindo Rodríguez Díaz. Primeiro depoimento. In: PADRÓS, Enrique; VIVAR, Jorge. **Memórias da Resistência e da Solidariedade**: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva. Porto Alegre: Ed. ASF-Brasil, 2013. p. 238.

⁵⁸ TRÍAS, I. Op. cit., p. 142.

⁵⁹ REIS, 2012. Op. cit., p. 53.

⁶⁰ Essa questão será discutida no próximo subcapítulo.

pretendida com a formação do partido. Porém, conforme denunciado pelo informe “Uruguay: nunca más”, “las FFAA acusaron al Partido [...], que fue creado, en parte, con integrantes de la OPR 33, de ejecutar acciones violentas y planificar otras que fueron impedidas pero se considera que fueron urdidas por los militares para justificar la activa represión de 1976”.⁶¹ Reis também aponta que a denúncia de que o PVP planejava e executava atividades de guerrilha é infundada, pois “praticamente a única estratégia era a militância política na denúncia das violações dos direitos humanos a partir do exílio, pois no interior do país o sindicalismo estava desmantelado, a luta armada derrotada e a imprensa censurada”.⁶² Contudo, com o intuito de “fazer finanças”, a organização realizou alguns sequestros de empresários na Argentina, para obtenção de resgate com o qual financiou a infraestrutura de locais legais e clandestinos para acolher e proteger os militantes exilados e ajudar as famílias de companheiros presos no Uruguai.⁶³

As atividades desenvolvidas pelo PVP não tiveram o caráter primordial da mobilização sindical e da aglutinação de uma variedade de correntes ideológicas como ficou caracterizado na CNT, dada a falta de condições objetivas e espaços de atuação impostos pela escalada repressiva da ditadura de SN no Uruguai. De fato, o PVP foi um espaço bem mais restrito que a CNT, porém, ainda assim, sua existência e atuação, mesmo que brevemente, conseguiram dar continuidade a uma série de ações de resistência, primeiramente instituídas pela CNT. A coincidência entre as duas organizações também foi observada pelo compartilhamento de muitos de seus integrantes e de seus propósitos basilares – a resistência à ditadura e a defesa dos Direitos Humanos. Nesse sentido, o PVP foi marcado pelo deslocamento de uma “categoria” considerada massiva de resistência até seu máximo ponto de inflexão, onde os indivíduos resistentes tiveram de adaptar sua luta para um plano “microsocial”.

4.3 OPERAÇÃO CONDOR, TERRORISMO DE ESTADO E CONEXÃO REPRESSIVA: O CASO *AUTOMOTORES ORLETTI*

O biênio 1975-1976 marcou um período de transição no caráter do regime ditatorial uruguaio. Se até então a ditadura foi caracterizada pela falta de um projeto fundacional próprio à administração militar⁶⁴, nesse momento passou a ser conformada uma ruptura “qualitativa” dentro da lógica da ditadura; dessa forma, foram expostas algumas contradições internas entre

⁶¹ SERPAJ. Op. cit., p. 65-6.

⁶² REIS, 2012. Op. cit., p. 70.

⁶³ Ibid., p. 81.

⁶⁴ CAETANO; RILLA. Op. cit.; PADRÓS, 2005. Op. cit.

os militares e o ditador civil Bordaberry. A respeito disso, os autores Myers⁶⁵, Padrós⁶⁶ e Caetano & Rilla⁶⁷ concordam que mesmo coincidindo nos aspectos gerais e no continuísmo da ditadura, a relação das Forças Armadas com Bordaberry foi sempre marcada pela desconfiança. Isso pode ser explicado pelas tentativas frustradas de Bordaberry em centralizar o regime em sua figura, inclusive propondo a instalação de um novo regime de poder no país, onde os militares constituiriam o “sustento” do governo em substituição aos partidos políticos, o que foi mal recebido pelas Forças Armadas.⁶⁸ Podemos perceber que as características “antipolítica”, “antipartidária” e “antimarxista”, que estiveram ao lado do poder no Uruguai desde a administração Pacheco Areco, foram fundamentais na concretização dos propósitos da DSN no país e do projeto fundacional de uma nova institucionalidade uruguaia.

É relevante lembrar que Bordaberry nunca exerceu um papel de liderança sobre os militares e, mesmo ocupando a presidência, sua presença nos espaços de poder sempre esteve ligadas à uma concessão feita pelas Forças Armadas em nome de sua autopreservação diante da comunidade internacional, no sentido de simular que o novo regime uruguaio não era uma “ditadura militar”, como ocorria em outros países do Cone Sul. Nesse sentido, a “descartabilidade” de Bordaberry fez com que, finalmente, as Forças Armadas o destituíssem do cargo da presidência em junho de 1976, no contexto relatado de dissensão entre o ditador e os militares. Para substituí-lo, os militares escolheram Alberto Demicheli, então Presidente do Conselho de Estado.

Segundo Padrós, a substituição de Bordaberry representou uma nova fase no fechamento democrático do país, uma vez que “houve importante refluxo do polo civil da ditadura e iniciou-se o período marcado pela tentativa da sua institucionalização”.⁶⁹ Nesse sentido, decorreu também o avanço, sofisticação e estreitamento das conexões repressivas transnacionais dentro do marco da Operação Condor. Como já foi dito, o recrudescimento repressivo, baseado na DSN, teve como sua principal manifestação o TDE. No contexto do período entre os anos 1960 e 1980, o TDE foi justificado na América Latina como único mecanismo capaz de impedir o avanço de atividades “subversivas” sobre o continente. A prática do TDE mobilizou “[...] uma variada gama de mecanismos administrativos, propagandísticos, psicológicos e jurídicos que deram suporte às atividades, clandestinas ou não, das unidades

⁶⁵ MYERS. Op. cit.

⁶⁶ PADRÓS, 2005. Op. cit.

⁶⁷ CAETANO; RILLA. Op. cit.

⁶⁸ MYERS. Op. cit. p. 107; CAETANO; RILLA. Op. cit. p. 36.

⁶⁹ PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 391.

específicas de inteligência, informação e controle, assim como de repressão física explícita”.⁷⁰

Um dos elementos essenciais na configuração do TDE é a imposição do medo, objetivo ansiado pelos agentes e pelas instituições repressivas por conta da sua função “pedagógica” na causa da paralisação, do isolamento e do silenciamento da sociedade frente a questões que, sob condições normais, causariam a movimentação, união e revolta social. A violenta e progressiva espiral repressiva no Uruguai, em um relativo curto espaço de tempo abriu espaço para o alastramento da “cultura do medo” no país⁷¹, uma vez que “tras la gran embestida de 1975-1976 toda la sociedad pareció transformarse en una gigantesca prisión, donde apenas el núcleo familiar pareció constituirse en el último reducto de resistencia. No había otro lugar donde los uruguayos pudiéramos hablar abiertamente”.⁷²

Sendo assim, entre uma variedade de métodos utilizados pelo TDE no Uruguai, figurou entre eles o desaparecimento político. Contudo, observamos que até 1975 essa não era uma prática utilizada em grande escala pelas forças de segurança uruguaias, que “priorizavam” a política do “grande encarceramento”, os sequestros e a tortura. Essa tendência mudou a partir da possibilidade de perseguição da resistência exilada na Argentina, como consequência do golpe de Estado naquele país e com o alargamento das ações binacionais repressivas. Em função disso, a prática de desaparecimentos se intensificou contra a resistência fora das fronteiras nacionais. De acordo com Padrós,

um dos fatores mais importantes para explicar a eficiência da prática de desaparecimentos foi o contexto geral de impunidade para os agentes do Estado repressivo nos atos de TDE. Por sua vez, isso aumentou a sensação de impotência das vítimas e do seu entorno. O contexto de impunidade foi a base para as ações repressivas arbitrárias, como no caso das detenções-desaparecimentos, numa demonstração ostensiva, por parte dos executores do TDE, de que possuíam imunidade perpétua e jamais prestariam contas pelos seus atos.⁷³

Isso posto, é possível afirmar que a instalação de um cenário marcado pela “cultura do medo” foi um objetivo comum aos países envolvidos na Operação Condor. Considerando que os países componentes do Condor tiveram diferentes graus de envolvimento e colaboração com

⁷⁰ PADRÓS, Enrique Serra. Elementos constitutivos do Terror de Estado implementado pelas Ditaduras Cívico-militares de Segurança Nacional latino-americanas. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). **As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2006. p. 15.

⁷¹ Chagas e Tonarelli descreveram os efeitos da “cultura do medo” como um cenário onde “nadie podía sentirse seguro, hay delaciones, espionaje, falsas identidades, en la noche aparecen misteriosos taxistas que interrogan ‘distraídamente’ a sus ocasionales pasajeros sobre qué opinaban de la situación del país y del gobierno. Los teléfonos ‘escuchan’, los profesores y maestros recuerdan a sus alumnos la importancia de las Fuerzas Armadas y el servicio que han prestado y le prestan a la Patria, hay desfiles, marchas, festivales de ‘canciones a mi Patria’”. CHAGAS; TONARELLI. Op. cit., p. 155.

⁷² Ibid., p. 154.

⁷³ PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 671.

o operativo, podemos destacar duas conexões efetivadas junto ao Uruguai. A primeira delas é a conexão Brasil-Uruguai que, conforme afirma Fernandes, teve sua deflagração “[...] acionada a partir da consolidação da ditadura brasileira, em 1964, muitos anos antes da Operação Condor”.⁷⁴ Conforme já mencionado, uma sólida manifestação dessa conexão repressiva foi a chamada “Operação Trinta Horas”, que tratou de mobilizar conjuntamente as forças militares de ambos os países em torno do resultado das eleições no Uruguai em 1971.⁷⁵ Contudo, o exemplo mais conhecido resultante da prática do TDE pela conexão Brasil-Uruguai foi o caso da colaboração repressiva binacional no sequestro dos militantes uruguaios do PVP, Universindo Rodríguez e Lilián Celiberti – e dos filhos de Lilián –, na cidade de Porto Alegre, em 1978.⁷⁶

A segunda conexão a destacar é a Argentina-Uruguai. De fato, ainda que a conexão repressiva Brasil-Uruguai tenha sido uma das mais antigas e bem consolidadas no Cone Sul, segundo Reis, “de todos os sistemas da coordenação multinacional da conexão repressiva entre os países do Cone Sul, um dos mais efetivos e letais foi o dos serviços de inteligência do Uruguai com a Argentina”.⁷⁷ A conexão repressiva Argentina-Uruguai foi potencializada pelo movimento migratório e de exílio político em massa de uruguaios em direção ao país vizinho.⁷⁸ Para Marco Antônio Villalobos, “o exílio na Argentina era equivalente a caminhar em direção à tragédia: uma imprudência que só poderia ser justificada pela paixão de estar perto de seu país”.⁷⁹ A conflagração dessa relação demandou a criação e manutenção de um grande sistema logístico repressivo. Assim, uma estrutura montada pelo órgão de inteligência uruguaio, *Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas* (OCHOA), em conjunto com as forças repressivas argentinas, deu início à perseguição sistemática de sindicalistas, membros do movimento estudantil e políticos uruguaios exilados.⁸⁰ Para isso, a conexão Argentina-Uruguai “[...] chegou a manter Centros Clandestinos de Detenção (CCD) binacionais em Buenos Aires,

⁷⁴ FERNANDES. Op. cit. p. 244.

⁷⁵ Cf. Capítulo 3, nota 9.

⁷⁶ Ver: REIS, 2012. Op. cit.

⁷⁷ REIS, 2012. Op. cit., p. 50.

⁷⁸ Conforme informado pelo dossiê sobre o desaparecimento de Gerardo Gatti produzido pela Secretaria de Derechos Humanos para el Pasado Reciente, do Uruguai, “Desde 1973 existió una estrecha vinculación entre la Policía Federal argentina y la Jefatura de Policía de Montevideo. Con la muerte de Perón (01/07/1974) se impulsó una mayor coordinación y la presencia de miembros de la Secretaría de Inteligencia del Estado (SIDE-Argentina) en Uruguay así como de miembros del Servicio de Información de Defensa (SID) uruguayo en Argentina”. Disponível em: <<https://sitiosdememoria.uy/sites/default/files/2020-01/GATTI%20ANTU%C3%91A%2C%20Gerardo%20Francisco%20Ficha%20accesible.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2021.

⁷⁹ VILLALOBOS, Marco Antônio. Uruguai: Autoritarismo e Ditadura. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). **As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2006. p. 28.

⁸⁰ PADRÓS, 2005. Op. cit., p. 693.

que eram administrados por militares [...]”⁸¹ uruguaios e argentinos.

Entre os CCD mais violentos estava *Automotores Orletti*, uma antiga oficina de automóveis localizada no bairro Floresta da capital argentina. Centenas de pessoas foram torturadas, interrogadas e detidas ilegalmente nas dependências de *Orletti*.⁸² De fato, *Orletti* era na verdade *Cortell*, mas assim ficou conhecida pois um casal de fugitivos desse CCD, em um momento de óbvia ansiedade, não percebeu que faltava a letra “C” na placa da faixa da antiga mecânica. Ainda que tenha funcionado como centro clandestino por um relativo curto período, entre maio e setembro de 1976, são conhecidas pelo menos quarenta vítimas uruguaias que passaram por *Orletti*.⁸³

O caso mais destacado relacionado às práticas repressivas que tiveram lugar em *Orletti* foi o desaparecimento do sindicalista e trabalhador anarquista das artes gráficas uruguaio Gerardo Gatti Antuña. Gatti nasceu em 1932 em Montevidéu e ao longo da sua vida sempre esteve envolvido com a militância política, fazendo parte de muitas organizações mencionadas nesse trabalho, como a FEUU, o SAG, a FAU, a CNT, a ROE e posteriormente o PVP. Exilado desde 1973 na Argentina, devido ao fechamento repressivo em seu país, Gatti foi ilegalmente capturado no dia 9 de junho de 1976 em uma operação conjunta de agentes repressivos uruguaios e argentino, sob a égide do Plano Condor. Nessa operação, deflagrada entre 9 de junho e 15 de julho de 1976, foram presos vinte e seis militantes do PVP, dos quais dois até hoje permanecem desaparecidos: Gerardo Gatti e León Duarte, outra liderança histórica dos trabalhadores uruguaios.⁸⁴ Segundo a avaliação feita pelo grupo SERPAJ, do Uruguai,

Las dos grandes oleadas de desapariciones de uruguayos en la Argentina estuvieron claramente ligadas a la desarticulación de grupos políticos opositores. Así, entre junio y setiembre de 1976 se produjeron aproximadamente setenta detenciones de uruguayos, la mayoría de ellos militantes del PVP, todos los cuales fueron alojados en el centro de detención clandestino conocido como ‘Automotores Orletti’.⁸⁵

O estudo histórico do caso de *Automotores Orletti*, pensando no tema desse trabalho,

⁸¹ REIS, 2012. Op. cit., p. 50-1.

⁸² De acordo com o dossiê sobre o desaparecimento de Gerardo Gatti, produzido pela Secretaria de Derechos Humanos para el Pasado Reciente, do Uruguai, “en ese lugar se concentraron un gran número de secuestrados en el marco del Plan Cóndor y pasaron por allí más de 300 personas, incluidos ciudadanos uruguayos”. Disponível em: <<https://sitiosdememoria.uy/sites/default/files/2020-01/GATTI%20ANTU%C3%91A%2C%20Gerardo%20Francisco%20Ficha%20accesible.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2021.

⁸³ **SITIOS de memoria Uruguay**. Automotores Orletti. Uruguai. Disponível em: <sitiosdememoria.uy/smlg-arc-01>. Acesso em: 15 jun. 2021.

⁸⁴ Gerardo Gatti e León Duarte foram transformados em reféns e “moeda de troca” pelos agentes Condor, que chantagearam a direção do PVP na clandestinidade. Ante a negativa da organização de pegar pelo seu resgate, ambos foram assassinados e seus cadáveres desaparecidos. Ver: TRÍAS; RODRÍGUEZ. Op. cit.

⁸⁵ SERPAJ. Op. cit., p. 294.

é interessante por dois motivos. Primeiro, porque esse é um exemplo paradigmático das ações repressivas levadas adiante pelas ações firmadas pela Operação Condor. Nesse sentido, é importante destacar que a dilatação das fronteiras ideológicas na região se deu para além da conexão binacional Argentina-Uruguai: o acervo do Arquivo Nacional brasileiro conta com um dossiê produzido em 1979 pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a atividade de membros do PVP no Brasil. Esse dossiê inclui uma edição do jornal *Compañero*, organizado pelo PVP como canal de denúncia da perseguição política em curso no Uruguai. Nessa edição específica do *Compañero* é reforçada a denúncia do desaparecimento de Gatti e Duarte. Além do jornal completo, o dossiê também inclui mais sessenta páginas de outros periódicos completos e recortes de notícias relativas às atividades de membros do PVP. O interesse do SNI em relação ao desaparecimento de militantes no Cone Sul e à atividade de um partido uruguaio indica que as conexões repressivas sob a *Condor* iam além da repressão direta, constituindo assim o intuito da integração total das ditaduras contra o “inimigo interno”.

Em segundo lugar, ainda que em um espaço limitado, podemos observar que existiu um grande esforço logístico-repressivo em torno de desmobilizar e destruir a resistência protagonizada pelos trabalhadores e trabalhadoras sindicalistas, sobretudo, no caso da ditadura de SN uruguaia. O terror de Estado verificado em *Automotores Orletti* em 1976 se deu, especialmente, sobre pessoas que dedicaram sua vida para a contribuição com projetos que confluíam a justiça social e solidariedade entre os membros da classe trabalhadora. A continuidade e adaptação da luta desses indivíduos a cada novo golpe repressivo sobre a classe trabalhadora configurou, portanto, expressiva manifestação de resistência ao recrudescimento autoritário em curso.

Diante do que foi apresentado, é possível compreender que o processo de ilegalização da CNT, e de toda atividade sindical e política em geral, pela ditadura instaurada por Bordaberry fez parte de um contexto mais extenso do que o controle social, inerente a regimes autoritários. Esses processos estiveram amplamente associados às práticas determinadas pela DSN, desde sua implementação ideológica, com a classificação de sindicalistas enquanto “inimigos internos”, até sua implementação prática, utilizando os métodos do TDE com o objetivo de eliminar qualquer resquício de oposição à ditadura na sociedade uruguaia. Contudo, dado seu extenso acúmulo de experiência, os membros da CNT conseguiram, de diversas formas, buscar espaços de atuação mesmo nos contextos mais violentos de repressão.

Considerações finais

Ainda que a visão de uma “história total” seja há muito tempo questionada e declinada pela historiografia crítica, ao longo desse trabalho foi possível observar que a compreensão de um período ou de um problema histórico, como o presente, perpassa obrigatoriamente pela ampla análise de eventos e processos nacionais, regionais e globais. Nesse sentido, foi necessária a análise da origem da crise do Estado de bem-estar social uruguaio, apontada pela historiografia como o principal ponto de inflexão no processo de recrudescimento autoritário ocorrido no país. Assim, nesse contexto, podemos observar o relevante papel da Guerra Fria e da subsequente polarização mundial e instituição da influência dos EUA na América Latina, essencialmente através do alastramento do imperialismo. Com isso, o Uruguai, país classificado enquanto “dependente” na lógica capitalista, teve que se adequar às imposições vindas das metrópoles imperialistas – a mais explícita manifestação disso foi a adesão e alinhamento do país ao FMI visando concessões financeiras para a o controle da crise. Por conta disso, a crise socioeconômica, instalada no país desde o final dos anos 1950, teve seus efeitos mais nefastos (como a inflação galopante, a redução do salário real, o aumento do desemprego e a redução da qualidade de vida, no geral) impelidos sobre a classe trabalhadora do país.

Porém, o agravamento contínuo da crise no Uruguai também serviu como ponto de inflexão aos movimentos sociais organizados no país. Nesse sentido, as diversas organizações atuantes nesse período foram caracterizadas por sua luta pela superação da crise sem danos à classe trabalhadora, pela justiça social e pela preservação da democracia, arraigada, muitas vezes, pelo anti-imperialismo e anticapitalismo. Entre as principais organizações criadas nesse contexto esteve a *Convención Nacional de Trabajadores*, a primeira central sindical que reuniu sindicatos e grêmios de diferentes correntes ideológicas no país. Contudo, o aprofundamento da crise diante da falta de respostas eficientes do governo, somado ao avanço da organização e acúmulo de forças e experiências dos movimentos sociais uruguaios, voltou as atenções do imperialismo para o Uruguai, de modo que os auxílios econômicos, perpetuadores da instabilidade no país, passaram a ser condicionados pelo controle social desses movimentos. Além disso, as classes dominantes nacionais e as empresas transnacionais instaladas no Uruguai também optaram pelo apoio ao gradual fechamento democrático do país frente a possibilidade de verem seus lucros e privilégios serem reduzidos.

Com isso, entre os principais objetivos desse trabalho figurou a investigação de como se deram as diversas formas e estratégias de resistência dos trabalhadores uruguaios,

principalmente aqueles que integravam sindicatos ligados à CNT, ao longo do processo de recrudescimento autoritário no país entre os anos de 1967 e 1976. Para melhor responder a essa questão, optamos pela divisão do período estudado em três momentos, correspondentes aos capítulos de desenvolvimento dessa pesquisa.

O primeiro momento foi estabelecido entre 1967 e 1970, cobrindo assim o início da escalada autoritária no Uruguai, com a administração Pacheco Areco. Nesse período, pôde ser verificado que a resistência dos trabalhadores teve dois sentidos. Primeiro, o estabelecimento e fortalecimento de uma central sindical unificada. Mesmo que tenham existido experiências anteriores à CNT, sua fundação em 1964 representou a criação da primeira experiência bem-sucedida da união agremiações de diferentes ideologias no Uruguai. Em segundo lugar, dado o contexto de crise social generalizada que vinha se instalando no país há quase uma década, a escalada autoritária iniciada no *Pachecato*, principalmente através de *Medidas Prontas de Seguridad* (que suspendiam direitos individuais e coletivos e instauravam do Estado de sítio), teve como resposta a manifestação da força dos movimentos sociais em crescimento no Uruguai, como a CNT, os Tupamaros, a Frente Ampla e o Movimento Estudantil. Nesse sentido, todas as ações da CNT que se tem registro indicam que a central recorreu a métodos já há muito tempo conhecidos pelos trabalhadores uruguaios: greves, paralisações, protestos e ocupações dos locais de trabalho. Os objetivos centrais dessas ações eram a manutenção e avanço de direitos sociais, trabalhistas e de associação, a defesa dos locais de trabalho e, principalmente, a resistência ao recrudescimento autoritário em andamento.

O segundo momento correspondeu aos anos entre 1971 e 1973, abrangendo um ano eleitoral, o início da administração Bordaberry e o golpe de Estado promovido pelo próprio presidente eleito. Ao analisarmos as estratégias de resistência adotadas pelos trabalhadores nesse período, é observável que os anos de militância e luta social, dentro da CNT e anteriores a ela, foram essenciais no sentido de possibilitarem respostas rápidas aos ataques vindos do governo. Além disso, a colaboração e solidariedade com outros tipos de organizações (como a FEUU e a Frente Ampla) permitiu que a central colocasse em prática alianças de diferentes setores da sociedade, com as quais tinham bases sociais e projetos políticos em comum. Contudo, ainda assim, a mais importante manifestação de resistência da CNT nesse período foi a convocação dos trabalhadores uruguaios em massa à greve geral, iniciada em junho de 1973 como resposta imediata ao golpe de Estado encabeçado por Bordaberry. Mesmo com a ilegalização da CNT, ainda nos primeiros dias de greve, os trabalhadores grevistas conseguiram resistir por quinze dias e, além da paralisação em si, mais uma vez usaram da experiência acumulada ao longo dos anos para ocupar locais de trabalho e efetuar protestos contra a

ditadura. As estratégias adotadas nesse período também foram marcadas pela criatividade dos trabalhadores em encontrar caminhos que escapassem à repressão e à censura.

No terceiro e último momento, definido entre 1973 e 1976, temos o fim da greve dos quinze dias, a continuidade da ditadura, a instauração da *Reglamentación Sindical* e a desarticulação da CNT, que ainda buscava formas de organização no exílio. Esse período marcou uma nova fase para a atividade sindical no Uruguai. Com a CNT impedida de atuar legalmente e com o fechamento cada vez maior de espaços para as atividades de oposição à ditadura, os trabalhadores tiveram que, mais uma vez, adaptar suas estratégias de resistência, das quais destacamos duas. A primeira delas consistiu na drástica redução das antigas atividades sindicais, como greves e paralisações. Ainda assim, nos anos de 1974 e 1975, existiram articulações em torno da celebração do Dia dos Trabalhadores, que foram duramente reprimidas. A segunda estratégia destacada foi a passagem à clandestinidade e, quase sempre, ao exílio. A principal manifestação de resistência de alguns setores de trabalhadores que eram ligados à CNT e estavam em situação de exílio, em um primeiro momento na vizinha Argentina, se deu através da organização do *Partido por la Victoria del Pueblo*, concluída em 1975. Contudo, no ano seguinte, a partir da perseguição política colocada em prática pelas conexões repressivas alicerçadas na Operação Condor, o PVP foi completamente desestruturado, piorando muito as possibilidades de resistência dos trabalhadores, que já tinham sido integrantes da CNT.

Ao longo da pesquisa também visamos identificar de que formas o movimento sindical uruguaio e seus integrantes foram afetados e perseguidos pelo recrudescimento autoritário no país. Nesse sentido, foi possível constatar que a escalada autoritária se valeu de diferentes formas de repressão, que por sua vez foram sendo “sofisticadas” e “aprimoradas”. É importante destacar que para além da “repressão”, em suas formas mais explícitas (prisões, perseguição política, tortura, etc.), uma das mais importantes formas de controle da sociedade uruguaia, e mais especificamente da classe trabalhadora, foram as medidas econômicas que, durante todo o período tratado, fizeram a qualidade de vida da maioria da população reduzir drasticamente.

Para mais, também foram identificadas formas explícitas de repressão. Assim, no período do *Pachecato*, a mais importante ferramenta repressiva contra os trabalhadores e estudantes foi o uso das MPS, manobra constitucional acionada a partir da determinação do Poder Executivo. As MPS foram utilizadas com o intuito de conter mobilizações sociais, que buscavam respostas diferentes às oferecidas pela administração Pacheco Areco como solução à crise no país. Porém, seu uso desmedido estendeu a crise ao campo político-parlamentar, gerando desconforto e contestação mesmo entre círculos políticos aliados ao governo, já que

evidenciava uma espiral de violência estatal de responsabilidade da própria presidência.

Na transição entre o governo Pacheco Areco e Bordaberry, mesmo que a progressão autoritária e o uso das MPS tenham sido mantidas, notamos o aprofundamento repressivo contra os sindicalistas com a sua identificação como “inimigos internos”, a partir dos postulados da Doutrina de Segurança Nacional. A DSN foi completamente incorporada e adaptada à realidade uruguaia com a presidência de Bordaberry e o apoio das Forças Armadas e foi basilar na implantação de uma ditadura de Segurança Nacional, a partir do golpe de Estado de 1973. Também foi notado que existiu uma manifestação de repressão diretamente associada às classes dominantes, respaldada e assumida pelo governo ditatorial. Nesse sentido, o revanchismo patronal consistiu na perseguição, demissão e punição salarial de trabalhadores identificados como dirigentes de sindicatos ou da CNT, de modo a intimidar seus colegas a não se envolverem com a militância. Por último, com o estabelecimento da ditadura foi observada uma “virada metodológica” na repressão aos trabalhadores e a todos que, de alguma forma, fizessem parte da resistência ao autoritarismo. Assim, foi identificado o uso das práticas assentadas no Terrorismo de Estado contra a resistência ainda ativa, que optou pela clandestinidade e pelo exílio. A repressão através do TDE, e fundada na DSN, extrapolou todos os limites autoimpostos pelo Estado uruguaio em relação ao direito do monopólio da violência, assim, utilizando métodos repressivos que violavam os Direitos Humanos, como prisões ilegais, sequestros, tortura, assassinatos e desaparecimentos.

Um objetivo que pautou esse trabalho foi a verificação se, com o golpe de 1973, existiram mudanças na repressão à resistência conduzida pelos trabalhadores e em caso positivo, a caracterização dessas mudanças. Sendo assim, foram verificadas essas mudanças. Elas foram definidas pela DSN que, em sua compreensão de que a não-completa observação e obediência à ordem imposta em nome da SN caracterizava a “subversão” da mesma, identificava os trabalhadores que lutavam por seus direitos e resistiam à ditadura que em nada representava seus interesses enquanto classe. Com isso, foi justificada a utilização do TDE, sob os parâmetros já mencionados, em nome da salvaguarda aos valores cristãos-ocidentais-capitalistas, colocados em risco com a atividade sindical identificada como “agente do Comunismo Internacional”. Além disso, mesmo que a curva crescente autoritária estivesse em andamento desde o *Pachecato*, a saída da ordem democrática-constitucional tornou tudo pior, impedindo que os trabalhadores pudessem até mesmo se organizar minimamente para a reivindicação de direitos trabalhistas, conforme era garantido até então.

Para que fosse possível investigar as estratégias de resistência criadas e colocadas em prática pela CNT, para além da historiografia geral e específica aos temas abordados, contamos

também com diferentes tipos de fontes. Tendo em mente as condições de produção desse trabalho, devido às políticas de distanciamento social e ao prolongamento da pandemia de COVID-19, foram priorizadas fontes de acesso público e *online*. Para além das fontes documentais, como estatutos da CNT, leis uruguaias e dossiês produzidos tanto por órgãos repressivos quanto por órgãos de reparação histórica, buscamos valorizar fontes que trouxessem depoimentos dos sujeitos envolvidos nos processos investigados. Com isso, foi possível conhecer e amparar os caminhos circundados por essa pesquisa com narrativas próprias àqueles que enfrentaram diretamente a escalada autoritária no Uruguai. Essa escolha foi amparada pela noção de que a “história vista de baixo” permite que seja possível compreender processos históricos onde a participação ativa de trabalhadores e de suas agremiações seja reconhecida como primordial, destacando assim a agência histórica desses sujeitos.

Portanto, foi compreendido que todo processo aqui debatido teve sua origem com o aprofundamento das contradições de classe observadas no Uruguai a partir da deterioração do seu Estado de bem-estar social, ainda nos anos 1950. Perante a evidência da potência das variadas formas de mobilização popular, fosse por meios legais ou ilegais (como a guerrilha), foi dado início a um processo de recrudescimento autoritário no país, que teve características próprias, mas ainda assim esteve em conformidade com processos paralelos em andamento nos outros países do Cone Sul. Nesse sentido, os esforços dos trabalhadores sindicalistas uruguaios em derrotar os avanços autoritários no país, garantir seus direitos e de toda a população e ainda defender um projeto de nova sociedade, mesmo que eventualmente desarticulados pelo poderio de uma extensa conexão repressiva, só se fez possível através do longo acúmulo de experiências, da união e da solidariedade entre a classe trabalhadora.

Assim, pode-se concluir que existiu uma constante nas ações dos trabalhadores nesse período: diante do recrudescimento da repressão, do fechamento autoritário e do uso excessivo das *Medidas Prontas de Seguridad*; diante do golpe de Estado e da ilegalização da CNT; diante da regulamentação sindical e das consequências do Terrorismo de Estado em associação ao Plano Condor, a resposta dessas pessoas, reunidas em uma mesma classe social, sempre foi a mesma: a resistência.

Fontes e Referências bibliográficas

1) Fontes Jornalísticas:

Marcha (periódico semanal)

Cuadernos de Marcha (revista mensal)

2) Fontes Documentais:

Declaração de princípios da CNT.

Estatutos da CNT aprovados no Congresso de Unificação.

CENTRO DE FOTOGRAFÍA DE MONTEVIDEO. Exposição “Huelga General de 1973’ de Aurelio González (UY)”. *Online*. Disponível em: <<https://cdf.montevideo.gub.uy/exposicion/huelga-general-de-1973-de-aurelio-gonzalez-uy>>. Acesso em: 23 abril 2021.

Constituição da República Oriental do Uruguai de 1967. Disponível em: <<https://pdba.georgetown.edu/Parties/Uruguay/Leyes/constitucion.pdf>>. Acesso em: 15 de mar. 2021.

Decreto n. 566, de 9 de setembro de 1971. **Diario Oficial de La República Oriental del Uruguay**: Montevideu, 15 set. 1971. Disponível em: <<https://www.impo.com.uy/diariooficial/1971/09/15/2>>. Acesso em 12 abril de 2021.

Dossiê sobre o desaparecimento de Gerardo Gatti, produzido pela Secretaria de Derechos Humanos para el Pasado Reciente, do Uruguai. Disponível em: <<https://bit.ly/3tZwbld>>. Acesso em: 14 maio 2021.

Dossiê sobre o PVP, produzido pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão brasileiro, em 1979. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/80004868/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80004868_an_01_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

LIST of Members. **International Monetary Fund**, 2020. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/np/sec/memdir/memdate.htm>>. Acesso em: 6 Mar. 2021.

Secret U.S. Embassy Preliminary Analysis and Strategy Paper – Uruguay. Disponível em: <nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB71/#docs>. Acesso em: 10 abril 2021.

3) Fontes Audiovisuais:

A LAS CINCO en punto. Documentário. Direção de José Pedro Charlo: TV Ciudad (Uruguai) e TV UNAM (México), 2004. *Online*. (56 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=r2rwZjFZJzw>>. Acesso em: 23 abril 2021.

KOLLONTAI: apuntes de resistencia. Documentário. Direção de Nicolás Méndez Casariego. Buenos Aires: Instituto Nacional de Cine y Artes Visuales (INCAA), 2020. *Online* (118 min.).

MEMORIAS de luchas: de Trabajo y de Trabajadores. Documentário. Direção de José Pedro Charlo e Universindo Rodríguez. Montevideo: PIT-CNT, 2006. DVD. Vol. 2 (100 min.).

4) Fontes Oraís:

Depoimento de Luis Puig. In: PADRÓS, Enrique; VIVAR, Jorge. **Memórias da Resistência e da Solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva**. Porto Alegre: Ed. ASF-Brasil, 2013.

Depoimento de Universindo. In: PADRÓS, Enrique; VIVAR, Jorge. **Memórias da Resistência e da Solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva**. Porto Alegre: Ed. ASF-Brasil, 2013.

5) Referências Bibliográficas

ALVES, Daniel Augusto de Almeida. **Arriba Los que Luchan! Sindicalismo revolucionário e a luta armada: A trajetória da Federação Anarquista Uruguiaia: 1963-1973**. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2016.

APPRATTO, Carmen et al. **El Uruguay de la dictadura (1973-1985)**. Montevideo: Banda Oriental, 2004.

ASTORI, Danilo. La política económica de la dictadura. In: APPRATTO, Carmen et al. **El Uruguay de la dictadura (1973-1985)**. Montevideo: Banda Oriental, 2004.

BROQUETAS, Magdalena. Liberalización económica, dictadura y resistencia. 1965-1985. In: FREGA, Ana et al. **Historia del Uruguay en el siglo XX (1890-2005)**. Montevideo: Banda Oriental, 2007.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José. **Breve historia de la dictadura (1973-1985)**. Montevideo: Banda Oriental, 1987.

CASTAGNOLA, José Luis; MIERES, Pablo. La ideología política de la Dictadura. In: APPRATTO, Carmen et al. **El Uruguay de la dictadura (1973-1985)**. Montevideo: Banda Oriental, 2004.

CHAGAS, Jorge; TONARELLI, Mario. **El sindicalismo uruguayo bajo la dictadura: 1973-1984**. Montevideo: Nuevo Mundo, 1989.

DEMASI, Carlos. El preámbulo: los años 60. In: APPRATTO, Carmen et al. **El Uruguay de la dictadura (1973-1985)**. Montevideo: Banda Oriental, 2004.

DEMASI, Carlos et al. **La caída de la Democracia: cronología comparada de la historia reciente del Uruguay (1967-1973)**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1996.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **Questão de Cuba**: a política externa independente e a crise dos mísseis. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FERNANDES, Ananda Simões. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira**: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2009.

FERREIRA, André Lopes. **A unidade política das esquerdas no Uruguai**: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973). 2011. Tese (Doutorado em História). Assis: UNESP-FCLAS, 2011.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. A Revolução Chilena e a ditadura militar. In: WASSERMAN, Claudia. GUAZZELLI; César Augusto Barcellos. **As Ditaduras Militares na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos – o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOBSBAWN, Eric. A história de baixo para cima. In: **Sobre História**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LECOMTE, Laura; REBELLA, Cristina; SUÁREZ, Alba. La economía nacional: Su evolución histórica. **Las bases de la historia uruguaya**. v. 14. Uruguai: [s. n.], 1986.

LEGUIZAMÓN, Hugo. Uruguay: la crisis política 1968-1973. **Historia del Movimiento Obrero**, n. 78. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1971.

LÊNIN, Vladimir I. **O imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011. p. 265. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/imperialismo.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História da América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LORENZ, Federico. Resistencias. In: SARMENTO-PANTOJA, Augusto; OLIVEIRA, Mara Rita Duarte; NOGUEIRA DE SOUSA, Rosângela do Socorro; CHABABO, Rubén (Org.). **Memória e resistência**: percursos, histórias e identidades. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2012.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MYERS, Scott. **Los años oscuros** (1967-1987). Montevideo: Editora Latina, 1997.

NAHUM, Benjamín et al. **El fin del Uruguay liberal 1959-1973**. Historia Uruguaya. Tomo 8. Montevideo: Banda Oriental, 1994.

NAPOLITANO, Marcos. Introdução. In: **Coração civil**: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) – ensaio histórico. São Paulo: Intermeios, 2017.

PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1984): terror de Estado e Segurança Nacional. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. **As Ditaduras Militares na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar uruguaia doutrina e segurança nacional. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 28, n. 48, p. 495-517: jul/dez 2012.

PADRÓS, E. S. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional, Uruguai (1968-1985)**: do *Pachecato* a Ditadura Civil-Militar. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra. Elementos constitutivos do Terror de Estado implementado pelas Ditaduras Cívico-militares de Segurança Nacional latino-americanas. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). **As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2006.

PADRÓS, Enrique Serra. Los EUA y la Pentagonización de América Latina. In: JORNADAS INTERESCUELAS/DEPARTAMENTOS DE HISTORIA, 2007, San Miguel de Tucumán. **Atas eletrônicas...** San Miguel de Tucumán: Departamento de Historia/Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Tucumán, 2007. Disponível em: <<https://cdsa.academica.org/000-108/880>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

PADRÓS, Enrique Serra; FERNANDES, Ananda Simões. O 68 no Uruguai: crise estrutural, mobilização social e autoritarismo. *História: debates e tendências*. Passo Fundo/RS: UPF, v. 8, n. 1, p. 28-49, jan./jul. 2008.

PADRÓS, Enrique; VIVAR, Jorge. **Memórias da Resistência e da Solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva**. Porto Alegre: Ed. ASF-Brasil, 2013.

PELLEGRINO, Adela. Aspectos demográficos, 1963-1985. In: APPRATTO, Carmen et al. **El Uruguay de la dictadura (1973-1985)**. Montevideo: Banda Oriental, 2004.

POZZI, Pablo. Repensar el estudio de la Clase Obrera. Apresentação. *Esboços*, Florianópolis, vol. 22, n. 33, p. 6-16: 2015a

POZZI, Pablo. Trabajadores y procesos de politización y rebelión. *Esboços*, Florianópolis, vol. 22, n. 33, p. 17-28: 2015b.

REIS, Ramiro José dos. **Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

REIS, Ramiro José dos. Por que Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez foram sequestrados? Resistência uruguaia em Porto Alegre no final da década de 1970. *Revista Digital Estudios Historicos*, n. 3, 2010. Disponível em: <http://www.estudioshistoricos.org/edicion_3/ramiro-reis.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

RIAL, Juan. **Partidos políticos, democracia y autoritarismo**. Montevideo: Montevideo: Centro de Informaciones y Estudios del Uruguay/Banda Oriental, 1984. 2 vol.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. A globalização. In: **Capítulos sobre a História do século XX**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

RICO, Álvaro et al. **15 Días que estremecieron al Uruguay**. Montevideo: Fin de Siglo, 2005.

RODRÍGUEZ, Universindo et al. **El sindicalismo uruguayo a 40 años del congreso de unificación**. Montevideo: Taurus, 2006.

ROLLEMBERG, Denise. Definir o conceito de resistência: dilemas reflexões, possibilidades. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (org.). **História e memória das ditaduras do século XX**. Vol. 1. Rio de Janeiro: FGV, 2015. pp. 77-95.

SERVICIO PAZ Y JUSTICIA (SERPAJ). **Uruguay: nunca más. Informe sobre la violación de los Derechos Humanos (1972-1985)**. Montevideo: SERPAJ, 1989.

THOMPSON, E. P. A história vista de baixo. In: **A peculiaridade dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. Prefácio. In: **Formação da classe inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. Vol. 1.

TRÍAS, Ivonne. **Hugo Cores: Pasión y rebeldía en la izquierda uruguaya**. Montevideo: Trilce, 2008.

TRÍAS, Vivián. **Las vísperas de la dictadura**. Montevideo: Cámara de Representantes, 1989.

VILLAÇA, Mariana. O semanário *Marcha*, Carlos Quijano e a configuração de um circuito cultural de resistência no Uruguai (anos 1960-70). *Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP*, vol. 2, n. 3, p. 257-272, 2017.

VILLALOBOS, M. A. **Tiranos, tremei!**: Ditadura e resistência popular no Uruguai (1968-1985). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

VILLALOBOS, Marco Antônio. Uruguai: Autoritarismo e Ditadura. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). **As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2006.

WASSERMAN, Claudia. O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia. GUAZZELLI; César Augusto Barcellos. **As Ditaduras Militares na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

WOOD, Ellen. M. Classe como processo e como relação. In: **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

YAFFÉ, Jaime. Proceso económico y política económica durante la Dictadura. In: DEMASI, Carlos et al. **El Uruguay de la dictadura (1973-1985)**. Montevideo: Banda Oriental, 2009.